REPLAN

Rede de Serviços de Planeamento
e Prospetiva da Administração Pública

1.º Encontro

Monitorização de Políticas Públicas

21.10.2026

Universidade Évora

Com o apoio de:

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Com o financiamento de:

PRR Plano de Recuperação e Resiliência

REPÚBLICA PORTUGUESA

Financiado pela União Europeia
NextGenerationEU

REPLAN
Rede de Serviços de Planeamento e Prospetiva da Administração Pública

1.º Encontro **Monitorização de Políticas Públicas**

PAINEL **Monitorização de Políticas Públicas em Perspetiva** — Experiências e Contextos



Ana Salvado
Centro de Planeamento e de Avaliação de Políticas Públicas (PLANAPP)



Teresa Evaristo
Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)



Geraldo Andrade Filho
Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS, Brasil)

MODERAÇÃO



Antonieta Ministro
Direção-Geral de Coordenação e Planeamento (DGCP)

Com o apoio de:

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Monitorização de Políticas Públicas – a experiência do PLANAPP

1. O PLANAPP e a Monitorização de Políticas Públicas
2. A Monitorização é polissémica
3. Potenciar a Monitorização de Políticas Públicas
4. Contributos para um diagnóstico sobre o campo da Monitorização de Políticas Públicas

Ana Salvado – Chefe de Equipa Multidisciplinar de Monitorização

1. O PLANAPP E A MONITORIZACÃO DE POLITICAS PÚBLICAS

Monitorizar as medidas de política pública inscritas nos diferentes instrumentos de planeamento alinhadas com as prioridades estratégicas definidas pelo Governo, nomeadamente no que diz respeito ao Plano Orçamental Estrutural Nacional de Médio-Prazo;

Desenhar sistemas de monitorização no contexto da REPLAN aplicados a prioridades de natureza transversal

Contribuir para a **promoção do conhecimento** e para a difusão de orientações sobre monitorização de políticas públicas,



2. A Monitorização é Polissémica

PLANAPP | **Monitorização de Medidas de Política Pública** |Reformas e Investimentos

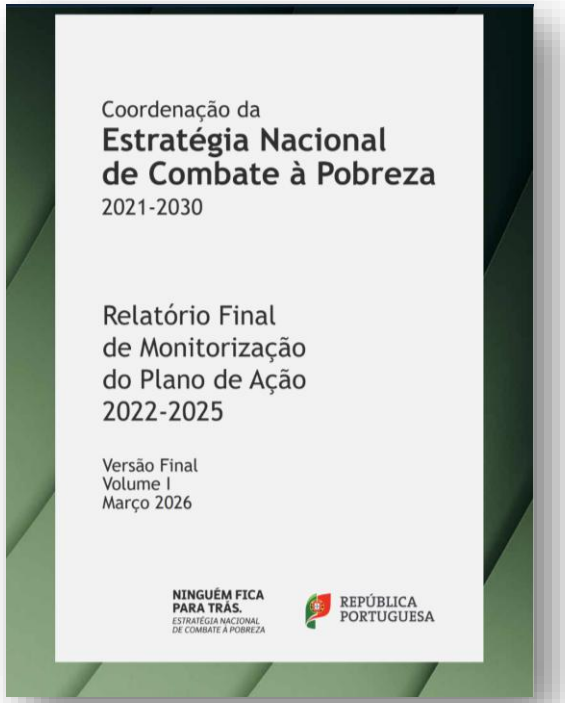


PLANAPP| Desenho do **Sistema de Monitorização** de Instrumento Financeiro

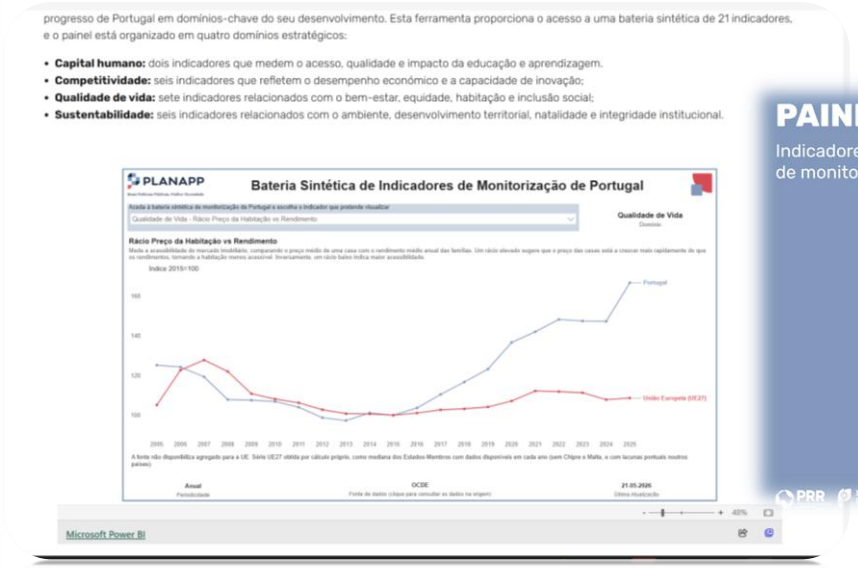


2. A Monitorização é Polissémica

Monitorização de Instrumentos de Planeamento

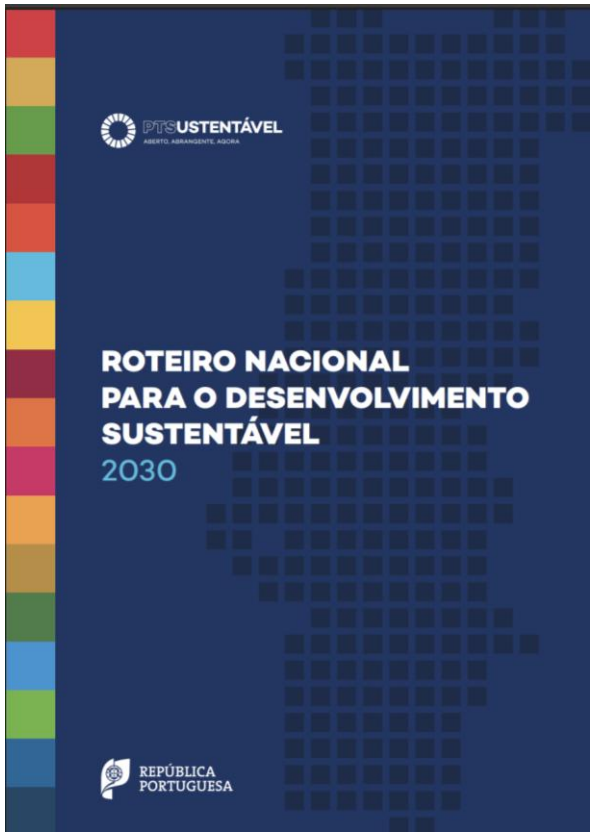


PLANAPP| **Monitorização de Indicadores-chave**





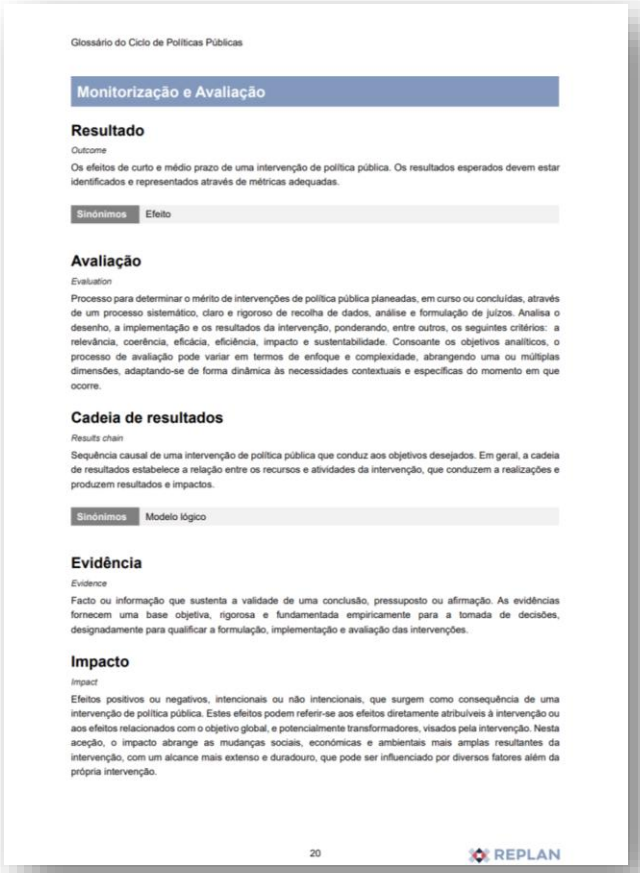
2. A Monitorização é Polissémica



Monitorização baseada em contributos (indireta)



3. Potenciar a *Monitorização* de Políticas Públicas



Glossário do Ciclo de Políticas Públicas

Monitorização e Avaliação

Resultado

Outcome

Os efeitos de curto e médio prazo de uma intervenção de política pública. Os resultados esperados devem estar identificados e representados através de métricas adequadas.

Sinónimos: Efeito

Avaliação

Evaluation

Processo para determinar o mérito de intervenções de política pública planeadas, em curso ou concluídas, através de um processo sistemático, claro e rigoroso de recolha de dados, análise e formulação de juízos. Analisa o desenho, a implementação e os resultados da intervenção, ponderando, entre outros, os seguintes critérios: a relevância, coerência, eficácia, eficiência, impacto e sustentabilidade. Consoante os objetivos analíticos, o processo de avaliação pode variar em termos de enfoque e complexidade, abrangendo uma ou múltiplas dimensões, adaptando-se de forma dinâmica às necessidades contextuais e específicas do momento em que ocorre.

Cadeia de resultados

Results chain

Sequência causal de uma intervenção de política pública que conduz aos objetivos desejados. Em geral, a cadeia de resultados estabelece a relação entre os recursos e atividades da intervenção, que conduzem a realizações e produzem resultados e impactos.

Sinónimos: Modelo lógico

Evidência

Evidence

Facto ou informação que sustenta a validade de uma conclusão, pressuposto ou afirmação. As evidências fornecem uma base objetiva, rigorosa e fundamentada empiricamente para a tomada de decisões, designadamente para qualificar a formulação, implementação e avaliação das intervenções.

Impacto

Impact

Efeitos positivos ou negativos, intencionais ou não intencionais, que surgem como consequência de uma intervenção de política pública. Estes efeitos podem referir-se aos efeitos diretamente atribuíveis à intervenção ou aos efeitos relacionados com o objetivo global, e potencialmente transformadores, visados pela intervenção. Nesta aceção, o impacto abrange as mudanças sociais, económicas e ambientais mais amplas resultantes da intervenção, com um alcance mais extenso e duradouro, que pode ser influenciado por diversos fatores além da própria intervenção.

20 REPLAN

GLOSSÁRIO de POLÍTICAS PÚBLICAS |REPLAN | 2025

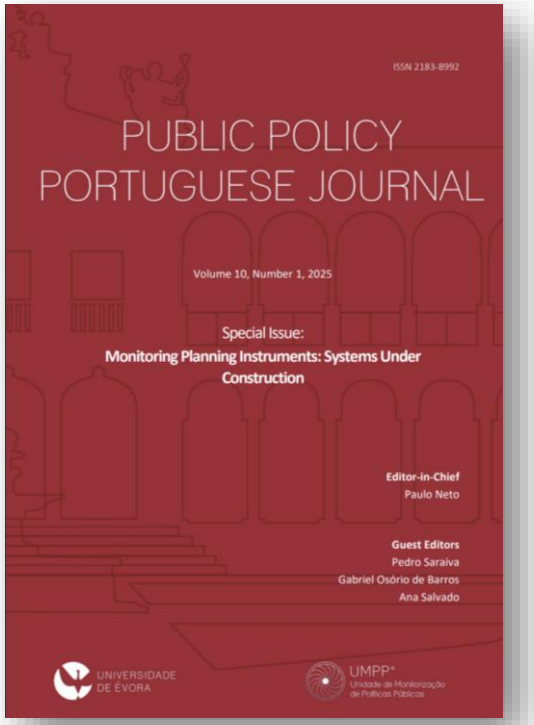


GUIA|2025

3. Potenciar a *Monitorização* de Políticas Públicas



BOOCAMP|2026



SPECIAL ISSUE DEDICADO À MONITORIZACAO|2026

4. O *campo* da Monitorização de Políticas Públicas

138 IP analisados

122 IP (88%)
Mencionam monitorização

- 58 Publicados
- 29 Não públicos
- 80 Sem produtos identificados
- 16 Não mencionam monitorização



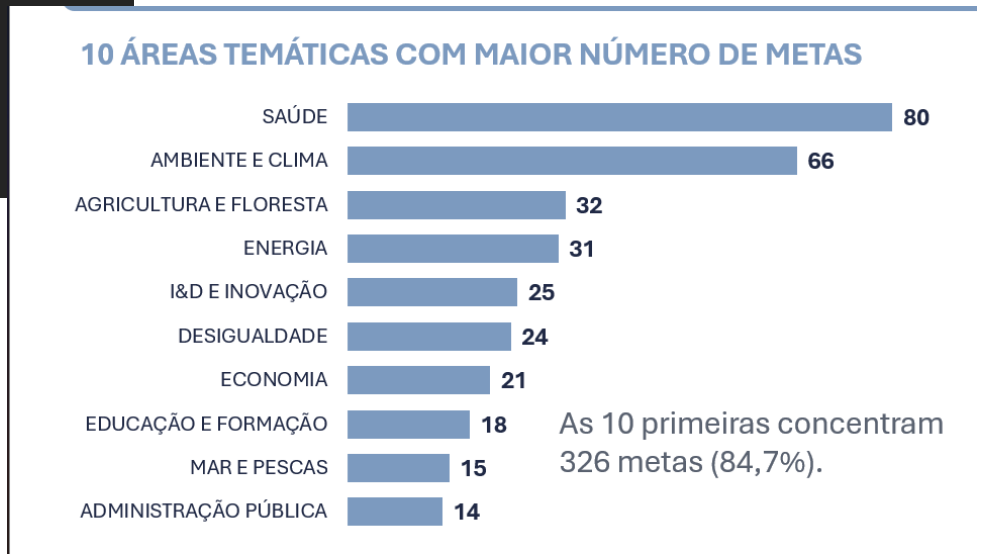
4. O *campo* da Monitorização de Políticas Públicas



398
Metas Estratégicas

51 (38,6%)
Instrumentos com Metas Estratégicas

132
Instrumentos de Planeamento



As 10 primeiras concentram 326 metas (84,7%).

A Monitorização de Políticas Públicas

Uma perspetiva sobre a construção de competências

Teresa Evaristo

Iscte – Instituto Universitário de Lisboa

O lugar da monitorização no ciclo das políticas públicas

Uma função transversal

Apoia o desenho da política, o acompanhamento da implementação, dos resultados e a revisão

Em articulação com outras funções

Com a função planeamento, com a gestão e com a avaliação. A emergência da gestão por resultados conduziu ao desenvolvimento de sistemas conjuntos de monitorização e avaliação (M&E)

Condições de institucionalização

Articular mandatos, competências e recursos com rotinas de análise e decisão

A institucionalização exige coerência entre mandatos, competências, recursos e rotinas de utilização da informação

Uma função multidisciplinar: implicações para a formação

Contextos formativos: políticas públicas, gestão e administração pública, sistemas de apoio à decisão

Domínio da política	Problemas, públicos, intervenções e resultados relevantes
Políticas públicas e contextos	Desenho, implementação, atores, instituições e circunstâncias
Gestão e administração pública	Responsabilidades, recursos e rotinas de decisão
Estatística e indicadores	Medição, qualidade, incerteza e interpretação
Sistemas de informação	Recolha, integração e disponibilização para apoiar a decisão
Gestão e tratamento de dados	Análise e ciência de dados, conforme as necessidades
Comunicação e uso de evidência	Informação compreensível e relevante para os utilizadores

Articular contributos em torno das necessidades de informação e de decisão

Competências para conceber e utilizar um sistema

Compreender a intervenção	Relacionar problemas, objetivos e usar ferramentas de suporte ao planeamento e desenho da política pública, p.e. teoria da mudança/do programa
Definir a medição	Escolher indicadores, referências, metas e desagregações
Organizar a informação	Articular fontes, qualidade, periodicidade e responsabilidades
Interpretar a evidência	Apreciar a qualidade, analisar padrões e considerar o contexto e os limites
Apoiar a utilização	Comunicar conclusões e preparar a sua discussão nos momentos de decisão

A relevância para a decisão orienta o sistema desde a sua conceção

A construção de competências para uma função multidisciplinar

65% dos países inquiridos identificaram lacunas de competências em monitorização e avaliação nos centros de governo (OCDE, 2024; Steering from the Centre of Government in Times of Complexity.).

Base comum	Conceitos e propósitos da função, qualidade dos dados e limites da interpretação
Especialização	Profundidade ajustada aos papéis e às exigências do sistema: estatística, análise de dados e sistemas de informação
Integração	Capacidade de articular contributos e trabalhar com outros perfis
Percurso de aprendizagem	Formação académica, experiência profissional e formação contínua

Competências complemenatres para desenvolver a capacidade coletiva das equipas

A monitorização nos percursos de formação

A multidisciplinaridade torna a função rica e complexa
e desafia a sua abordagem na formação inicial

Formação pós-graduada	Maior espaço de aprofundamento em políticas públicas, avaliação e administração pública
Autonomia curricular	Presença sobretudo integrada em outras componentes da formação
Contributos curriculares	Análise de políticas públicas, gestão pública, estatística e sistemas inteligentes de apoio à decisão

O desafio formativo é articular saberes para o exercício da função

O contributo da Academia para a institucionalização

Formação	Explicitar competências, articular saberes e acompanhar a evolução das necessidades
Investigação	Estudar qualidade, utilização da informação e efeitos dos sistemas de monitorização
Colaboração com a Administração Pública	Desenvolver e testar métodos, acompanhar experiências e produzir conhecimento partilhado

Utilizar evidência requer capacidade, motivação e oportunidade

A aprendizagem entre instituições pode alimentar a formação e o exercício da função

Formar para o exercício da função

Que preparação permite produzir, interpretar e utilizar evidência para acompanhar e ajustar as políticas públicas?

Uma base comum, especializações articuladas e condições organizacionais para utilizar a evidência

Sistema de Monitoramento e Avaliação do MDS

Geraldo Andrade Filho
Diretor de Monitoramento e Avaliação
SAGICAD/MDS

Estrutura da Apresentação

1. Institucionalização das atividades de Monitoramento e Avaliação – Política de M&A do MDS
2. Cadastro Único
3. Diagnóstico e Vigilância Socioassistencial
4. Ferramentas Informacionais
   - Portal de Evidências
   - Mapa Social
5. Bases longitudinais e análises de trajetórias

1. Institucionalização das atividades de M&A - História da SAGI-SAGICAD



- 2004: Criação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e de sua Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) - MP nº 163 e Decreto nº 5.074, de 2004.
  - ✓ Fusão dos Ministérios da Assistência Social (MAS) e Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA) com a Secretaria-Executiva do Programa Bolsa Família (PR)
- Inovação institucional: estrutura dedicada a monitoramento e avaliação no mesmo nível das demais secretarias finalísticas do ministério (Vaitsman, Rodrigues e Paes-Souza, 2006)

Institucionalização das atividades de M&A - Criação do MDS, com estrutura para M&A

- Principais desafios enfrentados (ainda a enfrentar?):
  - diferenças de práticas e sistemas de informação nas diferentes secretarias finalísticas
  - ausência de cultura de avaliação: não havia um entendimento do M&A como práticas que levariam a um melhor desempenho da política pública e que possibilitaria verificar se a implementação do programa e se os resultados previstos estariam ocorrendo como esperado
  - confusão entre os conceitos de avaliação e de fiscalização e controle, gerando resistências
  - **tempo político x tempo para produção de resultados**, o que dificulta a percepção do gestor em relação à utilidade da avaliação

Institucionalização das atividades de M&A

O que se entende por institucionalização das atividades de M&A:

- tornar o **uso de dados, informações e conhecimentos** existentes sobre os programas do ministério e sobre o processo de produção de políticas como algo **regular, sistemático e transparente** na tomada de decisão
- práticas e rotinas valoradas por aprimorarem as políticas públicas (Parkhurst, 2017; WHO, 2023)

Institucionalização requer (WHO, 2023):

- desenvolvimento de capacidades analíticas de seu corpo burocrático
- destinação de recursos de infraestrutura informacional e orçamentários para contratações ou capacitações
- estabelecimento de parcerias e cooperações que alavanquem essas capacidades
- comprometimento das lideranças com a disseminação da cultura de M&A
- implementação de arranjos institucionais que criem e fortaleçam dinâmicas de usos de evidências definição de normas que estabilizem e reforcem procedimentos e fluxos.

Institucionalização das atividades de M&A - Política de Monitoramento e Avaliação



POLÍTICA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Portaria MDS nº 1.087, de 20 de maio de 2025



GRUPO DE TRABALHO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO (GTMA)

Portaria MDS nº 920, de 26 de setembro de 2023



- **Alinhada com instrumentos de planejamento (PEI e PPA)**

- Planos para o biênio 2025-2026:
- 6 Planos de Monitoramento e 6 Planos de Avaliação em execução
- **Cadastro Único, Bolsa Família, BPC, PAA, Cisternas, Fomento Rural**



- Representantes de cada secretaria indicados para GTMA (1 por secretaria + suplente)
- Atribuição: apoiar o DMA na gestão da agenda e Planos de M&A

Institucionalização das atividades de M&A - Política de Monitoramento e Avaliação

✓ Mapeamento de Legislação e normativos

✓ Síntese de evidências



✓ Publicação de Indicadores

✓ Eventos de divulgação e discussão de estudos

✓ Publicação de resultados dos estudos

2. Cadastro Único

- Instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda (até ½ s.m. por pessoa);
- Registro social que reúne dados sobre famílias e pessoas de baixa renda e seus domicílios;
- Utilizado para seleção do público-alvo de políticas, programas e serviços sociais;
- Emprega conceitos de estatísticas oficiais e questões para identificação de vulnerabilidades.

Cadastro Único - Princípios

- Autodeclaração
- Inscrição por entrevistas pessoais
- Coleta e conceitos padronizados
- Gestão Descentralizada
- Cadastro Atualizado (24 meses)
- Integração com outros registros

Cadastro Único
Estatísticas

43,4 milhões de famílias

98,0 milhões de pessoas

(Referência: set/26)

5.570 municípios

26 estados e DF

46 Programas federais

- **Benefícios**
  - Bolsa Família
  - BPC
- **Descontos em taxas e acesso a direitos**
  - Tarifa Social de Energia Elétrica
- **Tecnologias sociais e infraestrutura**
  - Programa Cisternas
  - Minha Casa Minha Vida
- **Taxas de crédito reduzidas**
  - Programa Nacional de Crédito Fundiário
- **Serviços e inclusão produtiva**
  - Acredita no Primeiro Passo

EQUIPAMENTOS DA REDE SOCIOASSISTENCIAL DO SUAS

	Qtd. de Equipamentos Ativos (Data da Atualização: 19/10/2026)
CRAS	8.984
CREAS Municipial	3.039
CREAS Regional	38
Centro POP	266
Unidade de Acolhimento*	8.102
Centros de Convivência	9.155
Centro Dia	2.234
Postos de Cadastramento	3.596

Cadastro Único - Processo de Cadastramento

Identificação do público-alvo

Cadastro de Pessoa Física (CPF)
Documento Obrigatório para todos os integrantes da família

Entrevista e coleta de dados das famílias

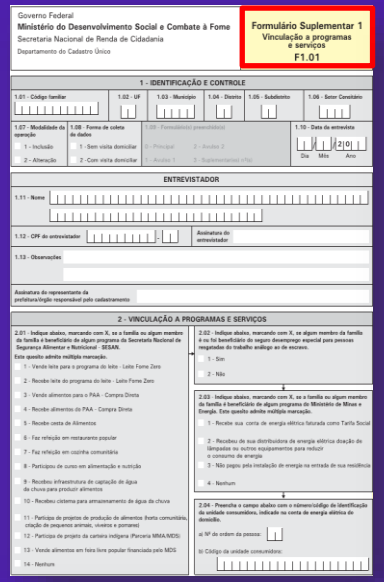
Documento de Identificação com Foto Comprovante ou Declaração de Residência
Obrigatórios para o Responsável Familiar

Inclusão de dados no Sistema do Cadastro Único

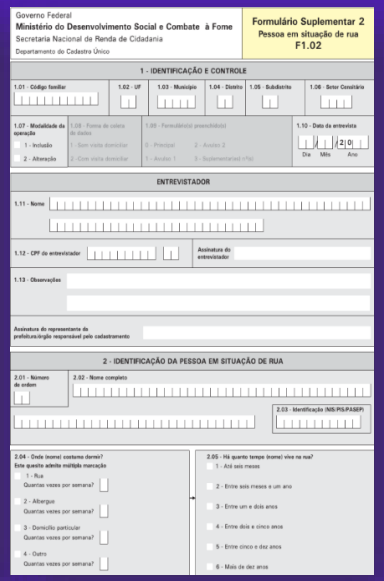
Atualização e correção de dados a cada 24 meses

Cadastro Único - Formulários principais e complementares

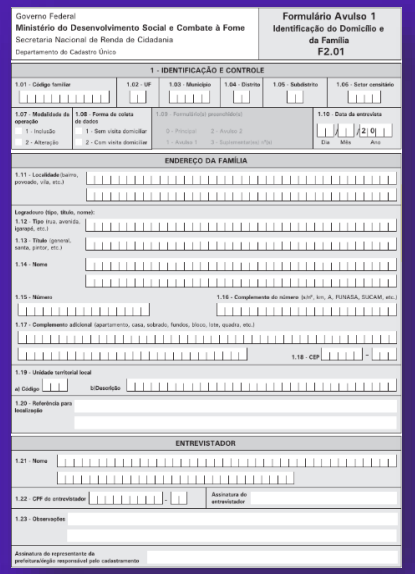




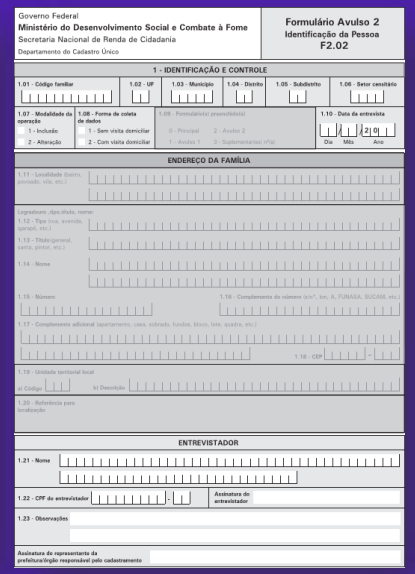
Formulário Suplementar 1
Vinculação a programas e serviços
F1.01



Formulário Suplementar 2
Pessoa em situação de rua
F1.02



Formulário Avulso 1
Identificação do Domicílio e da Família
F2.01



Formulário Avulso 2
Identificação da Pessoa
F2.02

Formulário Principal 1
Informações sobre a família e domicílo
Dados de cada membro da família

Formulário Suplementar 1
Links para programas e serviços

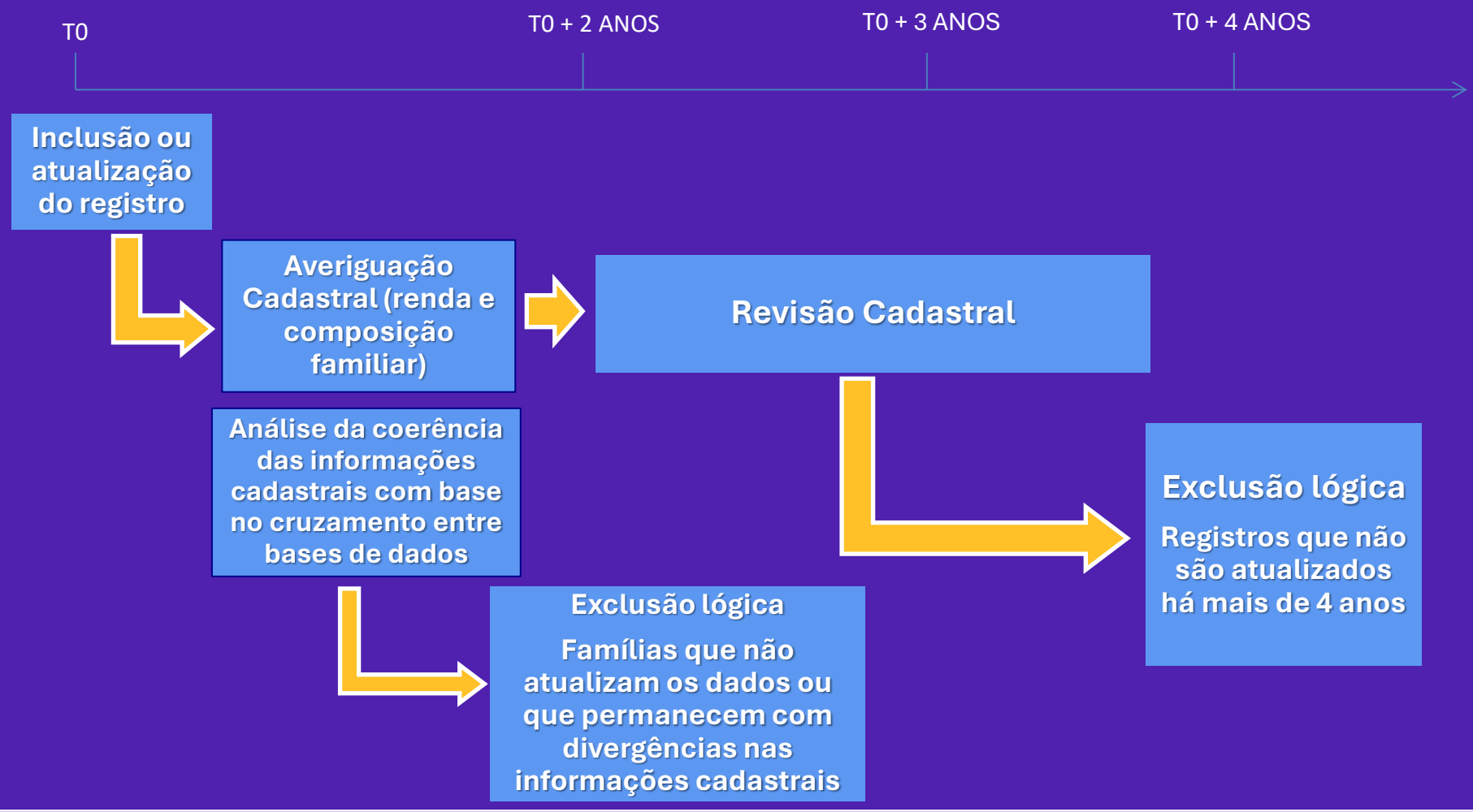
Formulário Suplementar 2
Pessoas em situação de rua

Formulário avulso 1
Identificação do domicílio e da família

Formulário avulso 2
Identificação da pessoa

Link para os formulários

Cadastro Único - Processo de Qualificação Cadastral



Cadastro Único - Processo de Cadastramento



Outros documentos; trabalho formal (tipo de ocupação e rendimento); benefícios previdenciários e BPC ; óbitos, nascimentos, casamentos e divórcios.

Escola e escolaridade dos beneficiários do Bolsa Família

Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos

Receita Federal: CPF; nome; nome da mãe; nome do pai; data de nascimento; UF de nascimento; município de nascimento; país de nascimento

Sistema Nacional de Registro Civil

Risco social associado à violação de direitos

Risco para insegurança alimentar

Próximas integrações:

- Bases biométricas nacionais
- Composição familiar (em estudo)
- Qualificação de endereço (infraestrutura nacional de endereços)
- Assentados e acampados

3. Fortalecimento da Vigilância Socioassistencial a partir dos dados do Cadastro Único

- O uso integrado e qualificado dos dados permite ir além da identificação de beneficiários, apoiando:
  - a identificação de vazios assistenciais;
  - a definição de prioridades territoriais; e
  - a tomada de decisões mais precisas.
- Ampliando assim a eficiência da gestão municipal das políticas de Assistência Social.

O fio da Vigilância, do dado à proteção



A Vigilância Socioassistencial é quem mantém esse fio inteiro — transformando dado em informação acionável e informação em proteção.

4. Ferramentas Informacionais - Portal de Evidências

Um ambiente que reúne, em um só lugar, as evidências produzidas pelo MDS e as organiza por programa

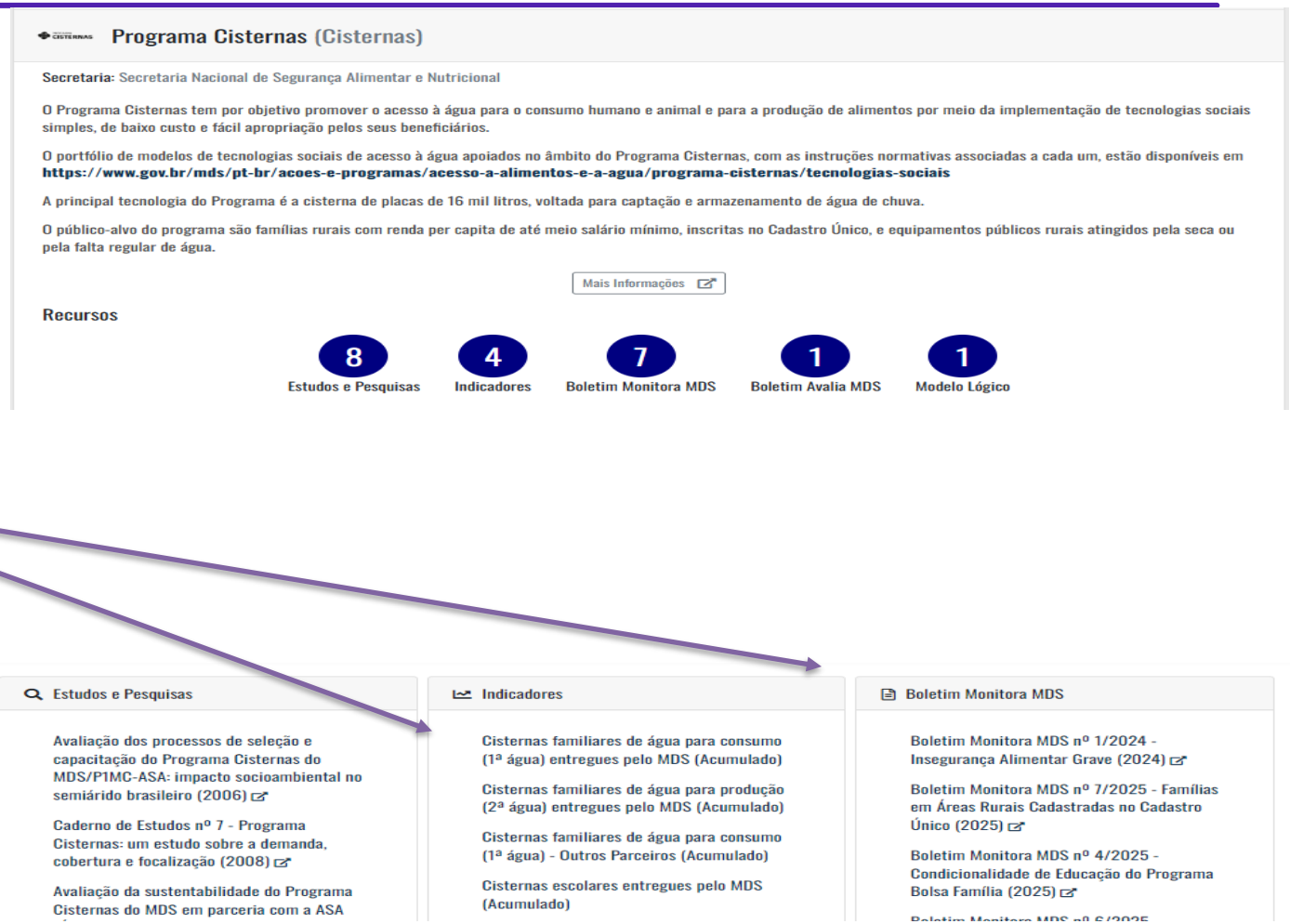


Ferramentas Informacionais - *Chatbot* do Portal de Evidências



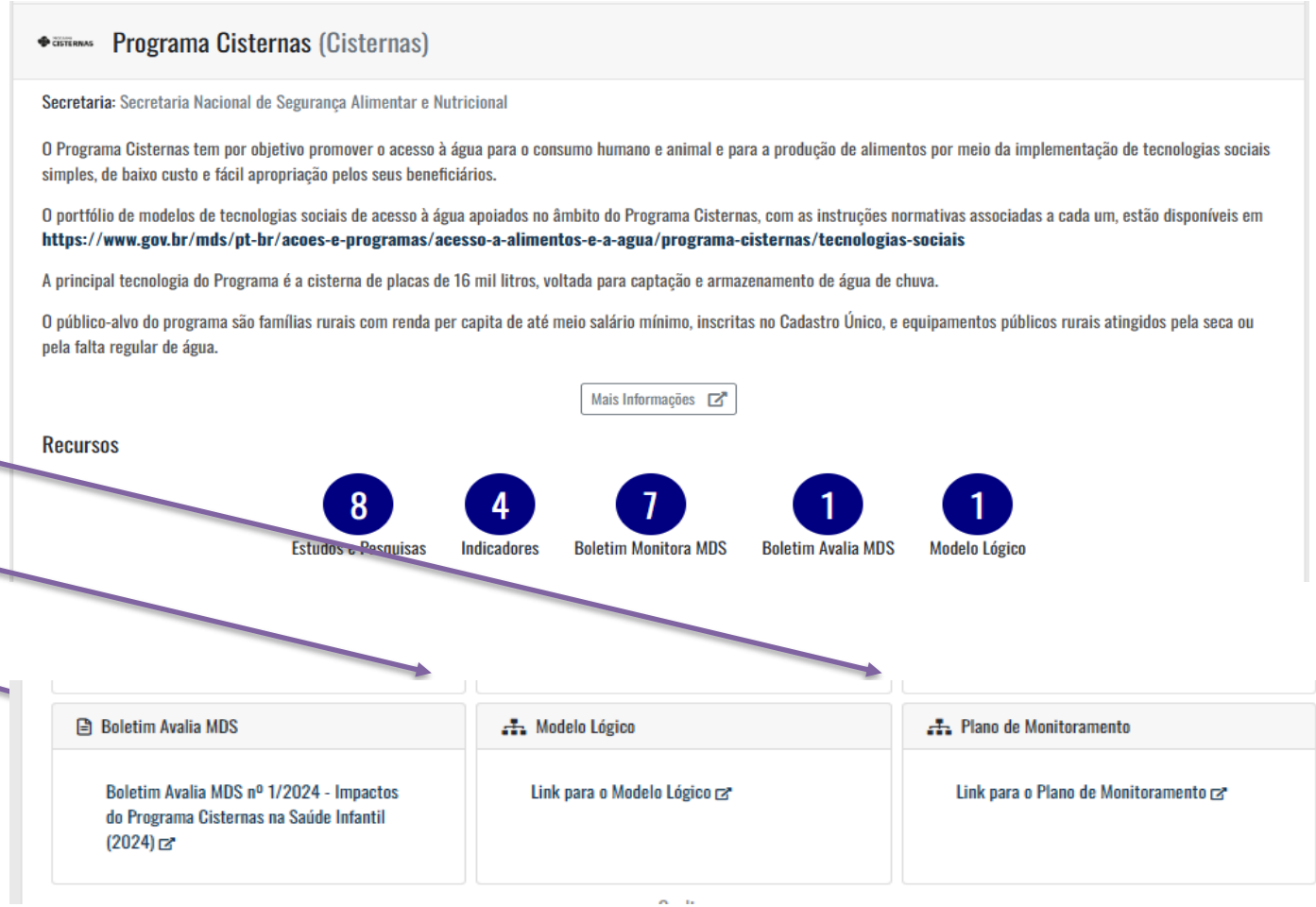
Ferramentas Informacionais - Portal de Evidências

- Documenta Wiki
- VisData
- Repositório de Estudos



Ferramentas Informacionais - Portal de Evidências

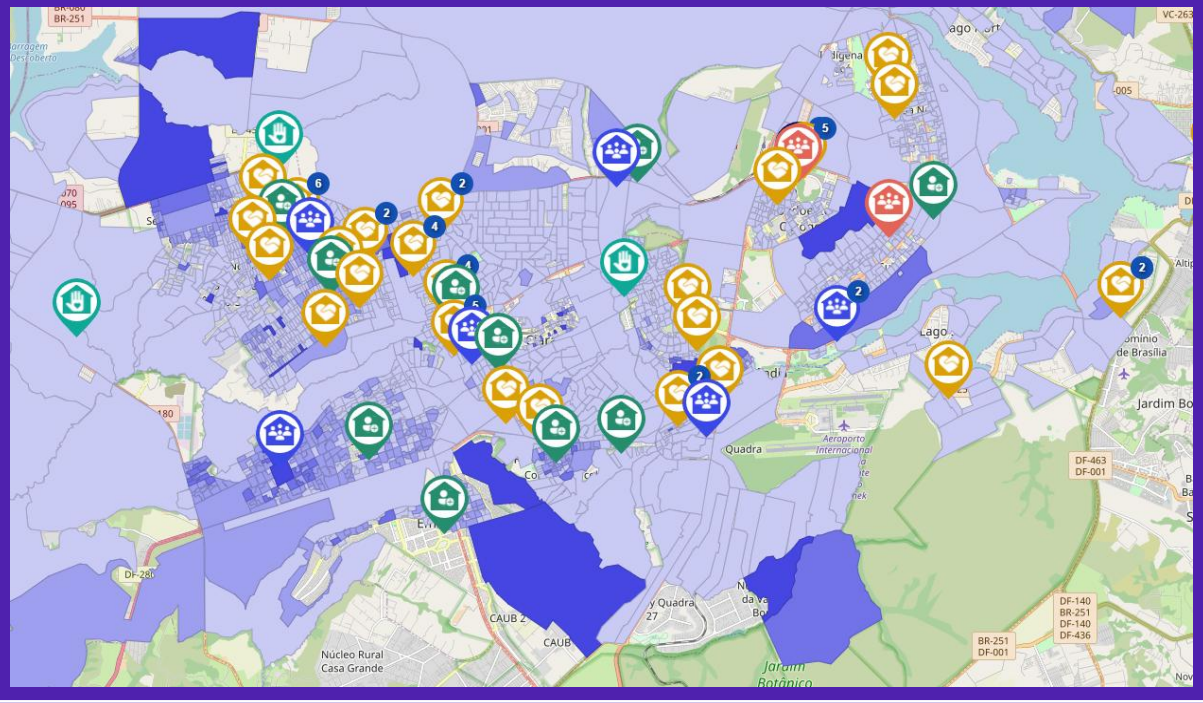
- Plano de Monitoramento
- Modelo Lógico
- Repositório de Estudos

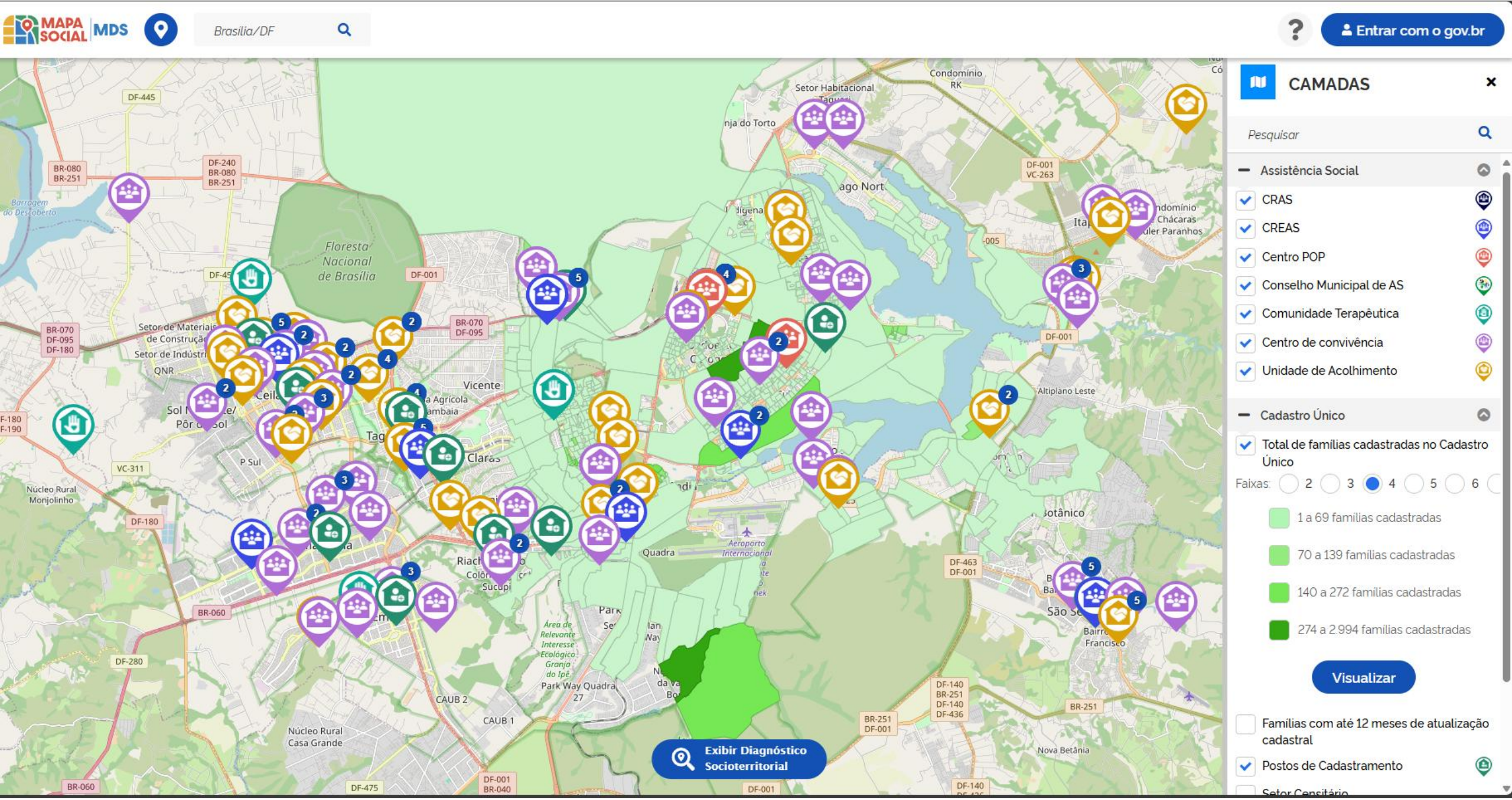


Ferramentas Informacionais - O que é o Mapa Social?

- O Mapa Social é um sistema público e interativo que identifica, nos municípios do país, os principais serviços e unidades públicas do SUAS, além do perfil da população inserida no Cadastro Único.

MAPA SOCIAL | MDS



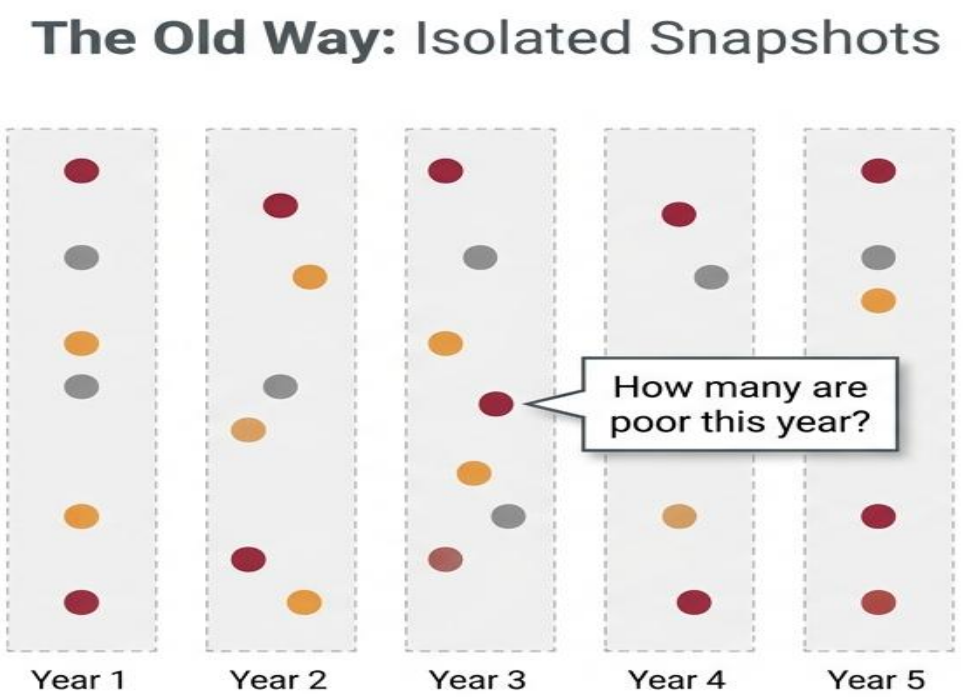

MAPA SOCIAL MDS
Brasília/DF
Entrar com o gov.br
CAMADAS
Pesquisar
Assistência Social
CRAS
CREAS
Centro POP
Conselho Municipal de AS
Comunidade Terapêutica
Centro de convivência
Unidade de Acolhimento
Cadastro Único
Total de famílias cadastradas no Cadastro Único
Faixas: 2 3 4 5 6
1 a 69 famílias cadastradas
70 a 139 famílias cadastradas
140 a 272 famílias cadastradas
274 a 2.994 famílias cadastradas
Visualizar
Famílias com até 12 meses de atualização cadastral
Postos de Cadastramento
Setor Censitário
Exibir Diagnóstico Socioterritorial
Floresta Nacional de Brasília
Aeroporto Internacional
Área de Relevante Interesse Ecológico Granja do Ipê
Park Way Quadra 27
Núcleo Rural Monjolinho
Núcleo Rural Casa Grande
CAUB 1
CAUB 2
Nova Betânia
Altiplano Leste
Setor Habitacional
Condomínio RK
DF-445
DF-240 BR-080 BR-251
BR-080 BR-251
DF-001
BR-070 DF-095
BR-070 DF-095 DF-180
VC-311
DF-180
BR-060
DF-280
DF-475
DF-001 BR-040
DF-463 DF-001
DF-140 BR-251 DF-140 DF-436
BR-251 DF-001
BR-251
DF-001 VC-263

Ferramentas Informacionais - Objetivos do Mapa Social

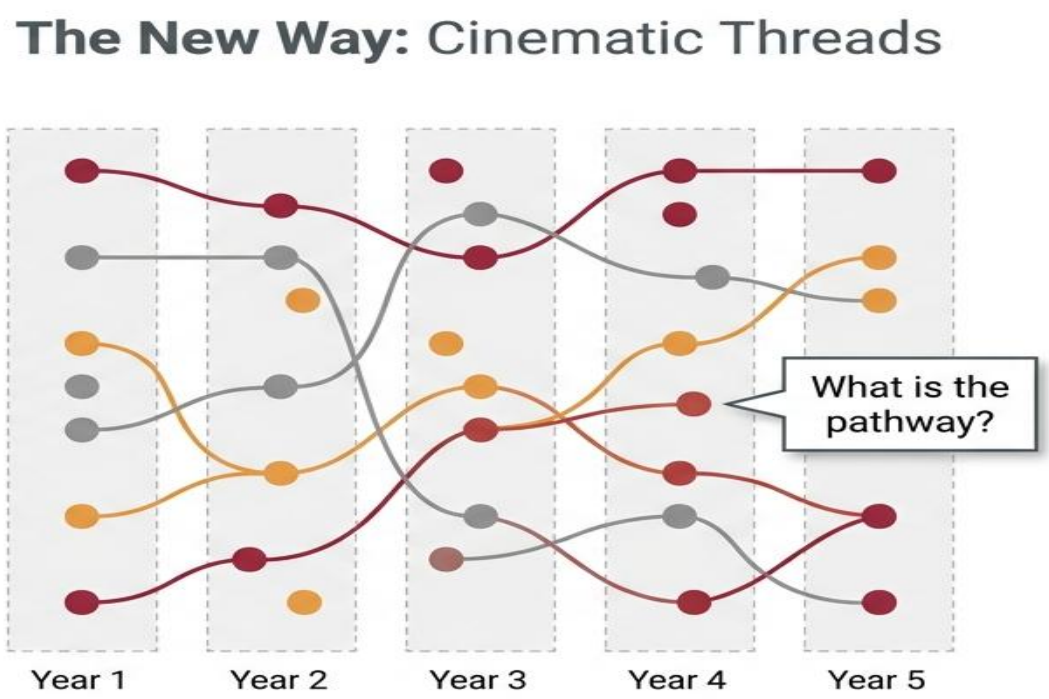
- Permitir que gestores da assistência social e usuários das políticas sociais localizem, de forma rápida e simples, os serviços e equipamentos da assistência social.

- Possibilitar que gestores das políticas públicas identifiquem, no mapa do município, as áreas de maior concentração de famílias em situação de vulnerabilidade, a partir de informações georreferenciadas do Cadastro Único.

5. Análises de Trajetórias



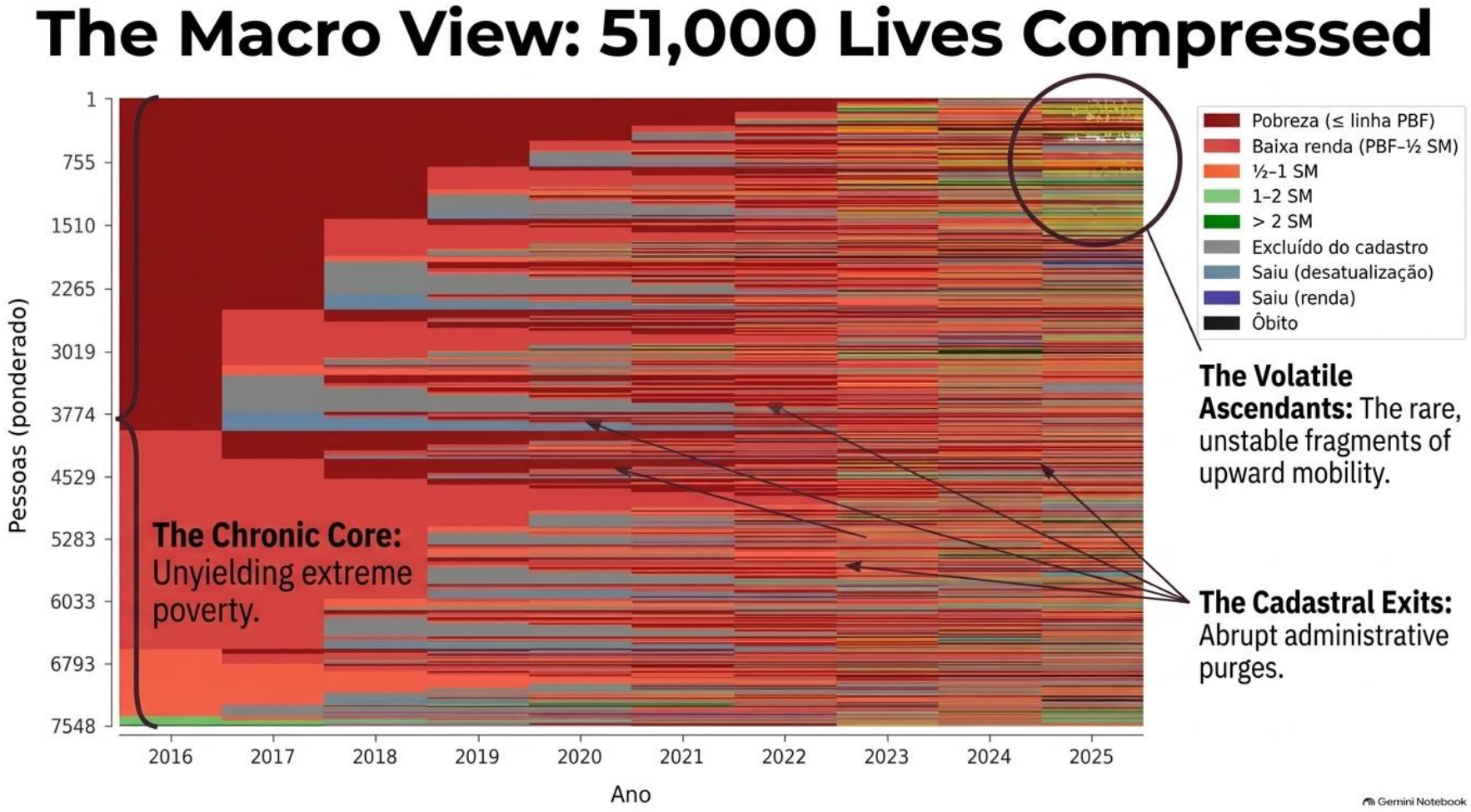
Cross-sectional data relies on isolated points in time, missing the critical distinction between chronic and transient poverty.



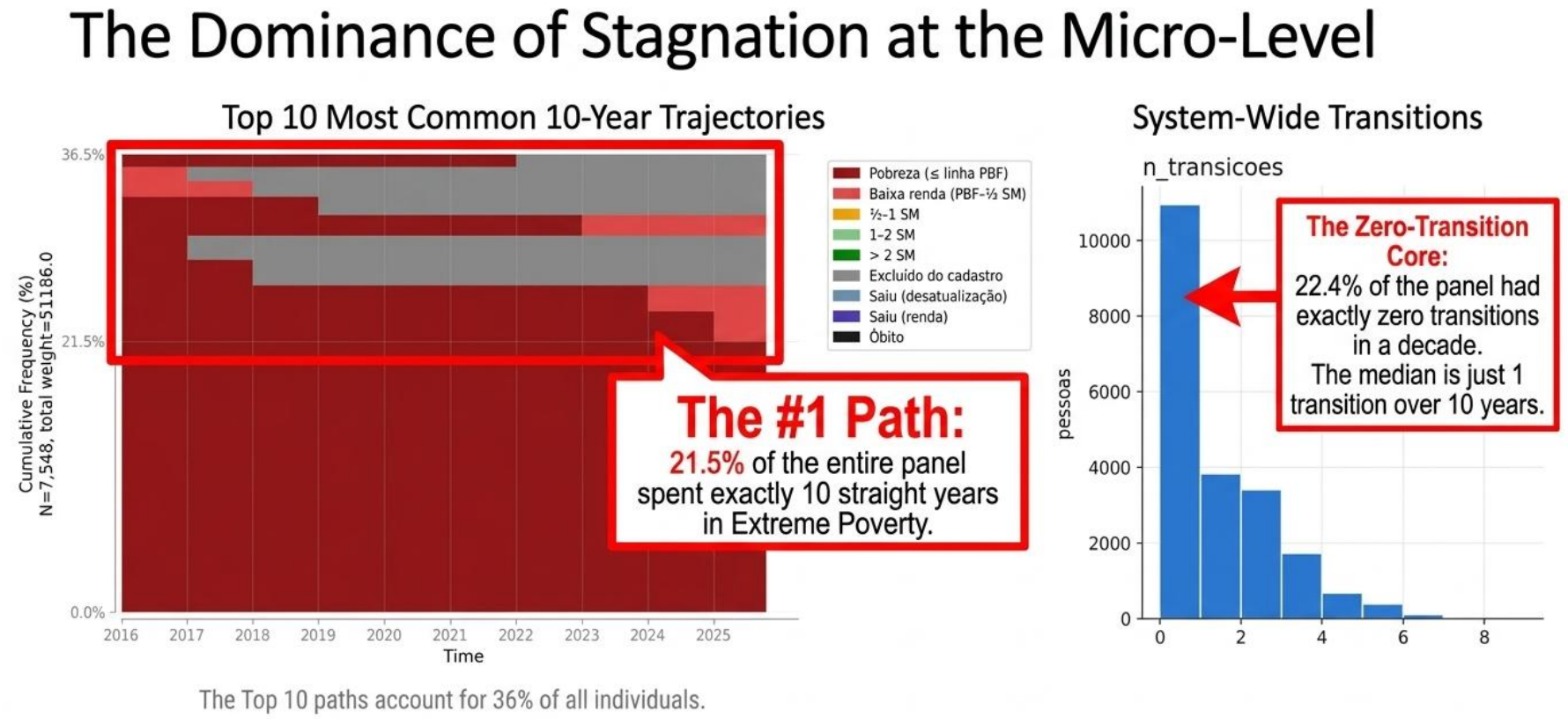
Sequence analysis treats the entire 10-year chain of an individual's life as the fundamental unit of analysis, revealing structural dynamics over time.

Gemini Notebook

Análises de Trajetórias



Análises de Trajetórias



The **structural reality of this population is extreme stability**—specifically, the structural **entrapment of poverty.**

Gemini Notebook

Palavras finais

- Necessidade de sempre fortalecer a cultura e a institucionalidade da agenda de M&A no MDS e no Gov Federal
- Articulação contínua entre áreas responsáveis é condição necessária para avançarmos ainda mais
- Transparência assegurada por dados e metadados, com a Documenta Wiki como referência
- Precisamos avançar mais no monitoramento e avaliação integrados das políticas sociais
- E na disseminação de evidências oriundas dos processos de M&A para o uso da gestão

REPLAN

Rede de Serviços de Planeamento
e Prospetiva da Administração Pública

1.º Encontro

Monitorização de Políticas Públicas

21.10.2026

Universidade Évora

Com o apoio de:

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Com o financiamento de:

PRR Plano de Recuperação e Resiliência

REPÚBLICA PORTUGUESA

Financiado pela União Europeia
NextGenerationEU

REPLAN
Rede de Serviços de Planeamento e Prospetiva da Administração Pública

1.º Encontro **Monitorização de Políticas Públicas**

MESA-REDONDA A Monitorização dos Instrumentos de Planeamento



Francisco Vala
Agência para o Desenvolvimento e Coesão (AD&C)



Maria João Gomes
Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF)



Paulo Lourenço
Agência para o Clima, I.P. (ApC)



Fernanda do Carmo
Direção Geral do Território (DGT)



Madalena Dias dos Santos
Agência para a Energia (ADENE)



Rui Fragoso
Agência para a Energia (ADENE)

MODERAÇÃO



Paulo Neto
Prof. Unidade de Monitorização de Políticas Públicas da Universidade de Évora

Com o apoio de:

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

1.º Encontro **Monitorização de Políticas Públicas**

Sessão Paralela — **OFICINA 1**

MONITORIZAÇÃO E ESTATÍSTICAS COM PERSPETIVA DE GÉNERO

REPLAN
Rede de Serviços de Planeamento e Prospetiva da Administração Pública

Funded by the European Union

EXPERTISE FRANCE
GROUPE AFD

CIG
COMISSÃO PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE DE GÊNERO
Presidência do Conselho de Ministros

Integração da Perspetiva de Género nas Políticas Públicas e nos Processos Orçamentais (2025–2027)

Apresentação da avaliação da informação de género e dos dados administrativos desagregados por sexo





Preparado por Aleksandra Vladisavljevic e Sofia Santos, peritas locais do projeto da Expertise France
Revisto por Imane El Rhomri El Fatmi, perita principal do projeto

Autodiagnóstico sobre informação relevante para a igualdade de género e dados administrativos desagregados por sexo

Principais resultados e recomendações

Integração da Perspetiva de Género nas Políticas Públicas e nos Processos Orçamentais (2025–2027) · Financiado pela União Europeia através do Instrumento de Assistência Técnica · Implementado pela Expertise France

Funded by the European Union

O que perguntámos e porquê

Dados e informação

Dados administrativos: registos de rotina, incluindo registos administrativos, bases de dados de programas e sistemas de monitorização.
Informação interna: relatórios de avaliação, relatórios estatísticos e análises.

Desagregados por sexo: dados apresentados separadamente por sexo.

ETAPA 1

Qual é a situação atual?

1 Perfil

2 Dados e informação

3 Enquadramento

4 Disponibilidade

5 Acesso e sistemas

ETAPA 2

Como utilizamos a informação?

6 Utilização da informação

7 Capacitação e coordenação

ETAPA 3

Como podemos melhorar?

8 Lacunas e necessidades

9 Comentários e iniciativas

OBJETIVO Cada instituição avalia a sua situação e propõe melhorias, para que a informação apoie as políticas públicas, o planeamento e a orçamentação.

Funded by the European Union

Resultados selecionados de 8 das 21 instituições que responderam

INSTITUIÇÕES ABRANGIDAS

Analisadas nesta apresentação (8)

- Ministério da Educação, Ciência e Inovação (MECI)
- Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)
- Ministério da Defesa Nacional (MDN)
- PLANAPP
- Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ)
- Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais (GEPAC)
- Secretaria-Geral do Governo (SGGov)
- Programa PESSOAS 2030

Outras entidades respondentes, não incluídas (13)

Operadores de transportes

TAP Air Portugal, CP, Transtejo Soflusa, Metro Mondego, Metro do Porto

Administrações portuárias

Lisboa, Setúbal e Sesimbra, Sines e Algarve, Aveiro

Reguladores e organismos técnicos

ANACOM, ANAC, GPIAAF, LNEC

ETAPA 1 DE 3

Qual é a situação atual?

Secções 1 a 5: perfil, dados e informação, enquadramento, disponibilidade, acesso e sistemas

> A maioria das instituições dispõe de dados sobre pessoas. Em 5 de 8, a recolha não é sistemática; apenas 1 de 8 tem sistemas amplamente interligados.

SECÇÃO 1 · PERFIL INSTITUCIONAL, SERVIÇOS E BASES DE DADOS

A maioria das bases de dados de beneficiários regista o sexo, mas algumas ainda não o fazem

7 de 8

prestam serviços e gerem bases de dados de beneficiários ou utilizadores (P1.3, P1.4)

As 35 bases de dados identificadas pelas 8 instituições (P1.4)



Das 11 que não registam o sexo, a maioria refere-se a entidades ou documentos; cerca de 4 abrangem pessoas: prestações, vales, reclamações e apoios às artes.

Perfil (P1.2, principais funções): planeamento estratégico 8 · monitorização e reporte 7 · recolha de dados 7 · desenvolvimento de políticas 5 · orçamentação 5

RECOMENDAÇÃO Registar o sexo em todas as bases de dados sobre pessoas, começando pelas prestações, vales e reclamações.

SECÇÃO 2 · DADOS ADMINISTRATIVOS E INFORMAÇÃO INTERNA EXISTENTES

Dados desagregados por sexo nos sistemas e documentos internos

Documento interno	Produzido internamente	Inclui regularmente dados desagregados por sexo ou informação de género	Usado regularmente no planeamento, políticas ou orçamento
Relatórios de avaliação	8	5	5
Relatórios de monitorização	8	5	4
Análises setoriais	8	5	3
Análises de situação	8	3	4
Relatórios estatísticos internos	7	3	3
Estudos de investigação	7	3	2
Análises de satisfação dos utilizadores	7	3	2
Análises de género	7	4	1

Todas as 8 instituições identificam pelo menos um sistema com dados desagregados por sexo (P2.1). Tabela: P2.3, instituições num total de 8.

RECOMENDAÇÃO Utilizar dados desagregados por sexo em todos os documentos internos usados no planeamento, nas políticas públicas e na orçamentação.

SECÇÃO 3 · ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

Existem regras para os dados; os pontos focais ou estruturas de igualdade utilizam-nos em 3 de 8 instituições

3 de 8

envolvem pontos focais ou estruturas para a igualdade de género na utilização dos dados para planeamento, políticas ou orçamento

6 de 8	dispõem de legislação ou procedimentos sobre dados administrativos (1 parcialmente)
5 de 8	definem claramente as responsabilidades pela recolha e gestão de dados
4 de 8	envolvem as áreas de orçamento ou finanças na utilização dos dados
3 de 8	não têm um processo formal de validação dos dados

RECOMENDAÇÃO Atribuir aos pontos focais de género um papel formal na utilização dos dados, em articulação com as unidades de planeamento e orçamento.

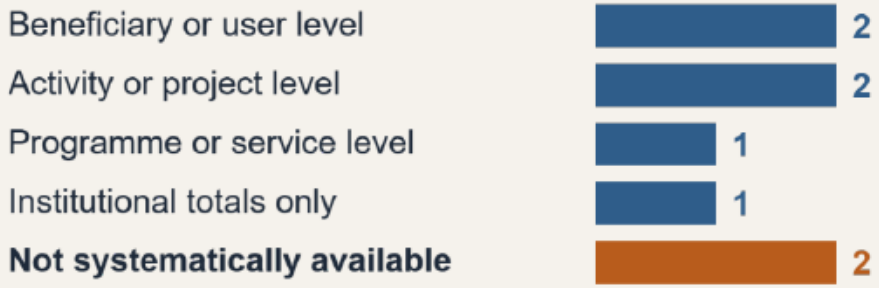
SECÇÃO 4 · DISPONIBILIDADE E QUALIDADE

A recolha de dados desagregados por sexo não é sistemática em 5 de 8 instituições

5 de 8

afirmam que os dados desagregados por sexo não são recolhidos sistematicamente nos programas

Nível mais desagregado em que os dados estão sistematicamente disponíveis



Dados regionais ou locais: disponíveis sistematicamente em 2 de 8 e parcialmente em 3 de 8.

RECOMENDAÇÃO Adotar um conjunto mínimo de dados (sexo, idade, deficiência e território) nos programas dirigidos a pessoas, distinguindo «não aplicável» de lacunas efetivas.

SECÇÃO 5 · ACESSIBILIDADE E SISTEMAS

Na maioria das instituições, os sistemas de dados estão apenas parcialmente interligados

1 de 8

tem sistemas amplamente interligados (5 parcialmente; 2 maioritariamente separados)

7 de 8	referem falta de interoperabilidade entre sistemas
7 de 8	referem preocupações com a proteção de dados ou privacidade
5 de 8	conseguem exportar facilmente dados para análise e reporte
3 de 8	disponibilizam documentação ou orientações sobre os sistemas aos trabalhadores

RECOMENDAÇÃO Definir uma norma comum de interoperabilidade, integrando regras de proteção de dados, e documentar os principais conjuntos de dados.

ETAPA 2 DE 3

Como utilizamos a informação?

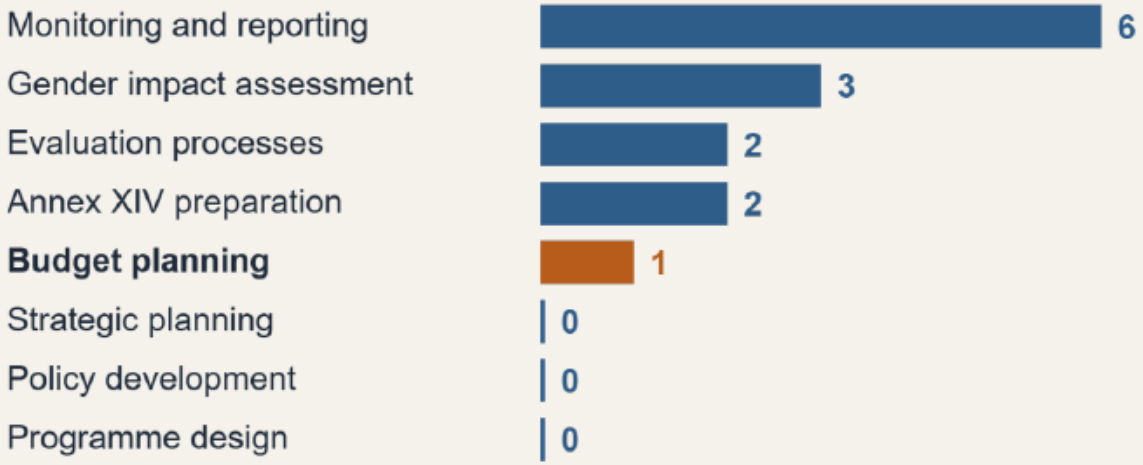
Secções 6 e 7: utilização da informação de género, capacitação e coordenação

Os dados e a informação são usados regularmente na monitorização e reporte em 6 de 8 instituições, mas na preparação orçamental apenas em 1 de 8.

SECÇÃO 6 · UTILIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO DE GÉNERO

Os dados são utilizados regularmente na monitorização e reporte, mas menos no planeamento e orçamentação

Instituições que reportam utilização regular de dados e informação



1 de 8 utiliza informação de género para a afetação de recursos

3 de 8 desconhecem a frequência de utilização na preparação do Anexo XIV

Nenhuma instituição indicou utilização regular no planeamento estratégico ou na conceção de políticas e programas; várias referiram utilização ocasional.

RECOMENDAÇÃO Utilizar informação de género desde as fases iniciais da conceção de políticas e programas e nas decisões orçamentais.

SECÇÃO 7 · CAPACITAÇÃO E COORDENAÇÃO

A capacidade para utilizar informação na orçamentação é a menos desenvolvida

Instituições que classificam a sua capacidade como elevada, por área



3 de 8 articulam regularmente planeamento e orçamento na utilização de dados e informação

3 de 8 raramente articulam informática/gestão de dados com políticas/planeamento

RECOMENDAÇÃO Criar um mecanismo regular de coordenação entre planeamento, orçamento, unidades de dados e pontos focais de género.

ETAPA 3 DE 3

Como podemos melhorar?

Secções 8 e 9: lacunas, necessidades de melhoria e comentários

> A interligação dos sistemas é a prioridade mais referida (6 de 8). Os comentários destacam também a governação dos dados.

SECÇÃO 8 · LACUNAS E NECESSIDADES PRIORITÁRIAS

A interligação dos sistemas é a prioridade mais referida

Melhorias prioritárias selecionadas (até 3 por instituição)



6 de 6 respondentes afirmam que os dados são utilizados sobretudo para reporte, não para decisões

5 de 6 respondentes afirmam que a informação de género não é utilizada suficientemente cedo na conceção de políticas ou programas

RECOMENDAÇÃO

Dar prioridade ao investimento na interligação dos sistemas, conforme solicitado pela maioria das instituições.

SECÇÃO 9 · COMENTÁRIOS ADICIONAIS

Os comentários centram-se na governação e aplicabilidade dos dados

Temas dos comentários abertos (6 de 8 entidades apresentaram contributos substantivos)

Governação	Um quadro comum de governação de dados: definições, responsabilidades, metadados e regras de qualidade
Aplicabilidade	Distinguir registos «não aplicáveis» (entidades, fluxos financeiros) de lacunas efetivas sobre pessoas
Escala	Um sistema transversal à Administração Pública para dados desagregados por sexo; aproveitar a reorganização para harmonizar
Boa prática	Dados de gestão de pessoas já desagregados e publicados em painéis de indicadores
Sensibilização	Em algumas entidades, o valor dos dados desagregados por sexo ainda não é reconhecido

RECOMENDAÇÃO Alargar as boas práticas da gestão de pessoas e aproveitar as reformas em curso para integrar a dimensão de género desde a conceção dos sistemas.

SÍNTESE · RECOMENDAÇÕES E INDICADORES

Dos resultados à situação de referência para monitorização

Etapa	Secção	Recomendação	Indicador de monitorização	Situação de referência 2026
Etapa 1 Construir a base de informação	1 **Perfil**	Registar o sexo nas bases de dados sobre pessoas	Bases de dados identificadas que registam o sexo	20 de 35
	2 **Evidência**	Utilizar dados desagregados por sexo nos produtos produzidos	Análises de género utilizadas regularmente no planeamento, nas políticas públicas e na orçamentação	1 de 8
	3 **Enquadramento**	Envolver os pontos focais na utilização dos dados	Pontos focais ou estruturas para a igualdade envolvidos na utilização dos dados	3 de 8
	4 **Disponibilidade**	Definir um conjunto mínimo de dados de género	Dados desagregados por sexo ao nível dos beneficiários	2 de 8
	5 **Sistemas**	Estabelecer normas de interoperabilidade	Sistemas de informação amplamente interligados	1 de 8
Etapa 2 Reforçar a utilização e a coordenação	6 **Utilização**	Integrar a evidência nas fases iniciais da decisão	Utilização de evidência para a afetação de recursos	1 de 8
	7 **Capacitação**	Estabelecer mecanismos regulares de coordenação	Coordenação regular entre as áreas de planeamento e orçamento	3 de 8
Etapa 3 Consolidar e integrar	8 **Prioridades**	Investir na integração dos sistemas de informação	Dados utilizados sobretudo para reporte, e não para apoiar a tomada de decisão (redução desejada)	6 de 6
	9 **Comentários**	Integrar a dimensão de género desde a conceção dos sistemas	Trabalhadores com acesso a documentação ou orientações sobre os sistemas de informação	3 de 8

CONCLUSÃO

Três prioridades

1. Melhorar a cobertura e a qualidade dos dados sobre beneficiários.
2. Integrar sistematicamente a informação de género na conceção de políticas e nas decisões de afetação de recursos.
3. Atribuir responsabilidades pela utilização da informação e acompanhar o seu efeito nas decisões.

> *A monitorização deve ajudar as instituições a melhorar as suas políticas.*

Funded by the European Union

EXPERTISE FRANCE
GROUPE AFD

CIG
COMISSÃO PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE DE GÉNERO
Presidência do Conselho de Ministros

Obrigada!



Funding acknowledgement and disclaimer

This project is funded by the European Union via the Technical Support Instrument and implemented by Expertise France, in cooperation with the European Commission.

This presentation was produced with the financial assistance of the European Union. The views expressed herein can in no way be taken to reflect the official opinion of the European Union.

Encontro de Monitorização de Políticas Públicas

Monitorização e Estatísticas com Perspetiva de Género

- Dossiê de Género



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

Emília Saleiro

Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais

21 de outubro de 2026

Dossiê de Género

- **Contexto**
  - → O Dossiê de Género é uma plataforma para acesso a indicadores estatísticos sobre (des)igualdades entre mulheres e homens em diversos contextos da vida
  - → Está disponível no Portal do INE no separador: Produtos/Dossiês Temáticos
  - → A versão atual foi disponibilizada em abril de 2024, tendo sido desenvolvida no âmbito de financiamento do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (EEA Grants 2014-2021), no contexto do Programa Conciliação e Igualdade de Género

Dossiê de Género

- **Objetivos**
  - → Disponibilizar indicadores estatísticos que permitam a análise do estado e evolução das desigualdades entre mulheres e homens em Portugal
  - → Apresentar uma estrutura de conteúdos e forma de organização facilitadora da consulta da informação (organização em árvore), da metainformação e de Destaques
  - → Garantir a atualização permanente beneficiando do sistema de informação do INE, em que se integra
  - → Assegurar flexibilidade para integrar novos desenvolvimentos decorrentes de novas fontes de informação

Dossiê de Género

- **Conteúdos**
  - → Texto de enquadramento do Dossiê; documentos de referência de âmbito nacional e internacional e ligações úteis, incluindo a bases de dados de instituições internacionais (EIGE, Eurostat; OCDE, UNECE)
  - → Indicadores estatísticos associados a 9 temas e classificados em componentes e subcomponentes
  - → Textos descritivos dos conteúdos de cada tema
  - → Destaques temáticos mais atuais

Dossiê de Género

- **Temas**



Tema	N.º Indicadores
1. População e Demografia	77
2. Saúde e Incapacidades	89
3. Educação e Formação	54
4. Investigação científica e Sociedade digital	29
5. Mercado de trabalho	95
6. Decisão	21
7. Conciliação trabalho-vida familiar	30
8. Condições de vida	44
9. Crime e Violência	37
Total	**476**

Dossiê de Género

- **Acesso/Navegação**
  - → a partir do *endereço web*
    - → *www.ine.pt/Produtos/Dossiês Temáticos/Género*
  - → Selecionar sucessivamente o Tema, Componente, Subcomponente e Indicador pretendido
  - → A visualização dos dados estatísticos correspondentes ao indicador selecionado é realizada com base nos procedimentos habituais de consulta no Portal do INE

1.º Encontro **Monitorização de Políticas Públicas**

Sessão Paralela — **OFICINA 2**

COMUNICAÇÃO DE DADOS

REPLAN
Rede de Serviços de Planeamento e Prospetiva da Administração Pública

1º Encontro

Oficina: Comunicação de Dados

Animação AD&C - Agência para o Desenvolvimento e Coesão



OBJETIVO

Analisar imagens informativas e, se necessário, fazer propostas de melhoria

OFICINA: COMUNICAÇÃO DE DADOS

DURAÇÃO TOTAL

1h45

14:00–14:05	**Acolhimento e enquadramento** Objetivos e organização da sessão	5 min
14:05–14:15	**Apresentação** Contexto, universo de análise e critérios	10 min
14:15–15:00	**Oficina de trabalho** Estudos de caso	45 min
15:05–15:45	**Partilha, conclusões e encerramento** Contributos dos grupos	40 min

Critérios de análise MACRO

BOM Solução gráfica interessante, com potencial para ser replicada em trabalhos futuros.

MAU Solução inadequada para representar os dados ou tecnicamente mal construída.

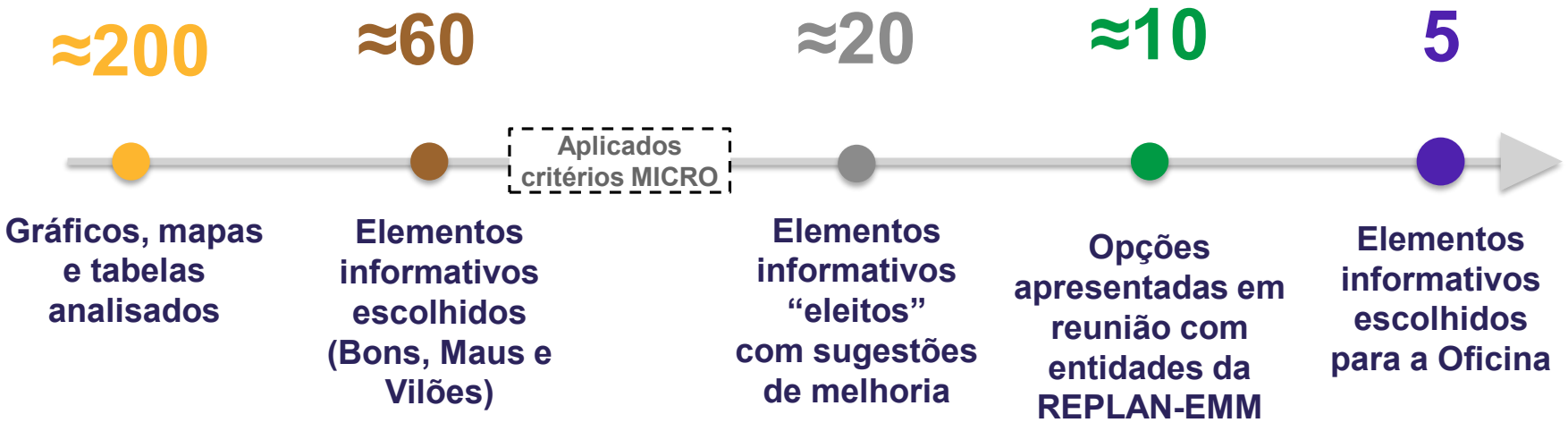
VILÃO Solução gráfica que pode induzir o leitor em erro.



UNIVERSO DE ANÁLISE

45
Instrumentos de monitorização

34
Produtos de monitorização analisados



Fonte:Catálogo de Produtos de Monitorização

Critérios de análise MICRO

CRITÉRIOS

- **A** **Fácil leitura** — *compreensão*
- **B** **Atrativo e claro** — *design*
- **C** **Adequado** — *propósito*
- **D** **Conta uma história** — *narrativa*

Aplicável apenas a elementos gráficos

- **E** **Multivariado e complexo** — *sofisticação*
- **F** **Fácil executar** — *software*

Aplicável apenas a tabelas e quadros

- **G** **Navegação intuitiva** — *orientação*

RESPOSTAS

- **SIM**
- **SIM, MAS**
- **NÃO**

EXEMPLO — CRITÉRIO A

Fácil leitura?

- **SIM** — **"Sim…"** Clareza do título e facilidade de associação entre a legenda e o gráfico; informação hierarquizada.
- **SIM, MAS** — **"Sim, mas…"** Excesso de variáveis representadas ou difícil associação entre legenda e variável.
- **NÃO** — **"Não…"** Excesso de elementos visuais.

Critérios de análise MICRO

CRITÉRIOS

- **A** **Fácil leitura** — *compreensão*
- **B** **Atrativo e claro** — *design*
- **C** **Adequado** — *propósito*
- **D** **Conta uma história** — *narrativa*

Aplicável apenas a elementos gráficos

- **E** **Multivariado e complexo** — *sofisticação*
- **F** **Fácil executar** — *software*

Aplicável apenas a tabelas e quadros

- **G** **Navegação intuitiva** — *orientação*

RESPOSTAS

SIM

SIM, MAS

NÃO

EXEMPLO — CRITÉRIO B

Atrativo e claro?

"Sim…" Design limpo; elementos visuais de apoio à leitura; cor enquanto variável.

"Sim, mas…" Poderiam existir alguns elementos de apoio à leitura; uso de cores na codificação das variáveis ajudaria a leitura.

"Não…" Demasiada informação/poluição visual.

Critérios de análise MICRO

CRITÉRIOS

- **A** **Fácil leitura** — *compreensão*
- **B** **Atrativo e claro** — *design*
- **C** **Adequado** — *propósito*
- **D** **Conta uma história** — *narrativa*

Aplicável apenas a elementos gráficos

- **E** **Multivariado e complexo** — *sofisticação*
- **F** **Fácil executar** — *software*

Aplicável apenas a tabelas e quadros

- **G** **Navegação intuitiva** — *orientação*

RESPOSTAS

SIM

SIM, MAS

NÃO

EXEMPLO — CRITÉRIO F

Fácil execução?

"Sim…" Qualquer pessoa utilizando softwares habituais (ex. Excel).

"Sim, mas…" Só é possível em software menos acessível à AP ou em Excel com domínio avançado.

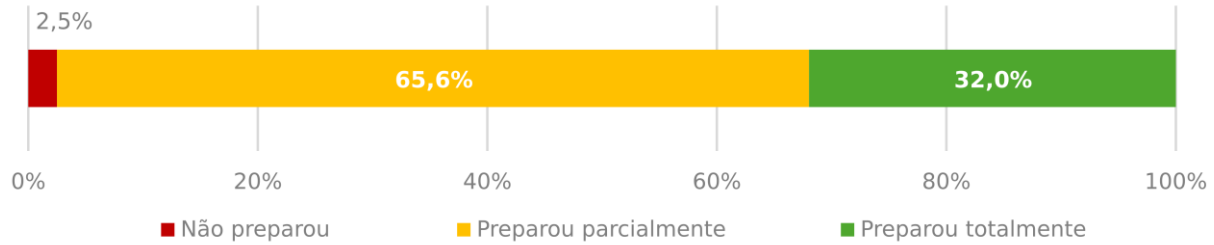
"Não…" Não é possível construir a imagem informativa com facilidade ou a imagem é desenhada.

PROCESSO DE ANÁLISE - NA PRÁTICA

Antes

EXEMPLO

Gráfico 13 – Avaliação sobre a formação recebida preparou-o/a para o desenvolvimento adequado das suas funções no âmbito da educação inclusiva (diretores)



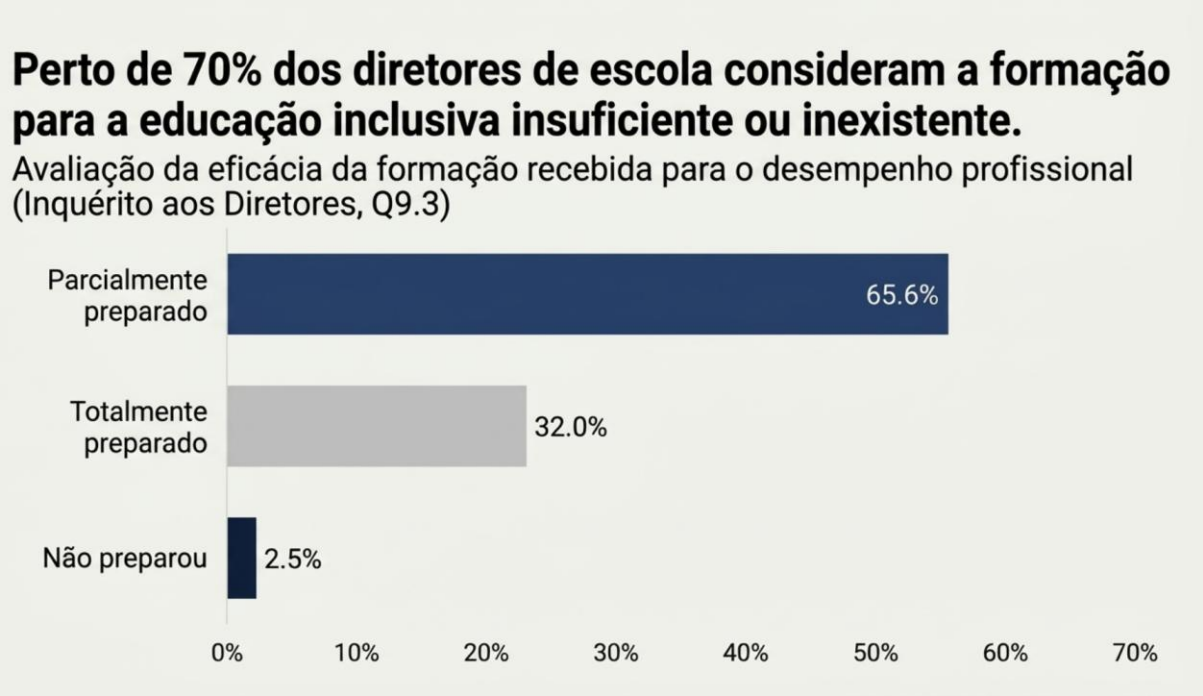
Fonte: Outputs dos inquéritos dos diretores (Q9.3)

CRITÉRIOS	RESPOSTAS
A **Fácil leitura?** *compreensão*	SIM
B **Atrativo e claro?** *design*	SIM, MAS
C **Adequado?** *propósito*	SIM
D **Conta uma história?** *narrativa*	SIM, MAS
E **Multivariado e complexo?** *sofisticação*	NÃO
F **Fácil execução?** *software*	SIM

PROCESSO DE ANÁLISE - NA PRÁTICA

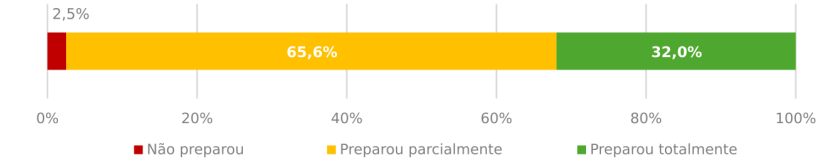
Após IA

EXEMPLO



CRITÉRIOS	RESPOSTAS
A **Fácil leitura?** *compreensão*	SIM, MAS
B **Atrativo e claro?** *design*	SIM
C **Adequado?** *propósito*	SIM
D **Conta uma história?** *narrativa*	SIM, MAS
E **Multivariado e complexo?** *sofisticação*	NÃO
F **Fácil execução?** *software*	SIM

PROCESSO DE ANÁLISE - NA PRÁTICA



Fonte: Outputs dos inquéritos dos diretores (Q9.3)

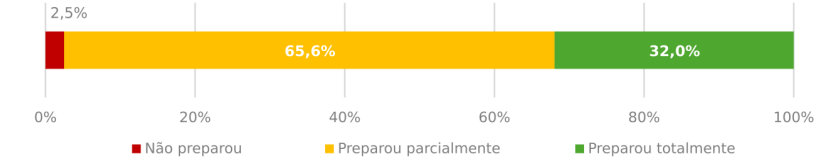
CRITÉRIOS

- **A** **Fácil leitura?** *compreensão*
- **B** **Atrativo e claro?** *design*
- **C** **Adequado?** *propósito*
- **D** **Conta uma história?** *narrativa*
- **E** **Multivariado e complexo?** *sofisticação*
- **F** **Fácil execução?** *software*

FOCO DE ANÁLISE

- **A** **A mensagem principal é apreendida rapidamente ou exige demasiado esforço mental?**
- **B** **O uso de cores, tipografia e alinhamento ajuda na leitura e é esteticamente apelativo?**
- **C** **O formato escolhido responde eficazmente ao objetivo da comunicação?**
- **D** **Existe um fio condutor claro ou uma conclusão evidente nos dados apresentados?**
- **E** **A visualização consegue cruzar várias variáveis ou dimensões sem perder a clareza?**
- **F** **É uma solução viável de reproduzir com as ferramentas técnicas disponíveis no dia a dia?**

PROCESSO DE ANÁLISE - NA PRÁTICA



Fonte: Outputs dos inquéritos dos diretores (Q9.3)

CRITÉRIOS

- **A** **Fácil leitura?** *compreensão*
- **B** **Atrativo e claro?** *design*
- **C** **Adequado?** *propósito*
- **D** **Conta uma história?** *narrativa*
- **E** **Multivariado e complexo?** *sofisticação*
- **F** **Fácil execução?** *software*

PRINCIPIOS

- **A** **Excesso de variáveis numa imagem pode dificultar a sua compreensão**
- **B** **Menos elementos visuais pode garantir maior legibilidade**
- **C** **A natureza da informação pode influenciar o formato do gráfico**
- **D** **Imagens simples e sem apontamentos dificilmente contam histórias**
- **E** **Adaptar o tipo de gráfico à literacia visual do Público-Alvo**
- **F** **Imagens que impliquem desenho manual são de difícil replicação**

Figura 1

Antes

Após IA

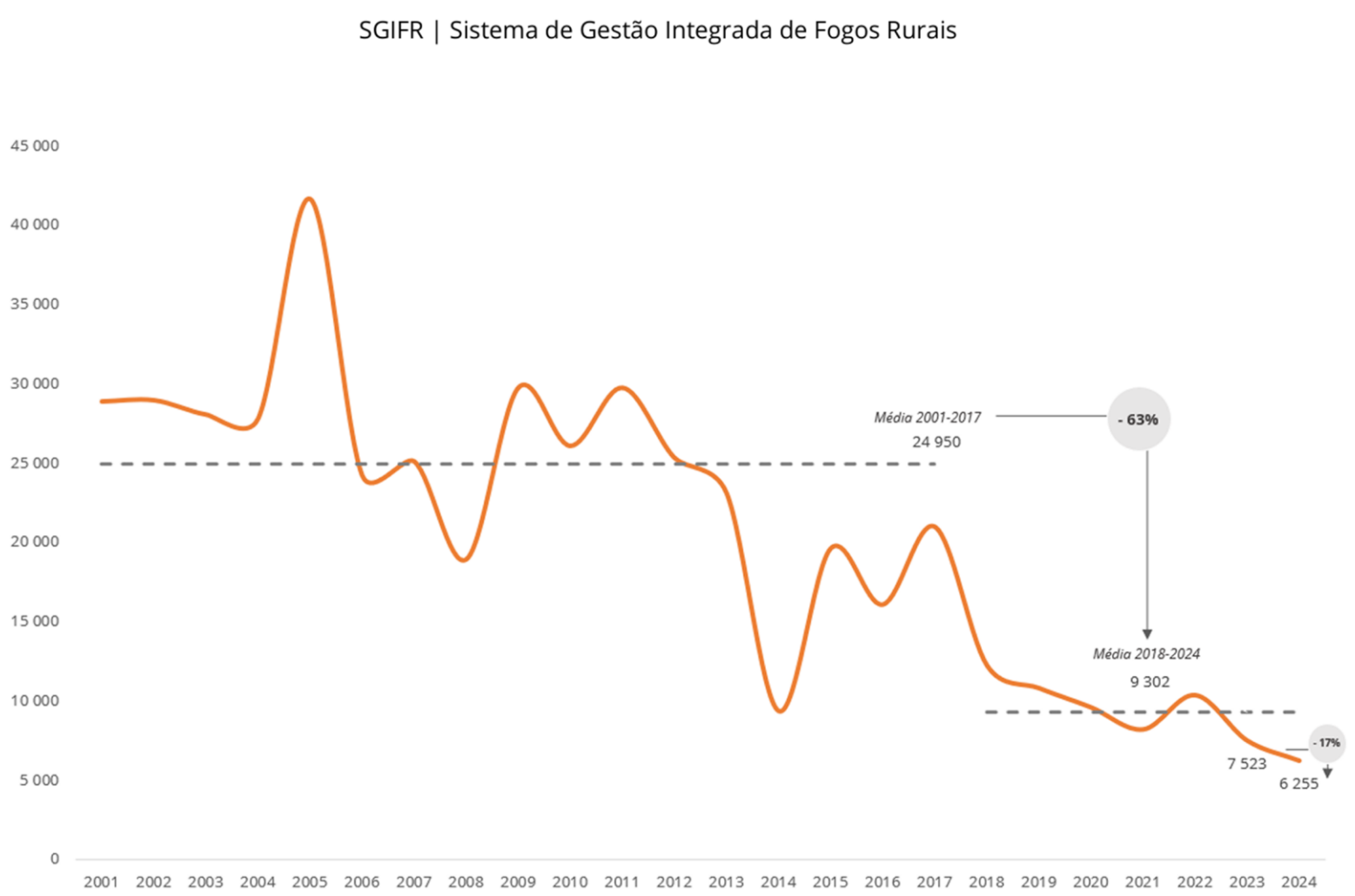


Figura 1 - Evolução do número de ocorrências 2001-2024. Fonte: ICNF/SGIFR

Figura 1

Antes

Após IA

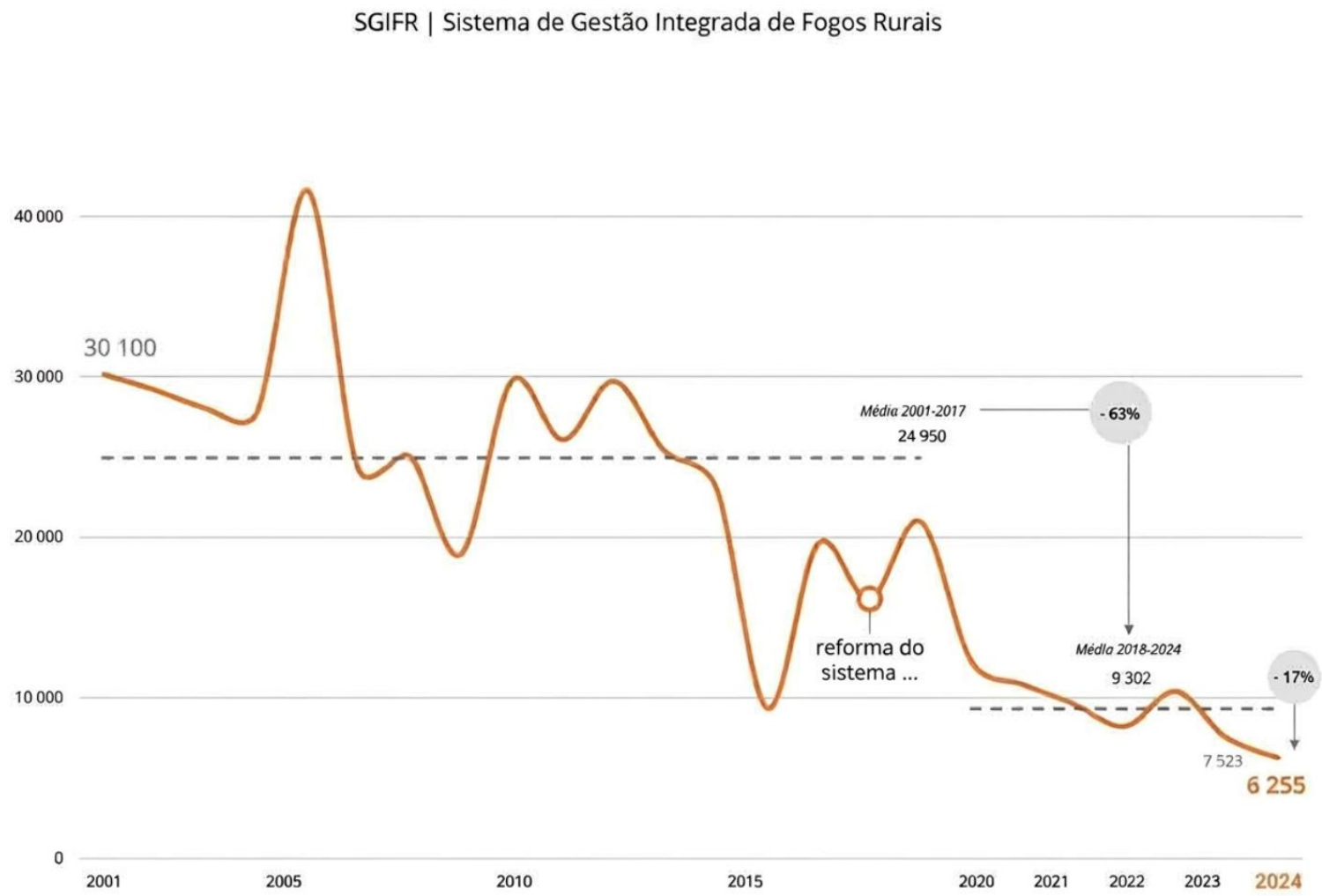


Figura 1 - Evolução do número de ocorrências 2001-2024. Fonte: ICNF/SGIFR

Figura 2

Operações | Fundo aprovado, executado e pago por Programa e Fundo

	Fundo Aprovado (mil euros)	Fundo Executado (mil euros)	Fundo Pago (mil euros)	Taxa de aprovação (APR/PR)	Taxa de execução (EXEC/PR)	Taxa de realização (EXEC/AP)	Taxa de pagamento (PG/AP)
Portugal2030	**14 318 235**	**4 985 666**	**5 288 678**	**62,3%**	**21,7%**	**34,8%**	**36,9%**
Compete2030	**2 599 832**	**287 344**	**333 877**	**66,6%**	**7,4%**	**11,1%**	**12,8%**
FEDER	2 418 825	278 649	320 439	69,0%	8,0%	11,5%	13,2%
FSE+	181 007	8 695	13 438	45,3%	2,2%	4,8%	7,4%
Sustentável2030	**2 032 046**	**667 065**	**638 021**	**65,4%**	**21,5%**	**32,8%**	**31,4%**
FC	2 032 046	667 065	638 021	65,4%	21,5%	32,8%	31,4%
Pessoas2030	**4 257 476**	**2 416 522**	**2 651 779**	**74,8%**	**42,5%**	**56,8%**	**62,3%**
FSE+	4 257 476	2 416 522	2 651 779	74,8%	42,5%	56,8%	62,3%
Norte2030	**1 977 545**	**452 579**	**462 846**	**58,2%**	**13,3%**	**22,9%**	**23,4%**
FEDER	1 680 520	371 615	370 992	56,5%	12,5%	22,1%	22,1%
FSE+	244 637	72 445	79 191	67,6%	20,0%	29,6%	32,4%
FTJ	52 388	8 520	12 663	87,4%	14,2%	16,3%	24,2%
Centro2030	**991 055**	**341 352**	**352 337**	**45,6%**	**15,7%**	**34,4%**	**35,6%**
FEDER	793 119	270 179	273 667	42,5%	14,5%	34,1%	34,5%
FSE+	145 238	55 200	61 959	60,6%	23,0%	38,0%	42,7%
FTJ	52 698	15 973	16 711	81,2%	24,6%	30,3%	31,7%
Lisboa2030	**289 208**	**83 996**	**85 988**	**76,0%**	**22,1%**	**29,0%**	**29,7%**
FEDER	238 563	75 934	75 436	75,1%	23,9%	31,8%	31,6%
FSE+	50 645	8 063	10 552	80,4%	12,8%	15,9%	20,8%
Alentejo2030	**585 858**	**138 740**	**148 290**	**53,0%**	**12,6%**	**23,7%**	**25,3%**
FEDER	414 159	112 717	115 208	47,3%	12,9%	27,2%	27,8%
FSE+	83 902	22 929	28 957	64,6%	17,6%	27,3%	34,5%
FTJ	87 797	3 094	4 125	88,7%	3,1%	3,5%	4,7%
Algarve2030	**354 820**	**102 983**	**106 009**	**45,5%**	**13,2%**	**29,0%**	**29,9%**
FEDER	277 623	74 468	73 990	41,5%	11,1%	26,8%	26,7%
FSE+	77 196	28 514	32 018	68,9%	25,5%	36,9%	41,5%
Açores2030	**538 998**	**212 392**	**205 637**	**47,3%**	**18,6%**	**39,4%**	**38,2%**
FEDER	381 209	122 615	112 940	56,0%	18,0%	32,2%	29,6%
FSE+	157 788	89 777	92 697	34,3%	19,5%	56,9%	58,7%
Madeira2030	**290 175**	**116 504**	**130 989**	**38,2%**	**15,3%**	**40,1%**	**45,1%**
FEDER	145 036	37 383	37 930	32,9%	8,5%	25,8%	26,2%
FSE+	145 139	79 121	93 058	45,5%	24,8%	54,5%	64,1%
PAT2030	**121 860**	**56 578**	**61 168**	**72,4%**	**33,6%**	**46,4%**	**50,2%**
FEDER	121 860	56 578	61 168	72,4%	33,6%	46,4%	50,2%
MAR2030	**279 364**	**109 611**	**111 738**	**71,2%**	**27,9%**	**39,2%**	**40,0%**
FEAMPA	279 364	109 611	111 738	71,2%	27,9%	39,2%	40,0%

Antes

Após IA

Figura 2

Antes

Após IA

Acordo de Parceria Portugal 2030

Legenda

Valores absolutos – escala verde-laranja (sem contemplar com o total)

Valores relativos – utilização de uma cor: mais intenso ou mais escuro para % mais elevadas

Operações | Fundo aprovado, executado e pago por Programa e Fundo (Visão Melhorada)

Programa / Fundo	Funds			Fees & Ratios			
	Approved Fund (€'000)	Executed Fund (€'000)	Paid Fund (€'000)	Approval Ratio	Execution Ratio	Realization Ratio	Payment Ratio
Portugal 2030	**11 996 594**	**3 660 055**	**3 976 976**	**46,2%**	**16,9%**	**30,5%**	**38,2%**
Compete2030	**1 794 782**	191 055	216 397	46,0%	-	10,5%	16,1%
Sustentável2030	**4 177 310**	191 055	211 179	49,0%	- 5,5%	0,0%	6,7%
FSE+		**1 831 031**	5 218	47,9%	13,9%	28,9%	51,4%
Pessoas2030	**1 711 712**	**333 311**	**1 314 887**	**72,2%**	**32,2%**	**14,5%**	**19,4%**
FEDER	1 444 066	277 222	233 187	48,6%	19,3%	16,4%	29,4%
FTJ	52 818	**1 323**	1 504	**88,1%**	2,2%	2,5%	2,5%
Centro2030	**858 888**	**254 377**	**263 333**	**39,6%**	**11,7%**	**20,6%**	**30,6%**
FEDER	142 184	11 034	47 678	59,8%	17,5%	30,4%	33,5%
Lisboa2030	**222 999**	**60 888**	**61 881**	**60,2%**	**16,0%**	**21,7%**	**26,6%**
FEDER	46 223	5 257	7 914	71,8%	8,3%	11,6%	11,6%
Alentejo2030	**472 724**	**100 559**	**103 990**	**42,6%**	- 9,1%	**21,2%**	**22,0%**
FEDER	322 415	83 192	82 330	56,6%	15,1%	23,2%	25,0%
FTJ	76 643	**83**	**919**	77,4%	0,1%	0,1%	- 1,2%
Algarve2030	**299 773**	**70 261**	**71 267**	**38,4%**	9,0%	**23,4%**	**23,8%**
Açores2030	227 338	20 181	24 766	34,0%	14,9%	37,2%	28,4%
FEDER	**417 984**	**160 110**	**165 554**	**45,9%**	16,6%	**30,5%**	**37,7%**
FSE+	115 941	63 624	95 858	**27,4%**	13,8%	50,5%	54,7%
Madeira2030	**297 156**	**87 699**	**26 487**	**20,9%**	11,8%	**40,5%**	**58,7%**
PAT2030	**130 310**	**46 219**	**47 666**	**77,4%**	27,5%	36,5%	**36,6%**
MAR2030	**238 355**	**84 619**	**85 755**	**60,7%**	27,5%	35,5%	**36,6%**
FEAMPA	238 355	84 521	85 755	**60,7%**	21,5%	35,5%	36,6%

Legend & Formulas | Legenda a Formulas

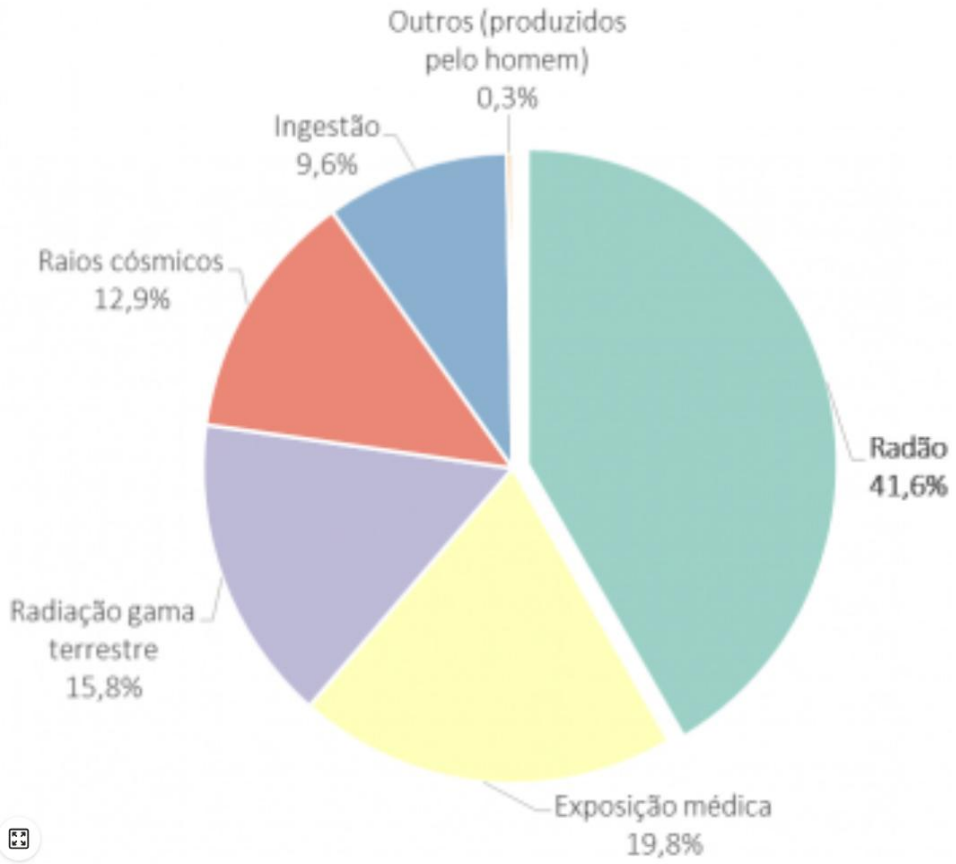
Valores en Milhares (Values in Thousands): Todos oos valores nas colunes 'Funds' (€'000) referem se a milhares de curos. (e.g., 11 996 584 representa
- **Destaques (Fundos):** Nas colunas 'Funds' (valores interios);
- **Verde Escuro** os três valores mais baixos. (entre valoret numetros numéricos.
- **PG/AP:** Pago / Aprovado: O sombreedo azul vria da intensidade mais baixa
- **Escala de Cores** para intensidade mais alta (valores altas) e **aplica-se apensa.**
- **Destaques (Fundos)** Nas colunas 'Funds' (valores interios);
- **Laranja:** Destaca os três valores mais baixos (entre valores numéricos presentes).

Figura 3

Antes

Após IA 1

Após IA 2



Percentagem da dose anual recebida pela população mundial *(adaptado Sources and Effects of Ionizing Radiation, UNSCEAR 2008 Report, Vol. I)*.

Figura 3

Antes

Após IA 1

Após IA 2

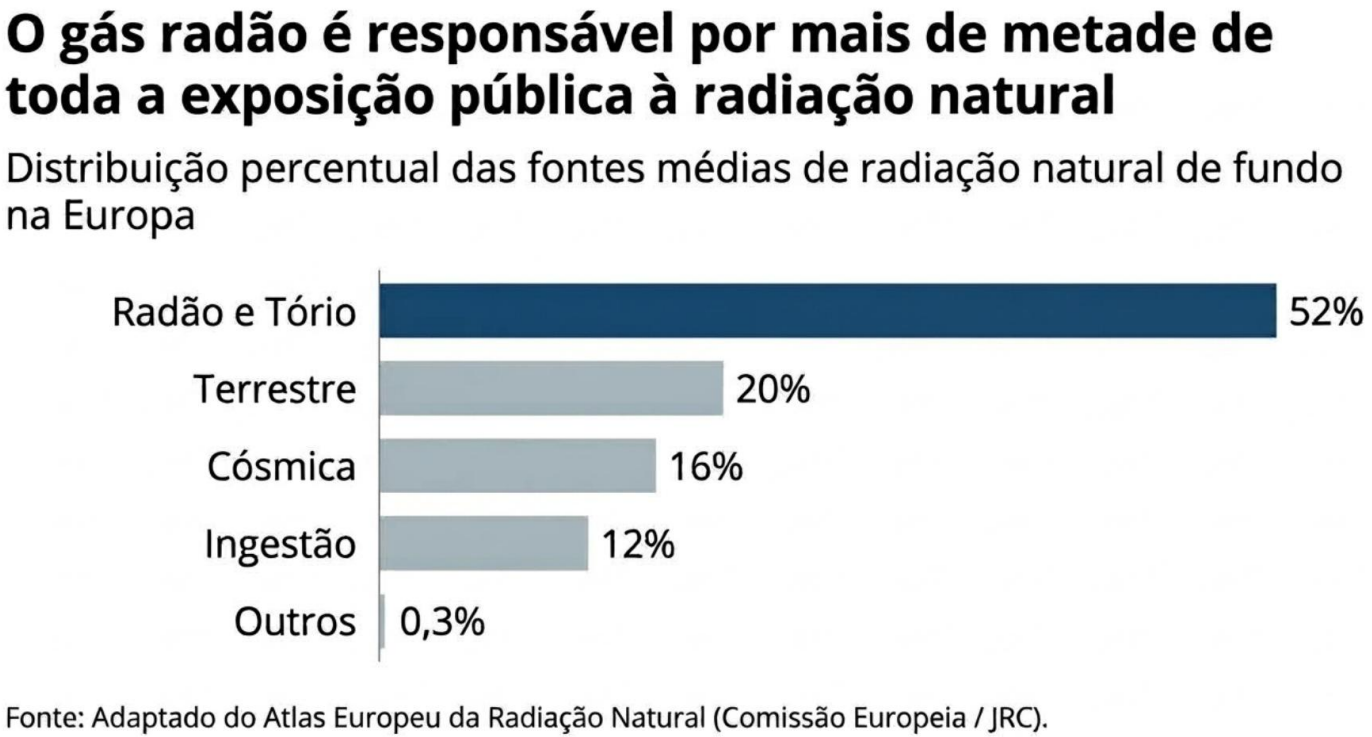


Figura 3

Antes

Após IA 1

Após IA 2

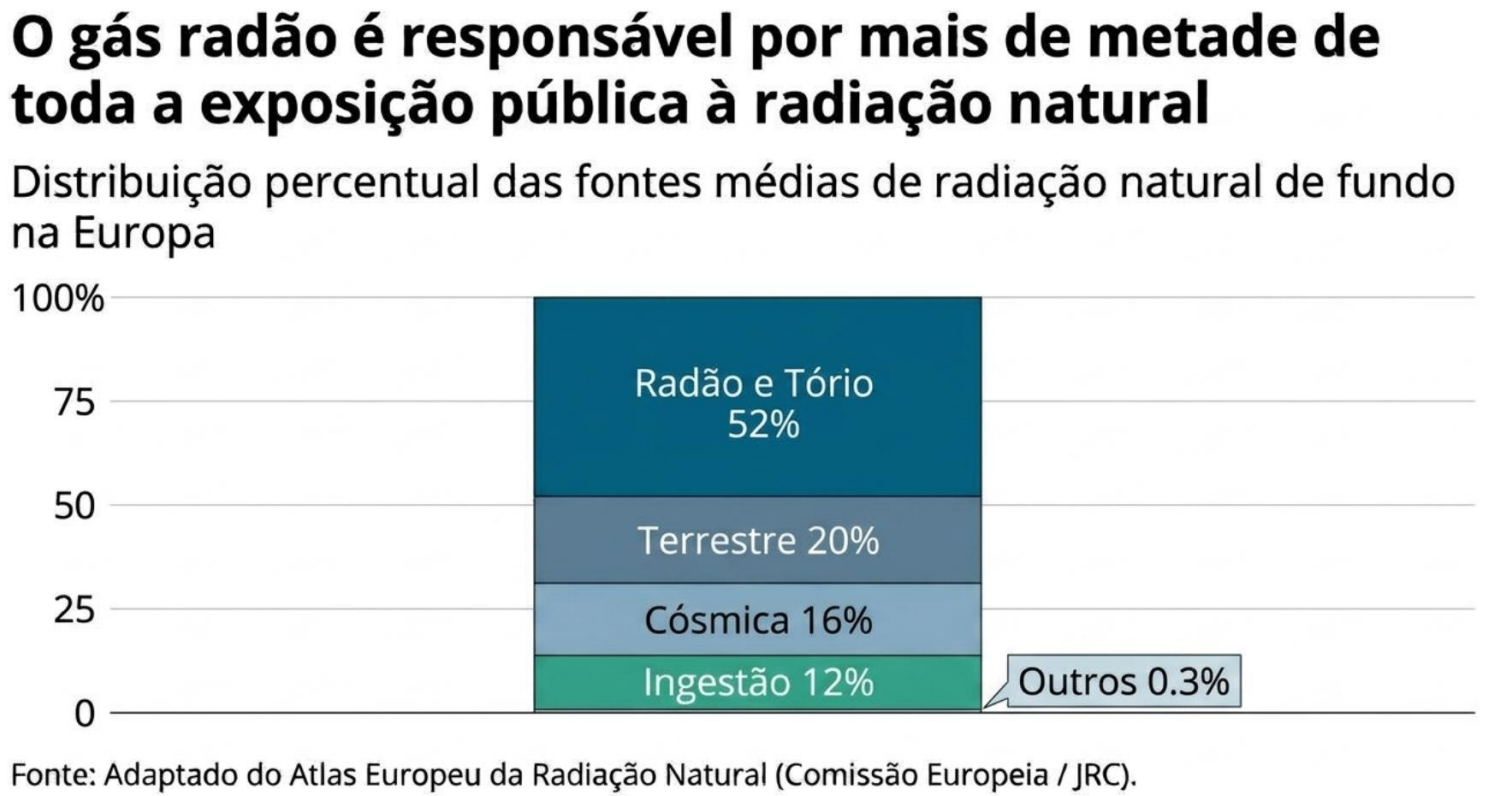


Figura 4

+Figura 2: Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (ENSANP) – Resolução do Conselho de Ministros n.º 132/2021, de 13 de setembro - link

Antes

Após IA

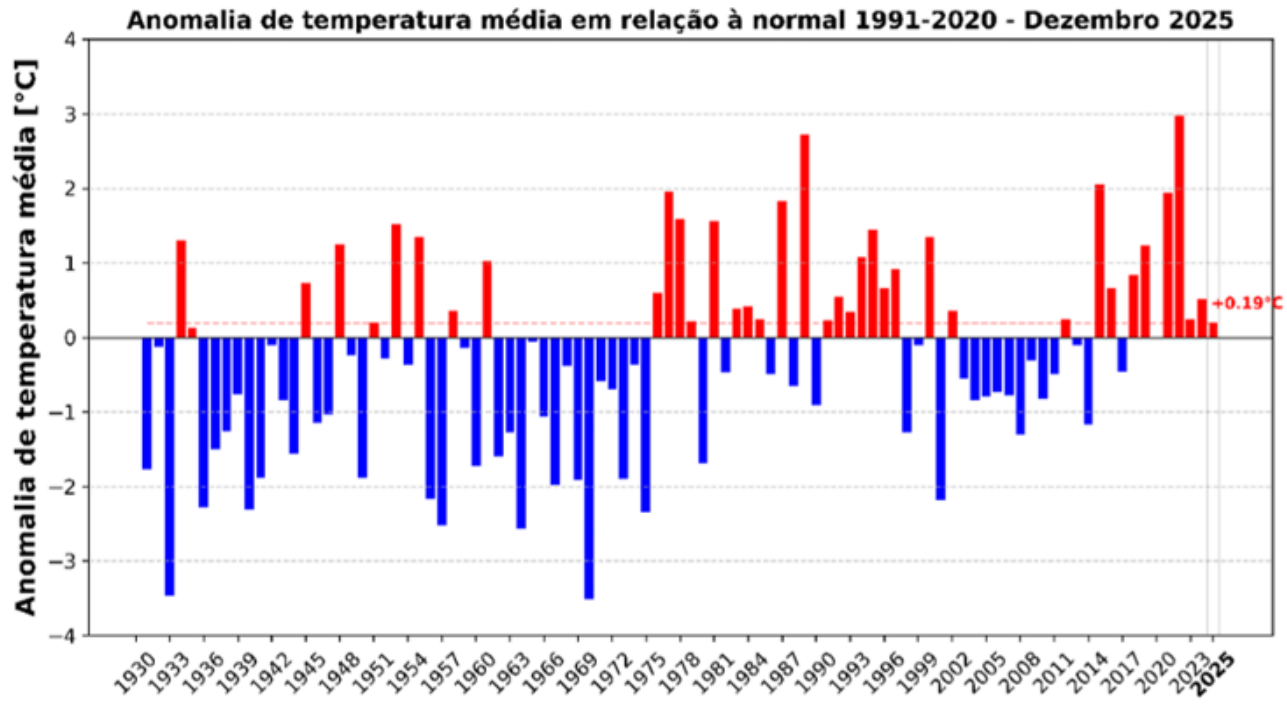


Figura 2 - Anomalias da temperatura média do ar no mês de dezembro, em Portugal continental, em relação aos valores médios no período 1991-2020 (Fonte: IPMA)

Figura 4

Antes

Após IA

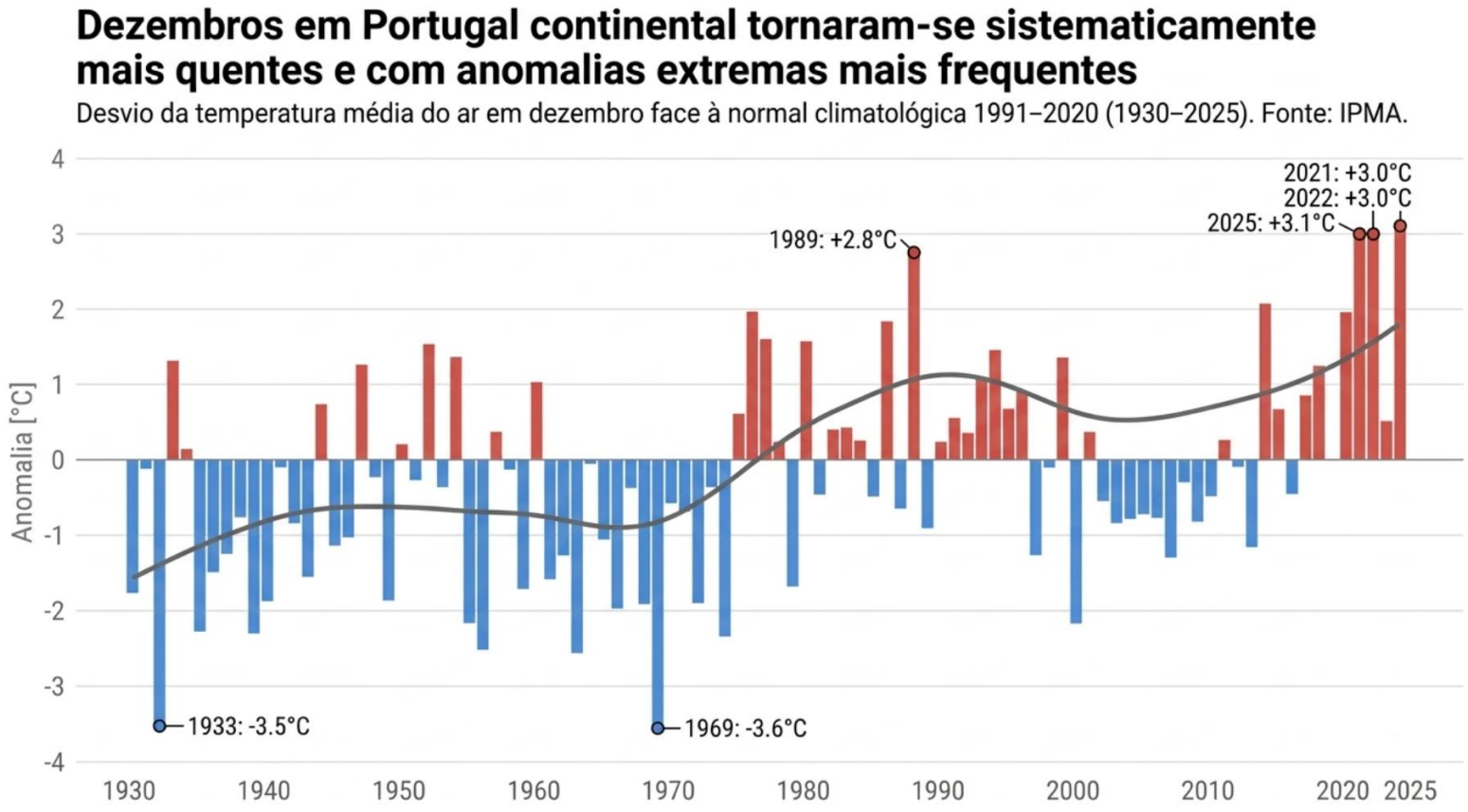
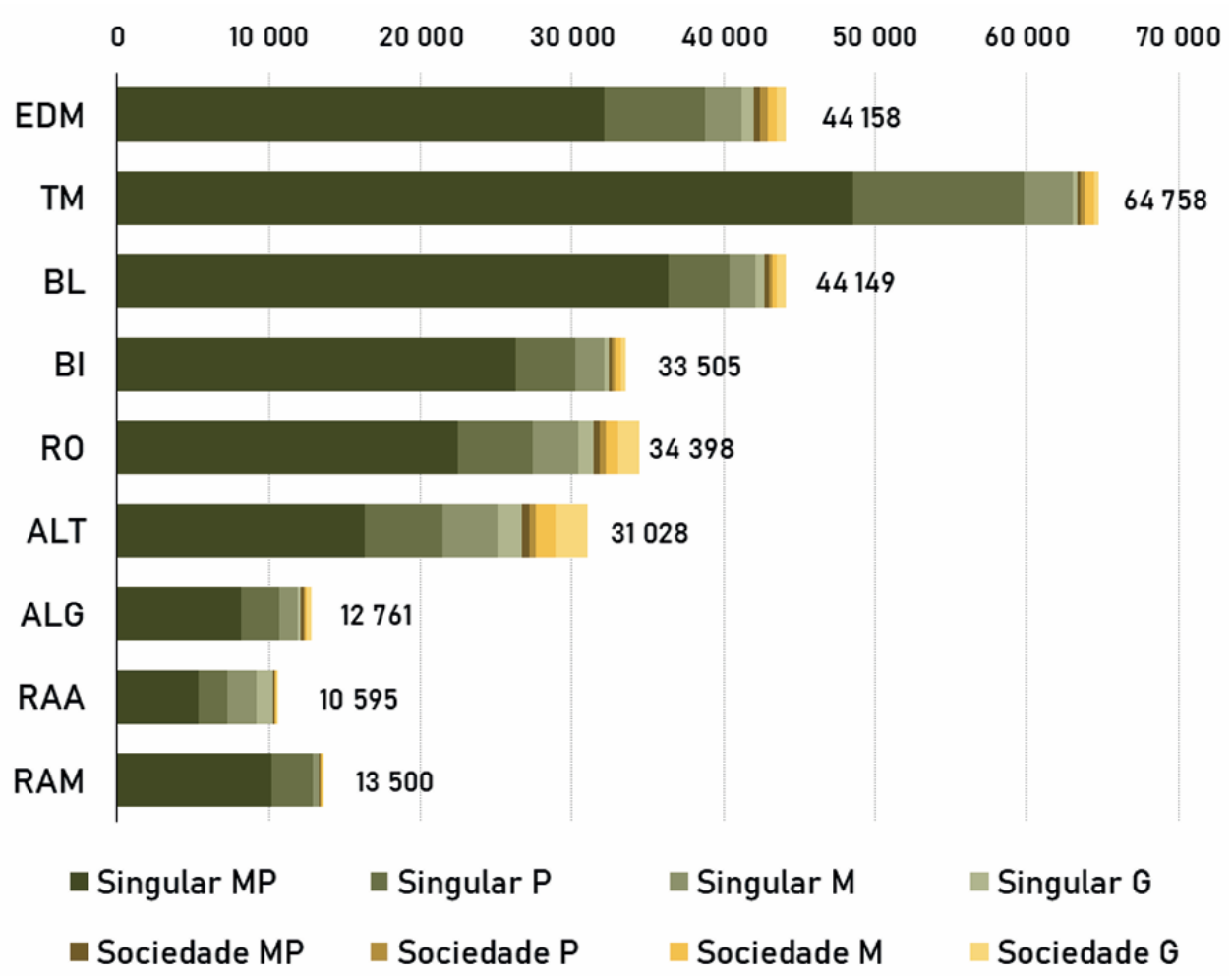


Figura 5

Gráfico 6 – Número de explorações das regiões agrárias por natureza jurídica e dimensão económica em 2019



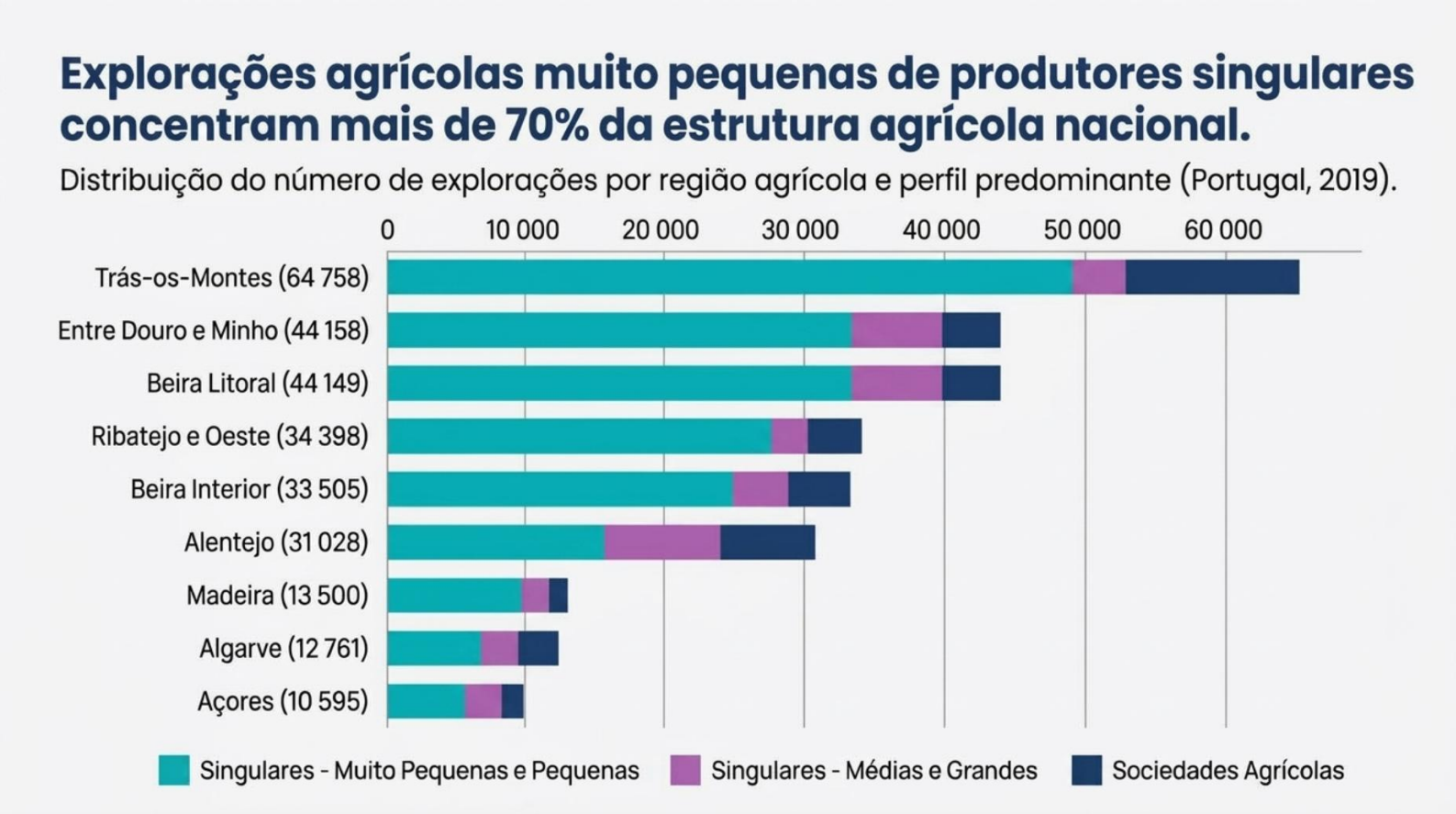
Antes

Após IA

Figura 5

Antes

Após IA



REPLAN
Rede de Serviços de Planeamento e Prospetiva da Administração Pública

1.º Encontro **Monitorização de Políticas Públicas**

Monitorização de Políticas Públicas — Dimensão Territorial



Maria da Graça Igreja
Observatório da Habitação, do Arrendamento e da Reabilitação Urbana (IHRU)



David Avelar
Plataforma ODS Local (ICE3C-ULisboa)



Rodrigo Morais e Guilherme Bravo
Atlas das Políticas Públicas (IPPS-ISCTE-IUL)

MODERAÇÃO



Isabel Pina
Direção-Geral do Território (DGT)

Com o apoio de:

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Monitorizar políticas públicas: O Papel do Observatório da Habitação

Maria da Graça Igreja | mgigreja@ihru.pt
Observatório da Habitação, do Arrendamento e da Reabilitação Urbana | oharu@ihru.pt

Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana| OHARU - Portal da Habitação

Índice

01 Observatório da Habitação, do Arrendamento e da Reabilitação Urbana

02 Monitorização do Programa Nacional de Habitação 2022 - 2026

03 Monitorização do PNH - Territórios com falta ou desadequação da oferta

04 Monitorização do PNH – Mediana dos preços de venda de habitação nova

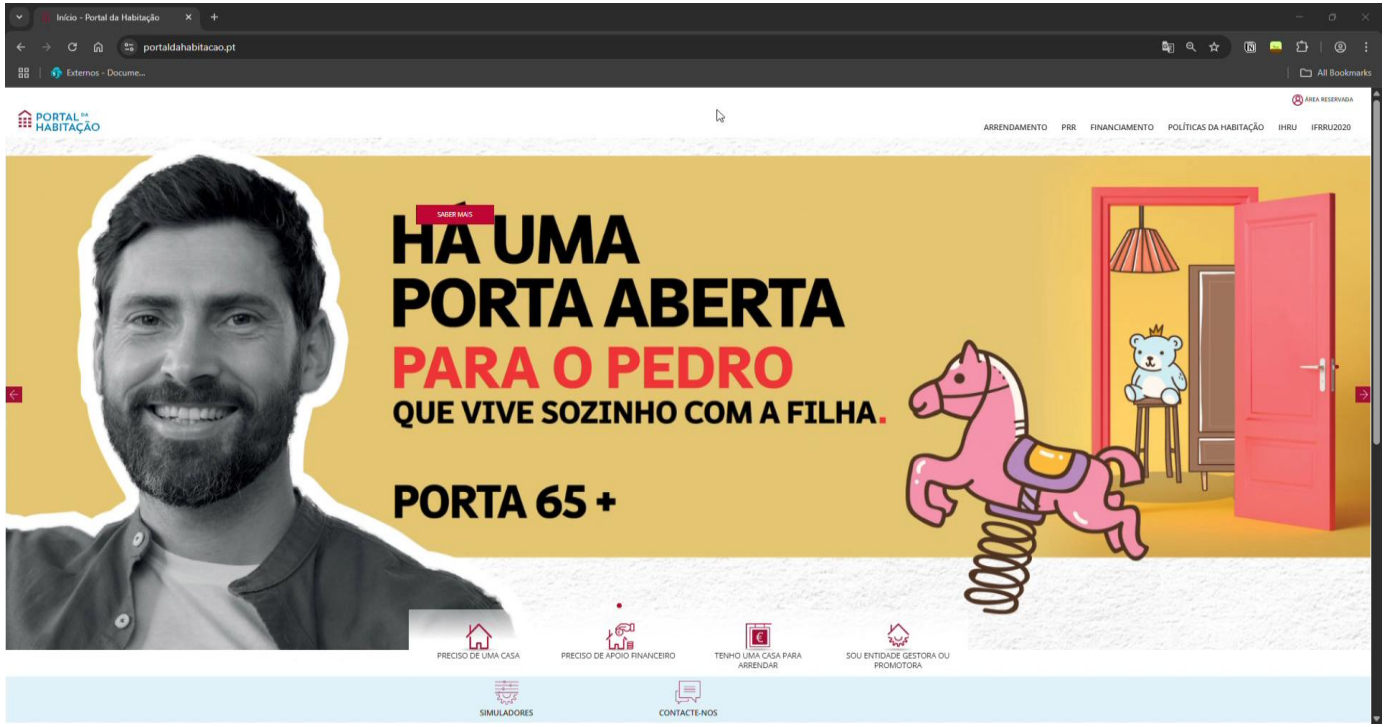
05 TSI | IAT - Sistema Nacional de Dados da Habitação

06 Conclusão

Observatório da Habitação, do Arrendamento e da Reabilitação Urbana

Áreas de atuação: OHARU - Portal da Habitação

- **Estudos e Análise Prospetiva** - investigação e análise das dinâmicas do setor da habitação.
- **Monitorização do mercado habitacional**
- **Monitorização e Avaliação de Políticas Públicas**
- **Produção de Informação e Conhecimento** - Elaboração de relatórios, tratamento e divulgação de dados estatísticos.
- **Cooperação e Parcerias em Redes Nacionais e Europeias** – Replan, Housing Europe, European Housing Policy Network, DGT, INE ...



Lê o **QR Code** para saber mais

Principais Trabalhos Realizados

2024
setembro



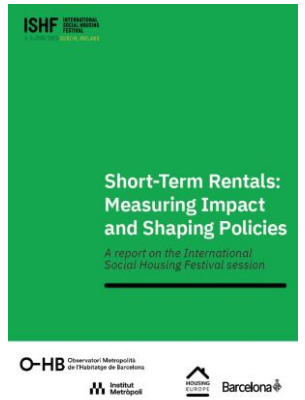
1. Estudo sobre Territórios com Falta ou Desadequação da Oferta Habitacional

2025
maio



2. 1.º Relatório Anual da Habitação e de Monitorização do Programa Nacional de Habitação

2025
junho



3. Short-Term Rentals: Measuring Impact and Shaping Policies | A report on the International Social Housing Festival session

Principais Trabalhos Realizados

2025
outubro



4. Estudo sobre o Acesso a uma Habitação Condigna: 2018 a 2025 – Sete anos do Programa 1º Direito, nº2

2025
outubro



5. Contributo para "European Compendium of Housing Policies - HOUSE4ALL // Access to Affordable and Quality Housing for All People"

2026
março



6. 2º Relatório de Avaliação Externa do Programa de Apoio ao Arrendamento (PAA)

Principais Trabalhos Realizados

2026
abril



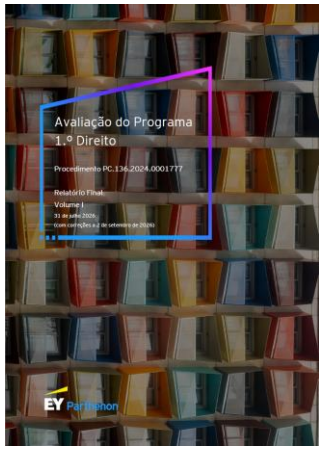
7. 2.º Relatório Anual da Habitação e de Monitorização do Programa Nacional de Habitação

2026
julho



8. Estudo do Mercado Habitacional

2026
julho



9. 2º Relatório de Avaliação Externa do Programa 1.º Direito

Monitorização do Programa Nacional de Habitação 2022 - 2026

O que é?

É o instrumento agregador do quadro de políticas do setor da Habitação que espelha uma opção politica

Estabelece os objetivos, prioridades, programas e medidas da política nacional de habitação para o período 2022 – 2026

27 Medidas

86 Metas

4.158 M€ (2.510 M€ PRR)

Lei n.º 2/2024, de 5 de janeiro

6 Eixos de Intervenção

1. Reforçar e qualificar o parque habitacional público, enquanto resposta permanente.
2. Garantir respostas de emergência para situações de risco e emergência social.
3. Incentivar a oferta privada de arrendamento a custos acessíveis.
4. Reforçar a estabilidade e confiança no mercado habitacional.
5. Qualificar os espaços residenciais e promover uma maior coesão territorial.
6. Promover a celeridade, a sustentabilidade e inovação das soluções habitacionais.



Monitorização do Programa Nacional de Habitação 2022 - 2026

Desafios

- **Complexidade multidimensional dos problemas habitacionais** - interação de fatores económicos, sociais, demográficos, financeiros e territoriais, exigindo uma análise que ultrapasse os indicadores isolados.
- **Desfasamento entre a evolução dos mercados e a produção estatística** - a informação disponível nem sempre acompanha a velocidade das mudanças no mercado habitacional;
- **Heterogeneidade territorial das dinâmicas e necessidades habitacionais**
- **Desfasamento entre os ciclos das políticas públicas e a observação dos seus resultados** - as medidas têm horizontes temporais distintos e os seus efeitos podem não ser imediatamente observáveis;
- **Fragmentação das responsabilidades e dos níveis de governação** - essencial clarificar responsabilidades, assegurar a articulação institucional e harmonizar os circuitos de informação e reporte.

Procurando responder a alguns destes desafios o PNH tinha como uma das **metas**:

- Identificação, no âmbito do Relatório Anual da Habitação, dos |**territórios com falta ou desadequação da oferta**

Monitorização do PNH - Territórios com falta ou desadequação da oferta

1 Problema

Medir zonas de pressão que apontem "necessidades habitacionais ou sem acesso à Habitação com base nos rendimentos e no preço"

2 Objetivo

Dispor de um instrumento que permita orientar as políticas de habitação para onde é mais preciso.

3 Meta

Identificar os territórios com falta ou desadequação de oferta habitacional.

4 Execução

Dashboard dinâmico em Power BI.

5 Resultado

Informação territorial acessível para apoiar a decisão política.

Lê o **QR Code** e consulta o resultado

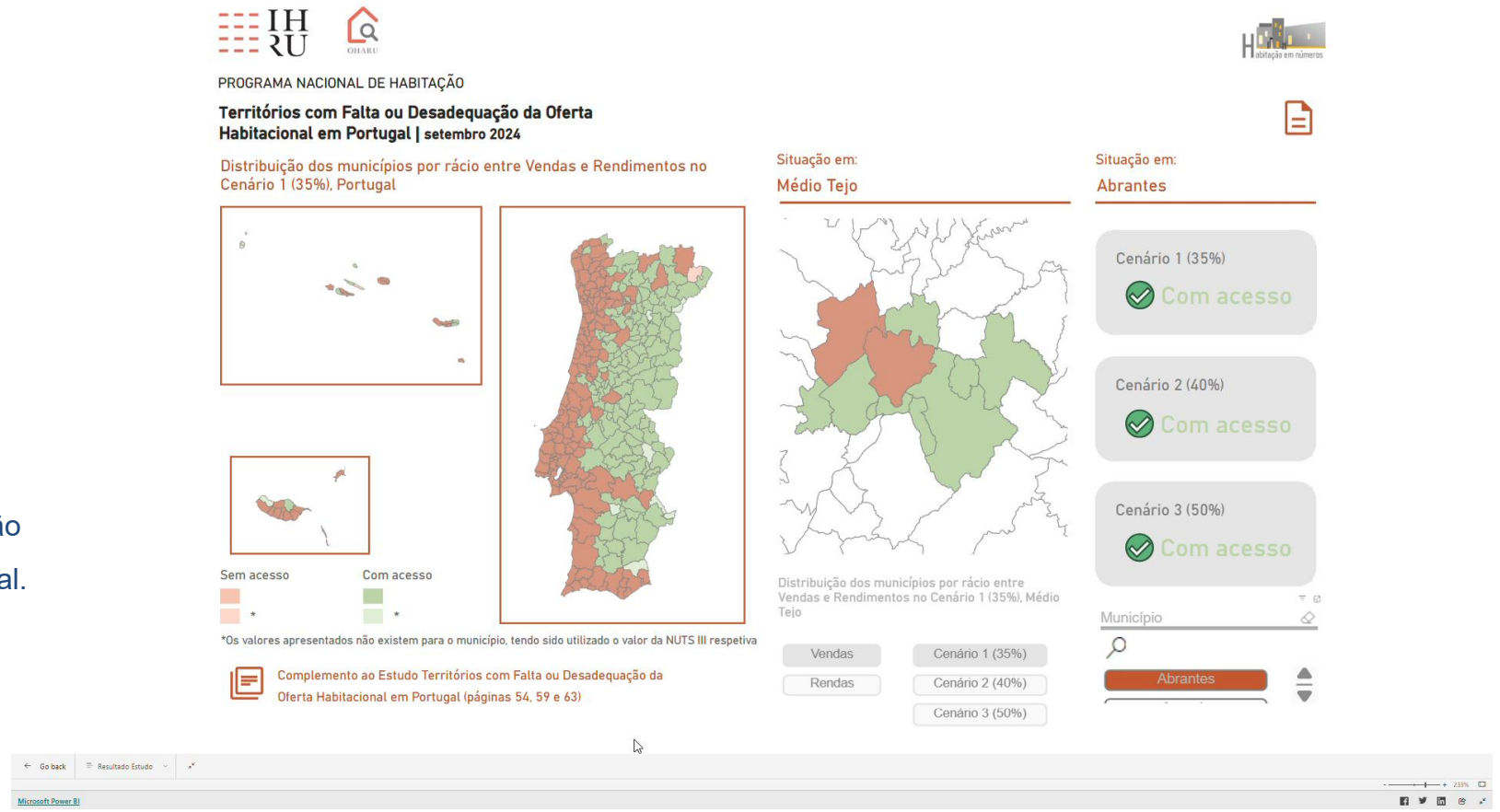
Monitorização do PNH - Territórios com falta ou desadequação da oferta

Metodologia

Relação entre:

- Valor mediano das rendas
- Valor mediano das vendas
- Rendimentos da população
- Dimensão do parque público existente

O dashboard desenvolvido pelo OHARU permite visualizar cenários de 35%, 40% e 50% de taxa de esforço, tanto para aquisição como para arrendamento, à escala municipal.



Lê o **QR Code** e consulta o resultado

Monitorização do PNH - Territórios com falta ou desadequação da oferta

O desafio dos números | Exemplo - Alentejo

O desafio

35 dos 47 municípios da região NUTS II do Alentejo não têm um número mínimo de observações (33 ocorrências, INE), assumindo o valor da respetiva NUTS III.

Medianas de venda 1.º Trimestre 2026 por NUTS III

	Novos
Alentejo	1.294
Alentejo Litoral	2.090
Baixo Alentejo	1.088
Alto Alentejo	1.141
Alentejo Central	1.299
Portugal	**2.402**

Disparidades entre munícipios da mesma NUTS III

	Dif. €/m^2
Alentejo Litoral	988
Baixo Alentejo	723
Alto Alentejo	245
Alentejo Central	**1.565***

*Região NUTS III onde se situam os municípios com mediana de vendas do Alentejo mais alta: Évora (2.386 €/m2) e mais baixa: Reguengos de Monsaraz (821 €/m2).

- Preços de venda inferiores aos custos de produção de nova habitação.
- Relação entre preços, rendimentos e custos de construção condiciona a capacidade de acesso.
- Preços mais baixos coexistem com dificuldades de acesso e de produção habitacional.

IAT - Sistema Nacional de Dados da Habitação

O que é?

- **Assistência técnica** da Comissão Europeia, com início previsto para **o final de 2026**
- IHRU e OHARU na liderança da mobilização e articulação institucional.
- Envolvimento de entidades locais, regionais e centrais.
- Construção de um **Sistema Nacional de Dados da Habitação** mais robusto e integrado.
    - **Objetivo:** melhorar a informação disponível e apoiar a tomada de decisão em políticas de habitação.



Conclusão

Monitorização como processo indispensável para melhorar a informação disponivel

O IHRU/OHARU trabalha, no âmbito das suas competências, para melhores indicadores, melhores dados, mais informação e políticas públicas mais fundamentadas.

É um trabalho em contínuo que temos vindo a desenvolver em articulação com as entidades detentoras de dados, incluindo a autoridade estatística nacional (INE)

Todos somos poucos para melhorar o acesso à habitação.
Mas, com foco, consistência e informação de qualidade, podemos fazer mais e melhor.

Indicadores com mais e melhor interpretação; melhor contextualizados e mais úteis para decidir.



Obrigada

Contacto
mgigreja@ihru.pt | oharu@ihru.pt

Plataforma ODSlocal

10 Princípios Orientadores para a Monitorização Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

David Avelar

REPLAN
Rede de Serviços de Planeamento e Prospetiva da Administração Pública

Universidade Évora – 21.10.2026

1.º Encontro Monitorização de Políticas Públicas

ODSlocal

Plataforma Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Plataforma

4 Entidades

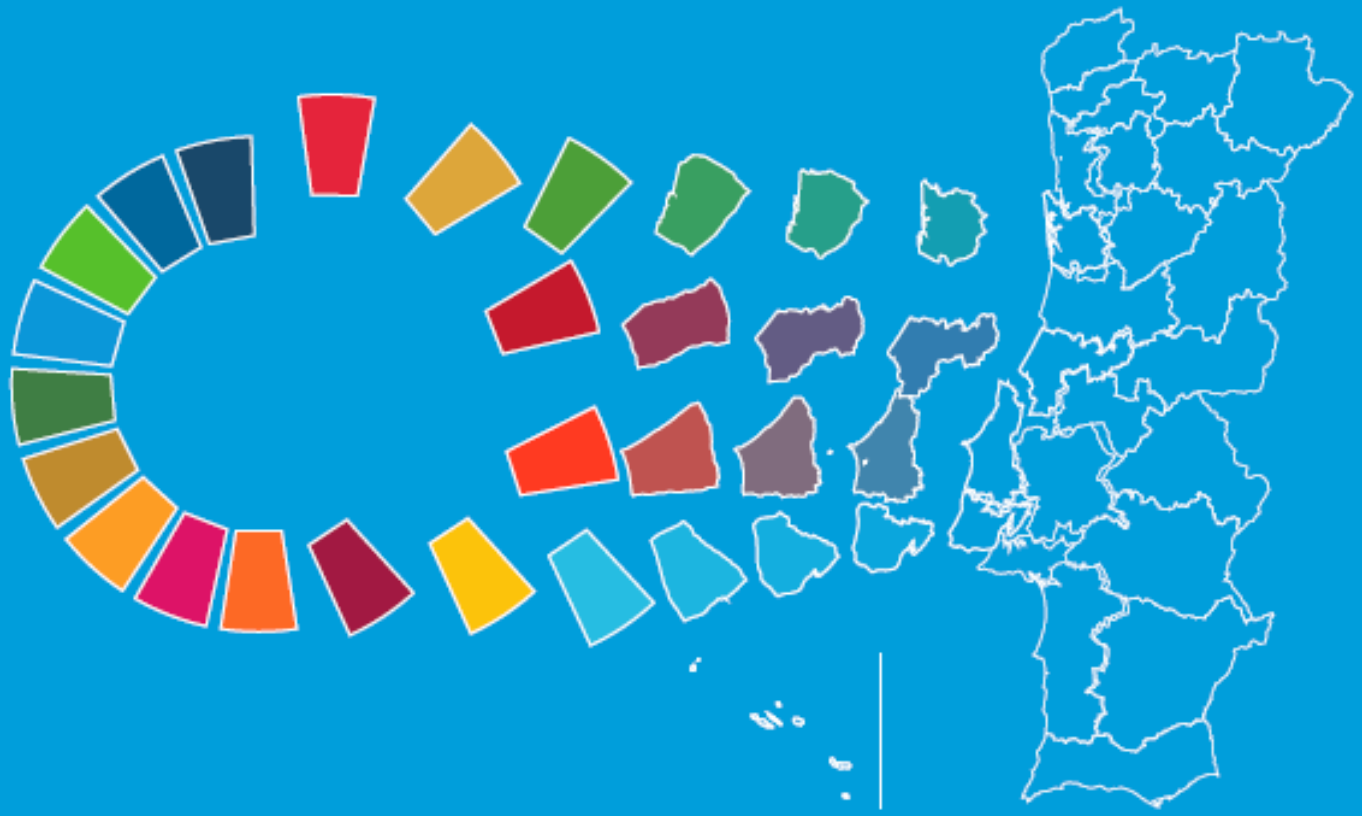
8 Anos

146 Municípios

2.100 Utilizadores do portal

3.500 Pessoas nas rotas

240.000 Visitantes ao portal



ODSlocal

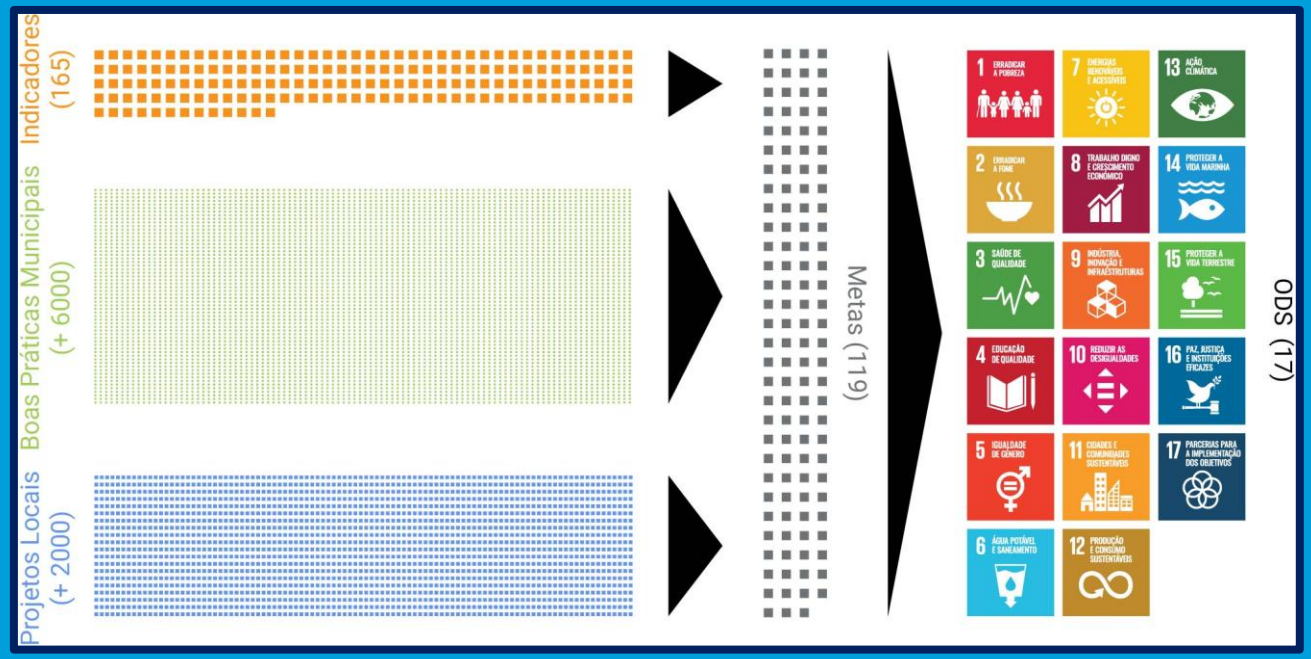
Plataforma Municipal dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Portal

165 Indicadores Referência

6.000 Boas Práticas municipais

2.000 Projetos locais



Territorialização e Proximidade

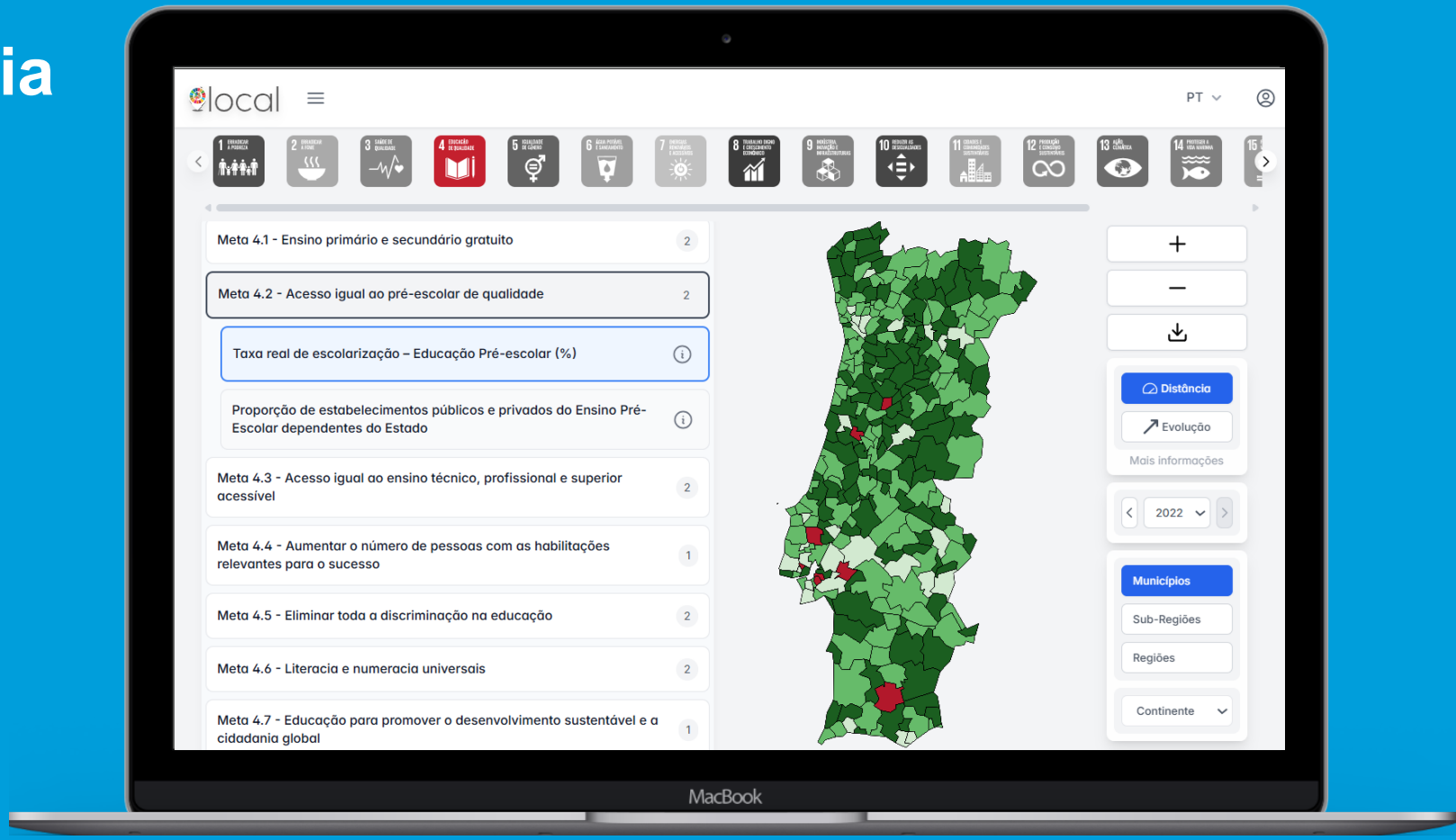
Foco local como motor da concretização das metas globais

Complementar o foco da monitorização nacional para a escala local, reconhecendo que a concretização das metas globais depende diretamente da intervenção diária e do conhecimento dos atores locais.

165

Indicadores de Referência

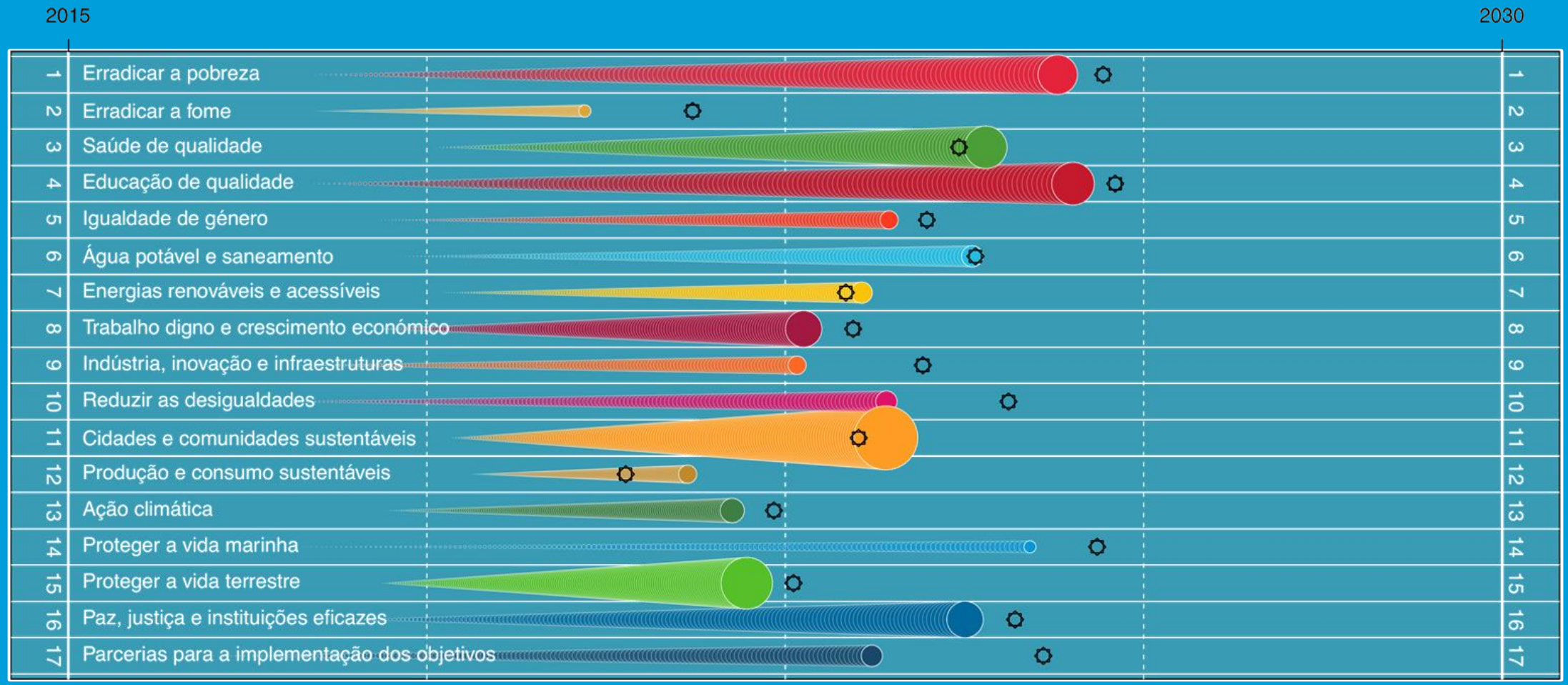
- Adaptação das Metas
- Critérios
  - Alinhamento
  - Diacronia
  - Desagregação
  - Representatividade
  - Fiabilidade



Territorialização e Proximidade

Foco local como motor da concretização das metas globais

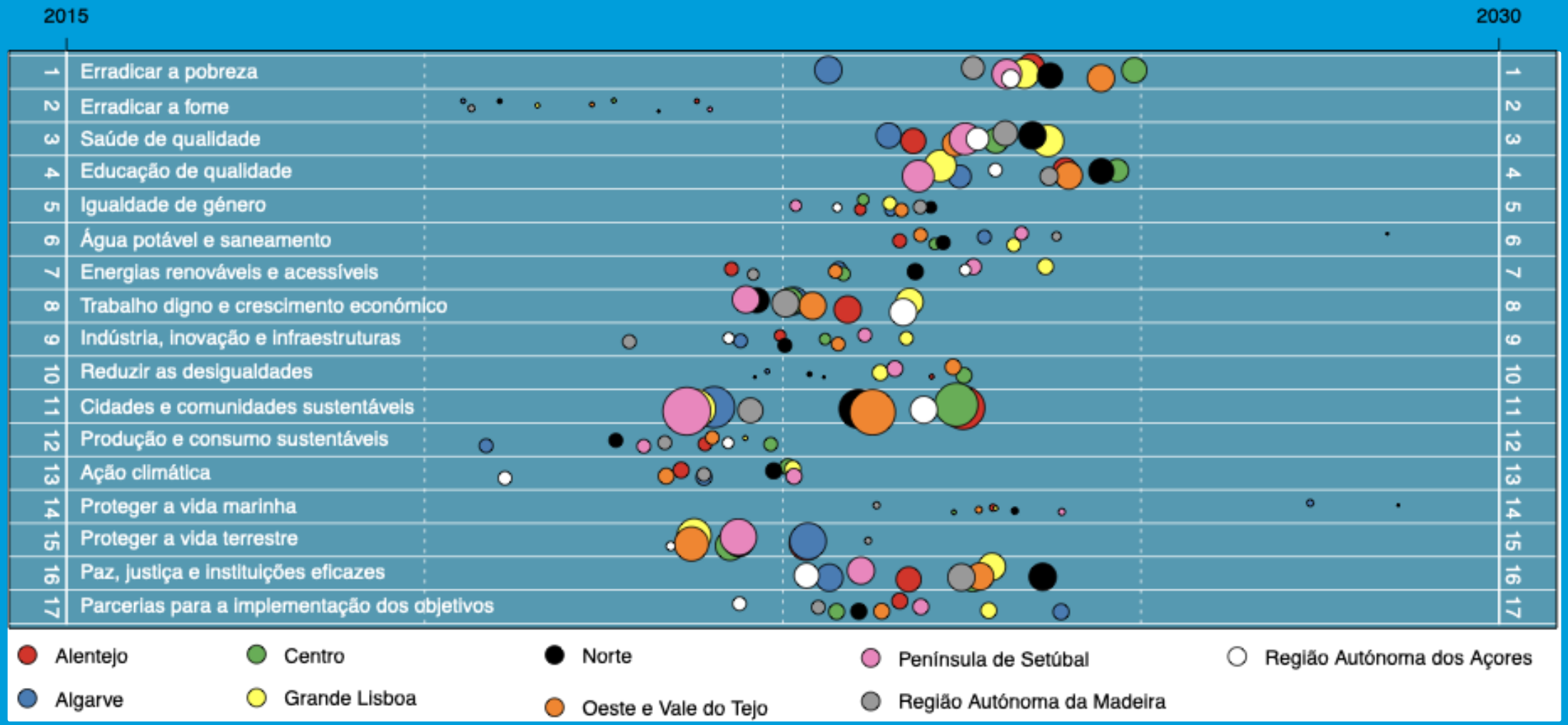
Complementar o foco da monitorização nacional para a escala local, reconhecendo que a concretização das metas globais depende diretamente da intervenção diária e do conhecimento dos atores locais.



Territorialização e Proximidade

Foco local como motor da concretização das metas globais

Complementar o foco da monitorização nacional para a escala local, reconhecendo que a concretização das metas globais depende diretamente da intervenção diária e do conhecimento dos atores locais.



Padrões globais e Identidade territorial

Equilibrar a comparabilidade global com métricas específicas locais

Combinar a utilização de indicadores de referência comuns para garantir a comparabilidade entre municípios com métricas específicas ajustadas às prioridades locais e identidades territoriais.

850

Indicadores Específicos

- Complementares
- Especificidade
- Fonte local
- Valores-meta



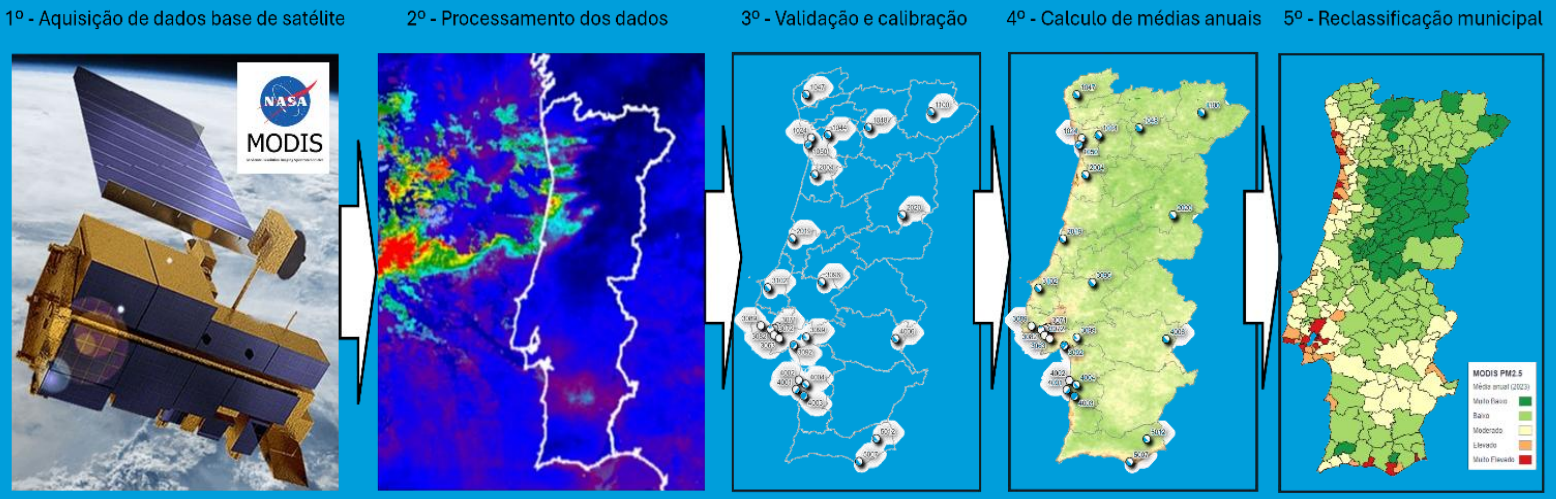
Novas fontes de dados e Monitorização de precisão

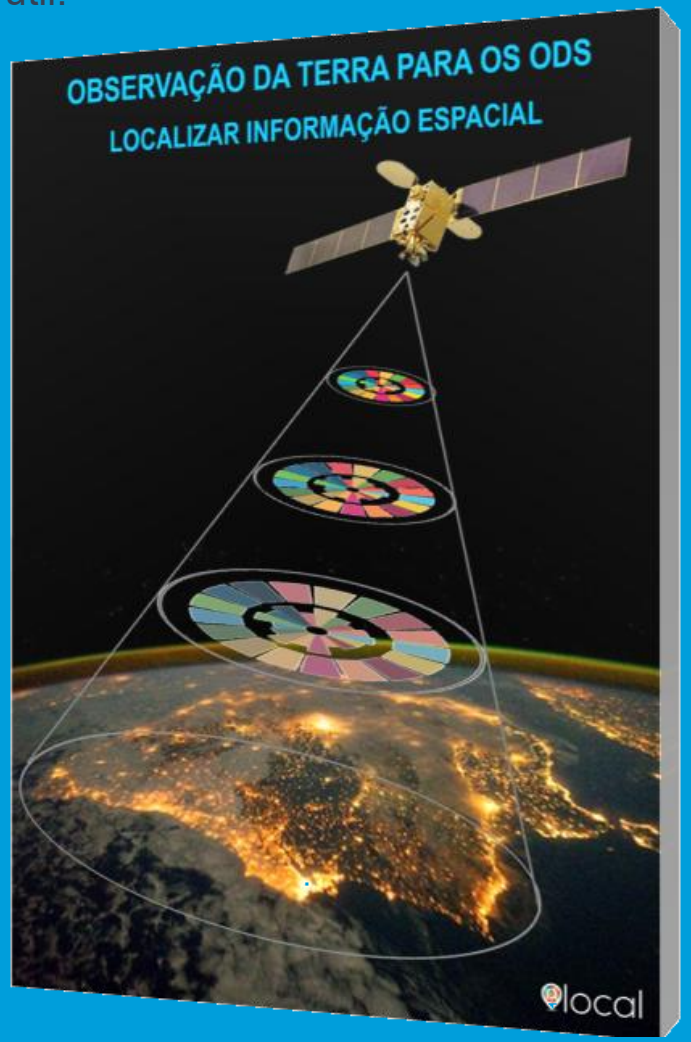
Tecnologia de observação terrestre para superar limitações de dados

Superar a falta de dados de fontes tradicionais ao incorporar tecnologias como os Sistemas de Observação da Terra por satélite para monitorizar transformações ambientais e do uso do solo em tempo útil.

Sistemas de Observação da Terra

- Complementares
- Escaláveis





Novas fontes de dados e Monitorização de precisão

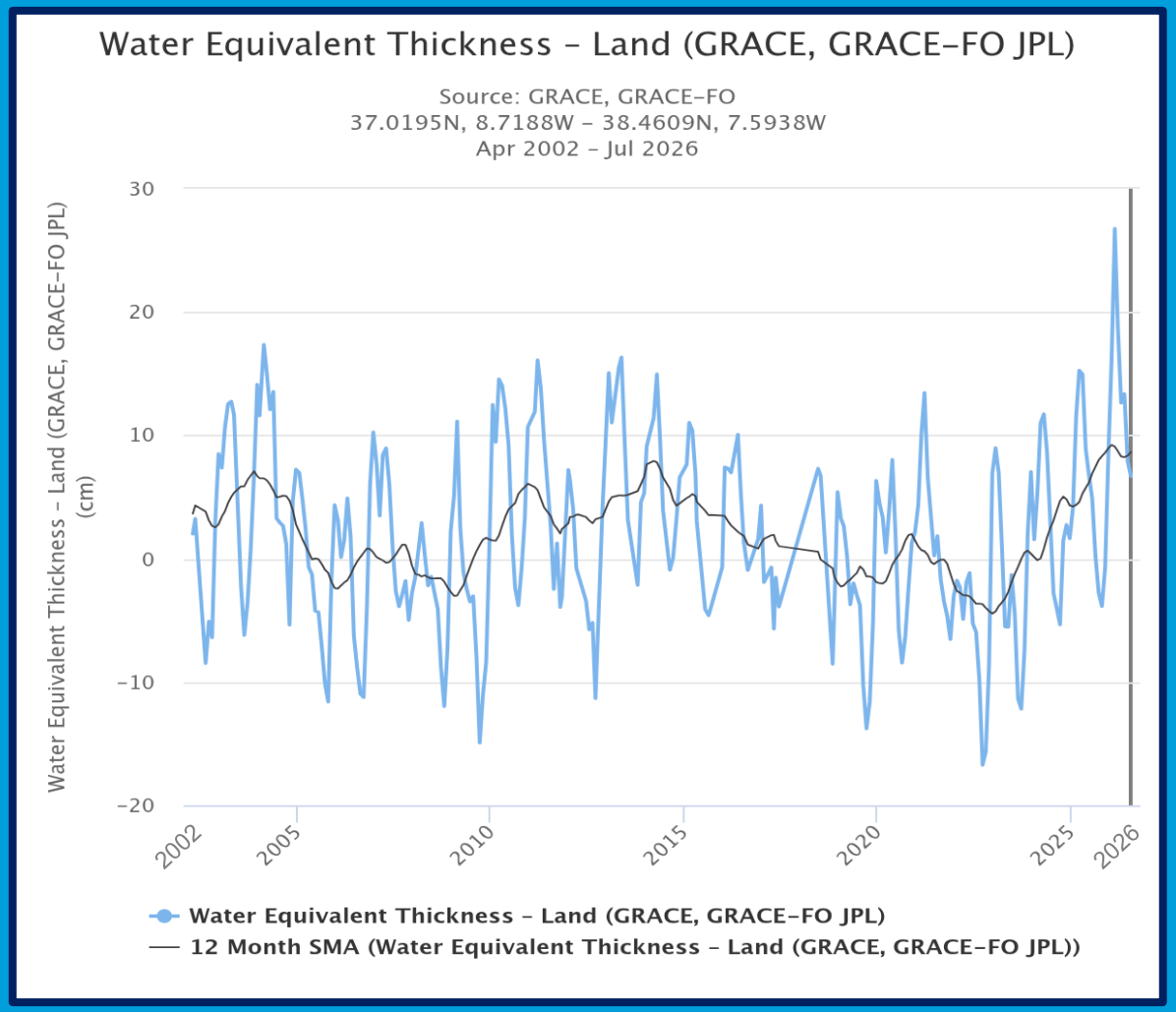
Tecnologia de observação terrestre para superar limitações de dados

Superar a falta de dados de fontes tradicionais ao incorporar tecnologias como os Sistemas de Observação da Terra por satélite para monitorizar transformações ambientais e do uso do solo em tempo útil.

Sistemas de Observação da Terra

- Atuais





Aferição do Impacto real ao nível das Metas

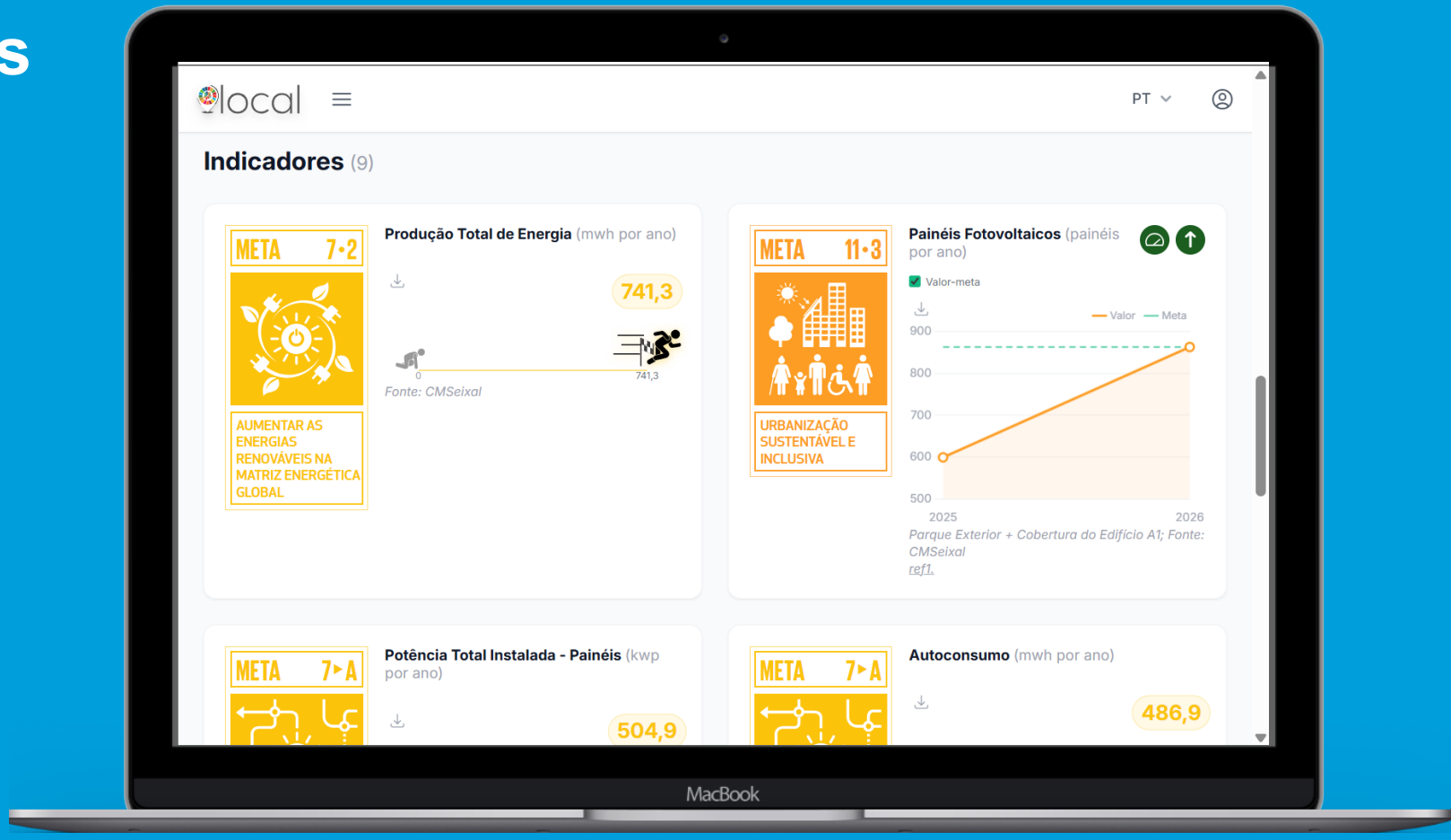
Quantificação rigorosa do impacto prático além dos dados de contexto

Transitar da simples avaliação genérica para a quantificação rigorosa do impacto prático gerado pelas boas práticas municipais e projetos locais na promoção efetiva da sustentabilidade.

+ 6.000

Boas Práticas municipais

- Unidades Orgânicas
- Avaliação ODS
- Impactos Metas



Complementaridade Multi-Ator

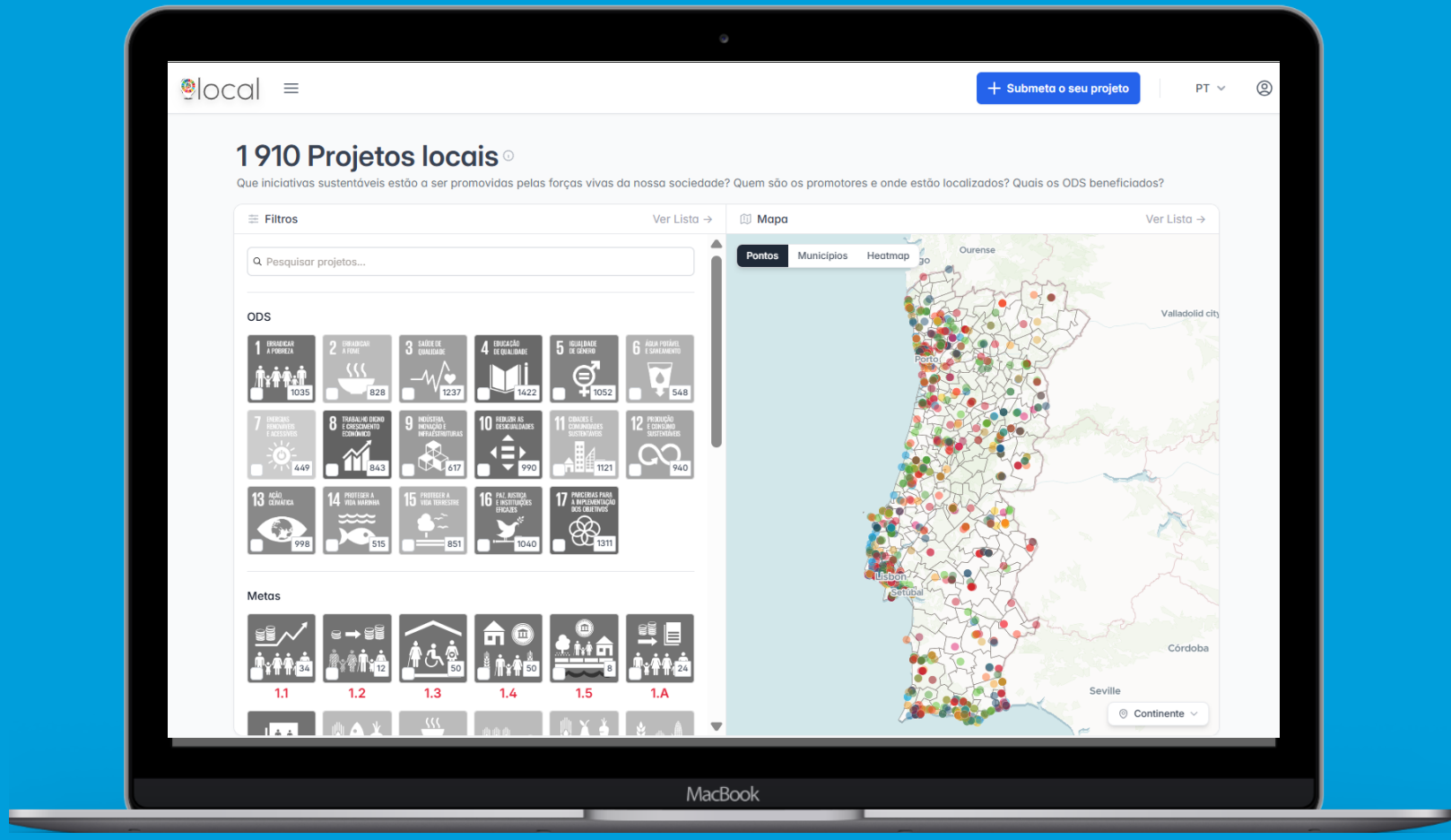
Cruzamento de contributos entre autarquias, sociedade civil e privado

Distinguir e cruzar os contributos das autarquias com os da sociedade civil e setor privado, demonstrando a forte complementaridade entre a gestão pública e a ação comunitária mobilizada.

+ 2.000

Projetos locais

- Georreferenciáveis
- Tipos de promotores
- Avaliação ODS
- Impactos Metas



Escalabilidade e trabalho em Rede

Redes de cooperação para multiplicar alcance e impacto estrutural

Destacar como o alinhamento de projetos locais em redes de cooperação geográficas e temáticas permite partilhar soluções, evitar duplicações e multiplicar o seu alcance e impacto estrutural.

Redes

- ENCPopreza (E9G)
- ANIMAR
- Miniflorestas
- ...

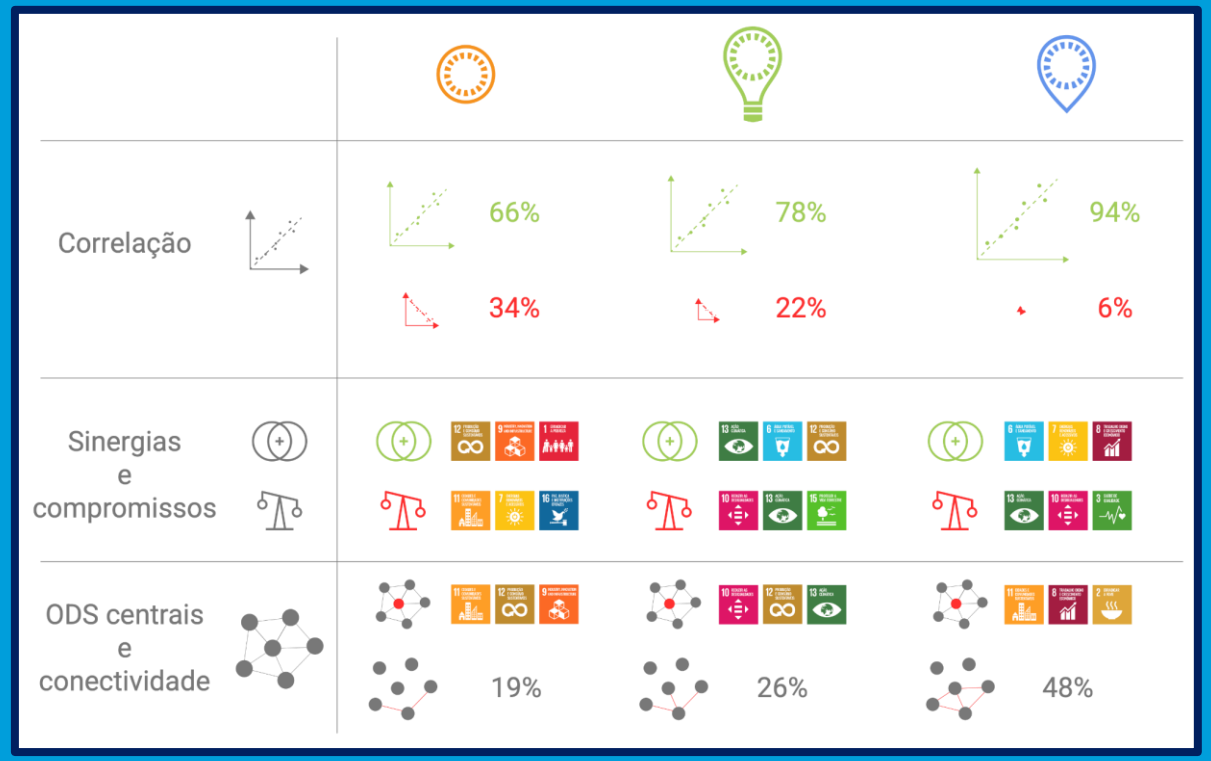


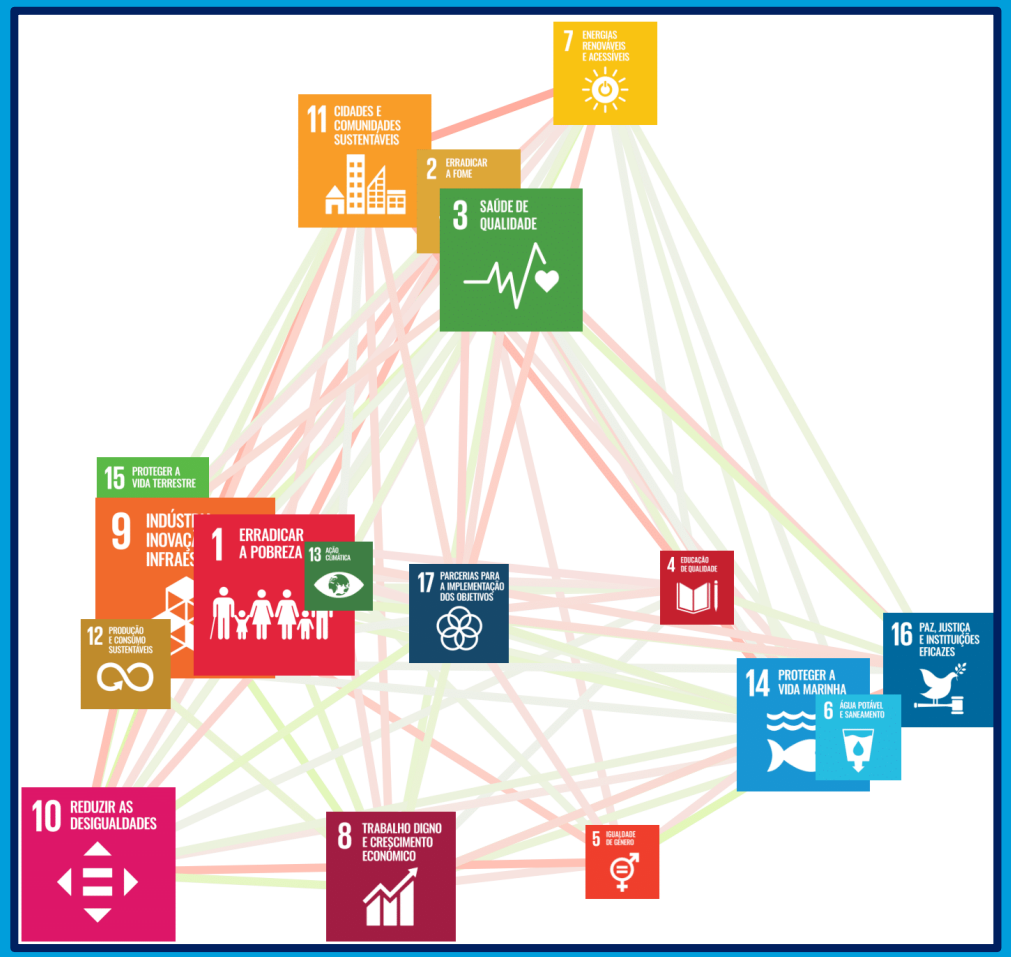


Visão Sistémica e Abordagem Relacional

Mapeamento das redes de interações entre os ODS

Abandonar a análise isolada de metas para mapear a rede de interações entre ODS, identificando os nós catalisadores para maximizar sinergias e gerir *trade-offs* de implementação.





Interoperabilidade e Integração de dados via APIs

Ligação automática entre sistemas de informação sem duplicação

Garantir a ligação direta e automática entre bases de dados de diferentes organismos para assegurar atualização contínua, elevada eficiência e ausência de erros humanos e duplicação de tarefas manuais.



API-ODSlocal

19



Automatização do Reporte e Prestação de contas

Geração automática de relatórios eliminando burocracia técnica

Dar importância à geração automática de relatórios e fichas de monitorização municipal, eliminando tarefas burocráticas repetitivas, acelerando os ciclos de informação sem sobrecarregar as equipas.

Reporte

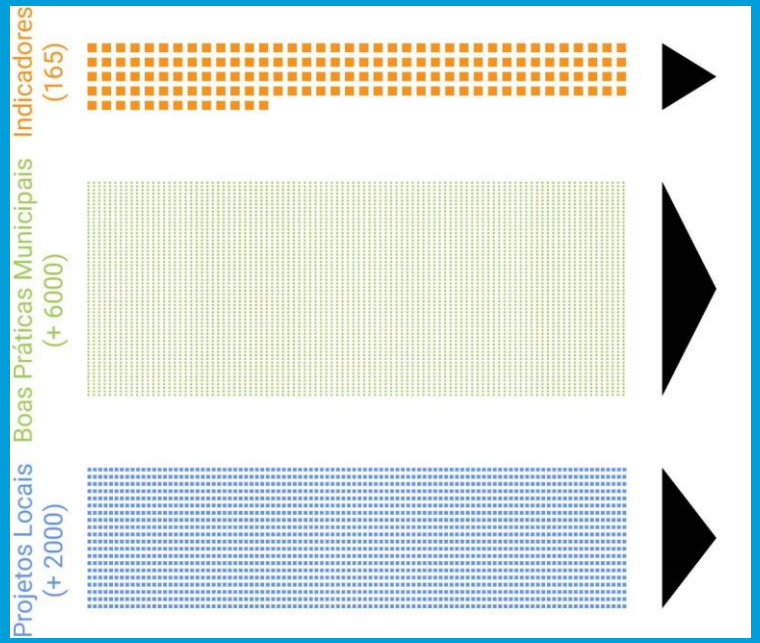
- Automático
- Atualizado
- Editável



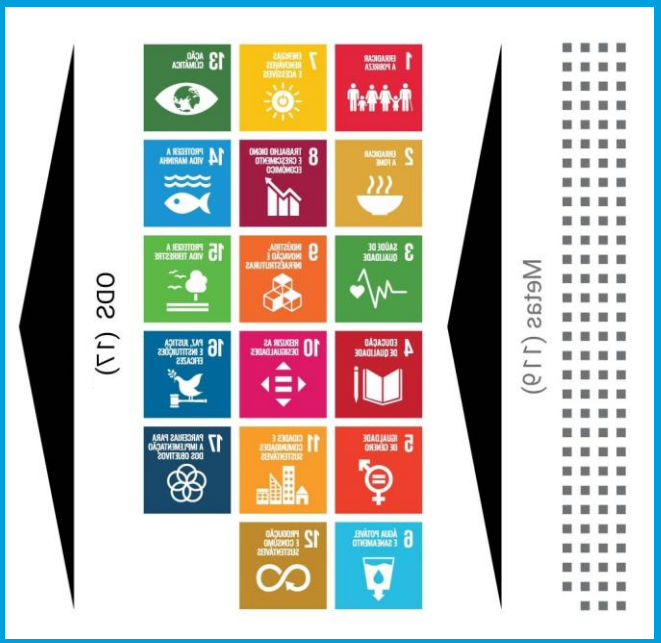
IA para Digestão de dados e Síntese executiva

IA na tradução de dados complexos em diagnósticos e políticas práticas

Usar o IA (com sentido crítico) para analisar, sintetizar e traduzir grandes volumes de dados complexos em narrativas percetíveis, diagnósticos claros e recomendações práticas de política pública.



AI 2adaptAI



Visão integrada dos 10 Princípios orientadores

1. Dados & Evidência

01. Territorialização e Proximidade
02. Padrões Globais vs. Locais
03. Novas Fontes de Dados e Precisão
04. Aferição do Impacto Real

2. Governação & Território

05. Complementaridade Multi-Ator
06. Escalabilidade e Rede
07. Visão Sistémica e Relacional

3. Tecnologia & Eficiência

08. Interoperabilidade via APIs
09. Automatização do Reporting
10. Inteligência Artificial para síntese

CONSÓRCIO - PROMOTORES

COORDENAÇÃO

CNADS

VISÃO

U LISBOA | UNIVERSIDADE DE LISBOA

ICS INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ENVOLVIMENTO

MARE NOVA NOVA SCHOOL OF SCIENCE & TECHNOLOGY

PORTAL

2adapt



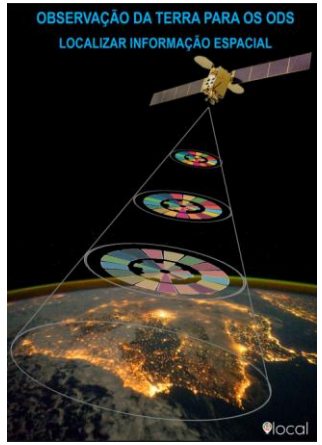
2026



2025



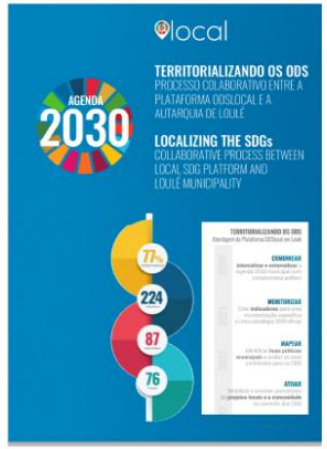
2024



2024



2024



2023



2023

Atlas das Políticas Públicas

Do contexto europeu à realidade dos municípios portugueses: explorar territórios através dos dados

Guilherme Bravo e Rodrigo Morais

Atlas das Políticas Públicas

Do contexto europeu à realidade dos municípios portugueses: explorar territórios através dos dados

atlas _ poder local

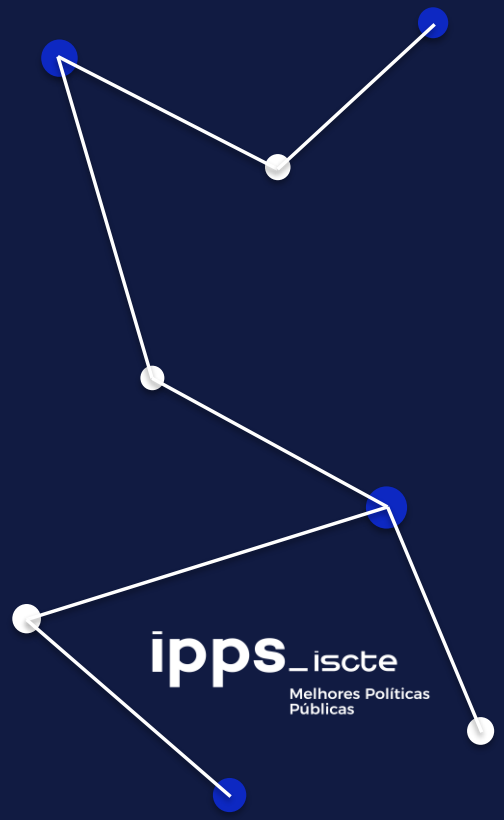
Atlas do Poder Local

RETRATO SOCIOECONÓMICO E POLÍTICO DOS MUNICÍPIOS

Retrato socioeconómico e político dos municípios. Informação detalhada sobre os territórios portugueses, organizada em 5 grandes áreas temáticas com indicadores selecionados para cada uma.

- Examinar os indicadores, por município
- Conhecer o valor médio de indicadores por partido na presidência da Câmara
- Explorar a força política vencedora das autárquicas desde 1976

Atlas do Poder Local →



atlas de Portugal _ na Europa

Atlas de Portugal na Europa

RETRATO SOCIOECONÓMICO E POLÍTICO DOS PAÍSES EUROPEUS

Portugal em perspectiva comparada com os restantes países europeus. Analisa o percurso do país ao longo das últimas décadas, em 11 grandes áreas temáticas.

- Examinar os indicadores, por país europeu
- Comparar países e regiões europeias
- Explorar resultados das legislativas europeias desde 1986

Atlas de Portugal na Europa →

Atlas das Políticas Públicas

Do contexto europeu à realidade dos municípios portugueses: explorar territórios através dos dados

atlas _ poder local

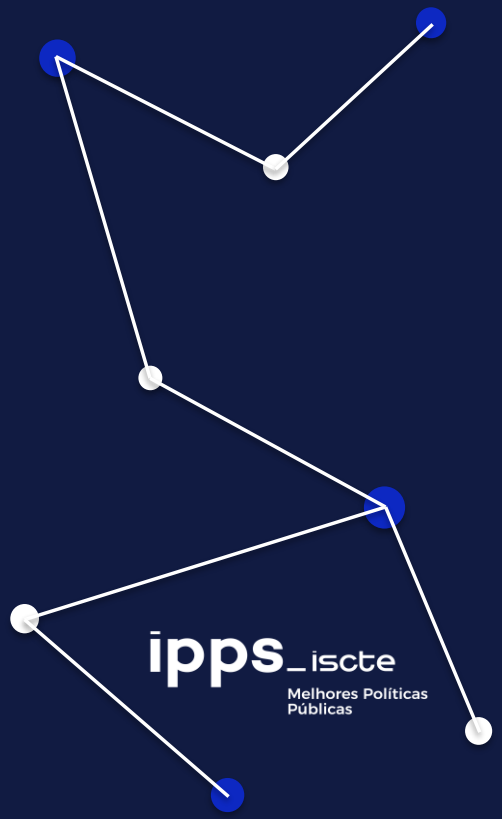
Atlas do Poder Local

RETRATO SOCIOECONÓMICO E POLÍTICO DOS MUNICÍPIOS

Retrato socioeconómico e político dos municípios. Informação detalhada sobre os territórios portugueses, organizada em 5 grandes áreas temáticas com indicadores selecionados para cada uma.

- Examinar os indicadores, por município
- Conhecer o valor médio de indicadores por partido na presidência da Câmara
- Explorar a força política vencedora das autárquicas desde 1976

Atlas do Poder Local →



atlas de Portugal _ na Europa

Atlas de Portugal na Europa

RETRATO SOCIOECONÓMICO E POLÍTICO DOS PAÍSES EUROPEUS

Portugal em perspectiva comparada com os restantes países europeus. Analisa o percurso do país ao longo das últimas décadas, em 11 grandes áreas temáticas.

- Examinar os indicadores, por país europeu
- Comparar países e regiões europeias
- Explorar resultados das legislativas europeias desde 1986

Atlas de Portugal na Europa →

Portugal na Europa

Do contexto europeu...

Como se posiciona Portugal quando comparado com a Europa?

INDICADORES POR PAÍS

Consulte os resultados das eleições legislativas mais recentes e explore indicadores estatísticos para cada país.

COMPARAÇÃO EUROPEIA

Compare países e regiões europeias usando indicadores estatísticos em diversos domínios.

RESULTADOS ELEITORAIS

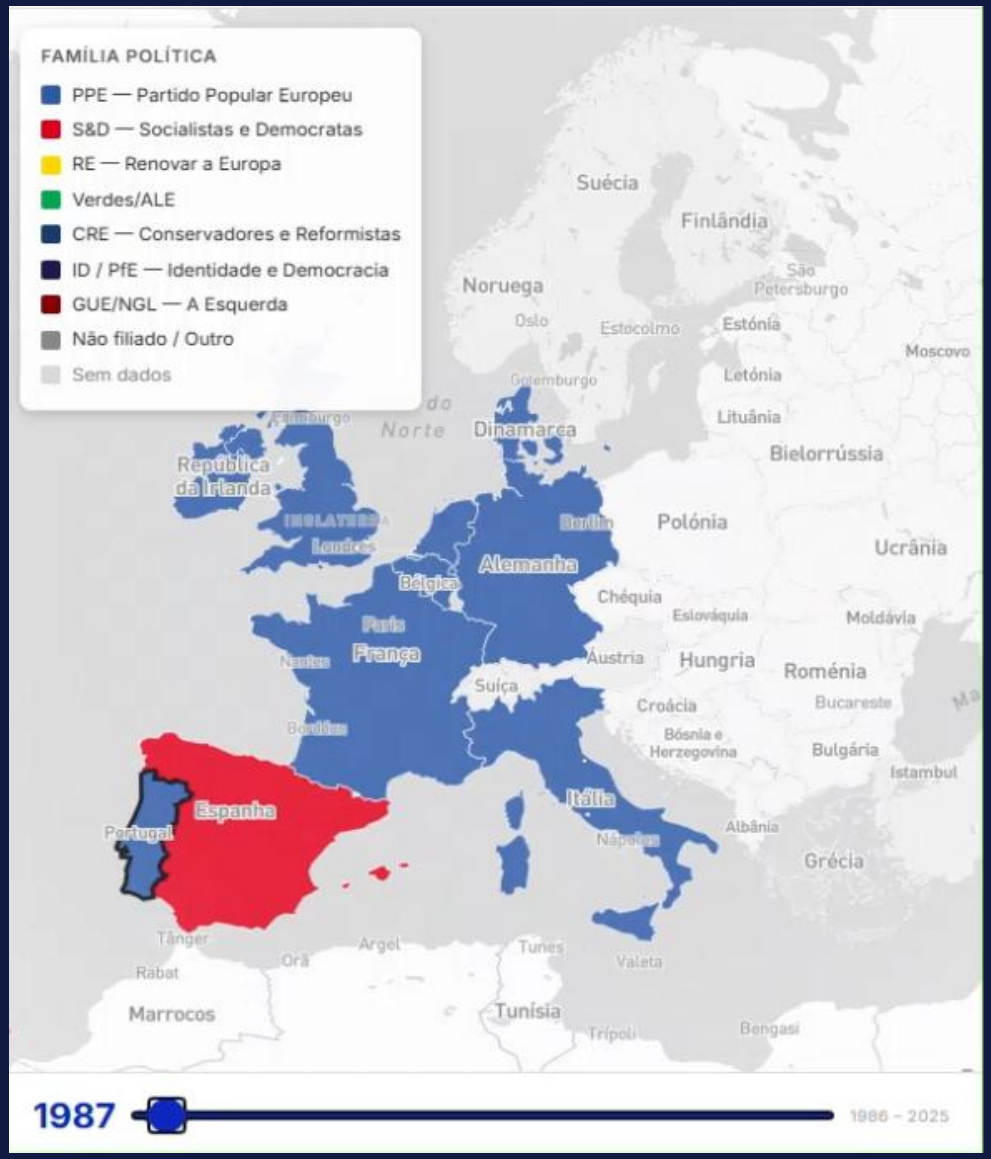
Explore os resultados das eleições legislativas ocorridas em países europeus desde 1986.

Portugal na Europa

Do contexto europeu...

Resultados Eleitorais Europa (1986-2025)

Como evoluiu a representação política na Europa?



Atlas das Políticas Públicas

Do contexto europeu à realidade dos municípios portugueses: explorar territórios através dos dados

atlas _ poder local

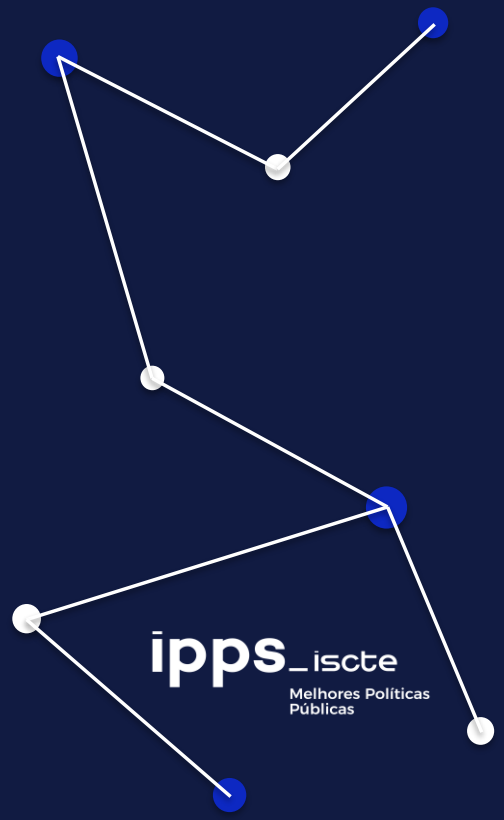
Atlas do Poder Local

RETRATO SOCIOECONÓMICO E POLÍTICO DOS MUNICÍPIOS

Retrato socioeconómico e político dos municípios. Informação detalhada sobre os territórios portugueses, organizada em 5 grandes áreas temáticas com indicadores selecionados para cada uma.

- Examinar os indicadores, por município
- Conhecer o valor médio de indicadores por partido na presidência da Câmara
- Explorar a força política vencedora das autárquicas desde 1976

Atlas do Poder Local →



atlas de Portugal _ na Europa

Atlas de Portugal na Europa

RETRATO SOCIOECONÓMICO E POLÍTICO DOS PAÍSES EUROPEUS

Portugal em perspectiva comparada com os restantes países europeus. Analisa o percurso do país ao longo das últimas décadas, em 11 grandes áreas temáticas.

- Examinar os indicadores, por país europeu
- Comparar países e regiões europeias
- Explorar resultados das legislativas europeias desde 1986

Atlas de Portugal na Europa →

Atlas das Políticas Públicas

Do contexto europeu à realidade dos municípios portugueses: explorar territórios através dos dados

atlas _ poder local

Atlas do Poder Local

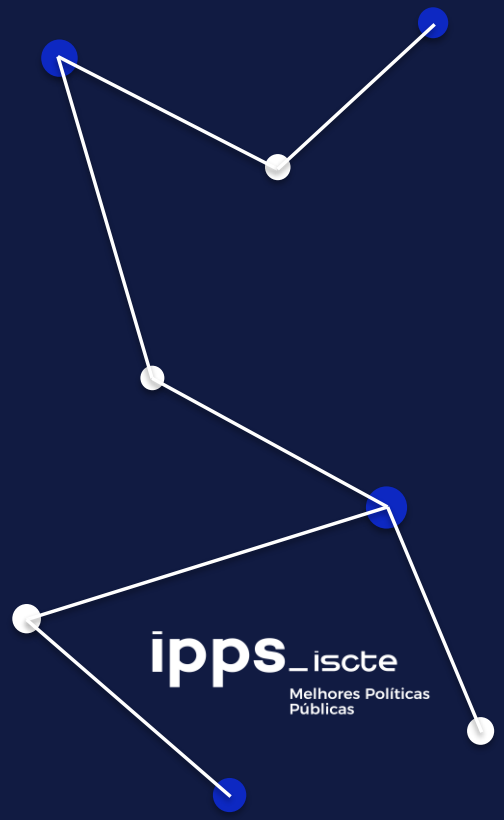
RETRATO SOCIOECONÓMICO E POLÍTICO DOS MUNICÍPIOS

Retrato socioeconómico e político dos municípios. Informação detalhada sobre os territórios portugueses, organizada em 5 grandes áreas temáticas com indicadores selecionados para cada uma.

- Examinar os indicadores, por município
- Conhecer o valor médio de indicadores por partido na presidência da Câmara
- Explorar a força política vencedora das autárquicas desde 1976

Atlas do Poder Local →





atlas de Portugal _ na Europa

Atlas de Portugal na Europa

RETRATO SOCIOECONÓMICO E POLÍTICO DOS PAÍSES EUROPEUS

Portugal em perspectiva comparada com os restantes países europeus. Analisa o percurso do país ao longo das últimas décadas, em 11 grandes áreas temáticas.

- Examinar os indicadores, por país europeu
- Comparar países e regiões europeias
- Explorar resultados das legislativas europeias desde 1986

Atlas de Portugal na Europa →

Poder Local

...aos municípios portugueses

O que podemos descobrir quando olhamos para cada município?

INDICADORES POR MUNICÍPIO

Consulte os resultados das eleições autárquicas mais recentes e explore indicadores estatísticos para cada território.

INDICADORES POR PARTIDO

Conheça o valor médio de vários indicadores estatísticos para cada partido nos municípios em que assumiu a presidência da Câmara.

ARQUIVO DE ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS

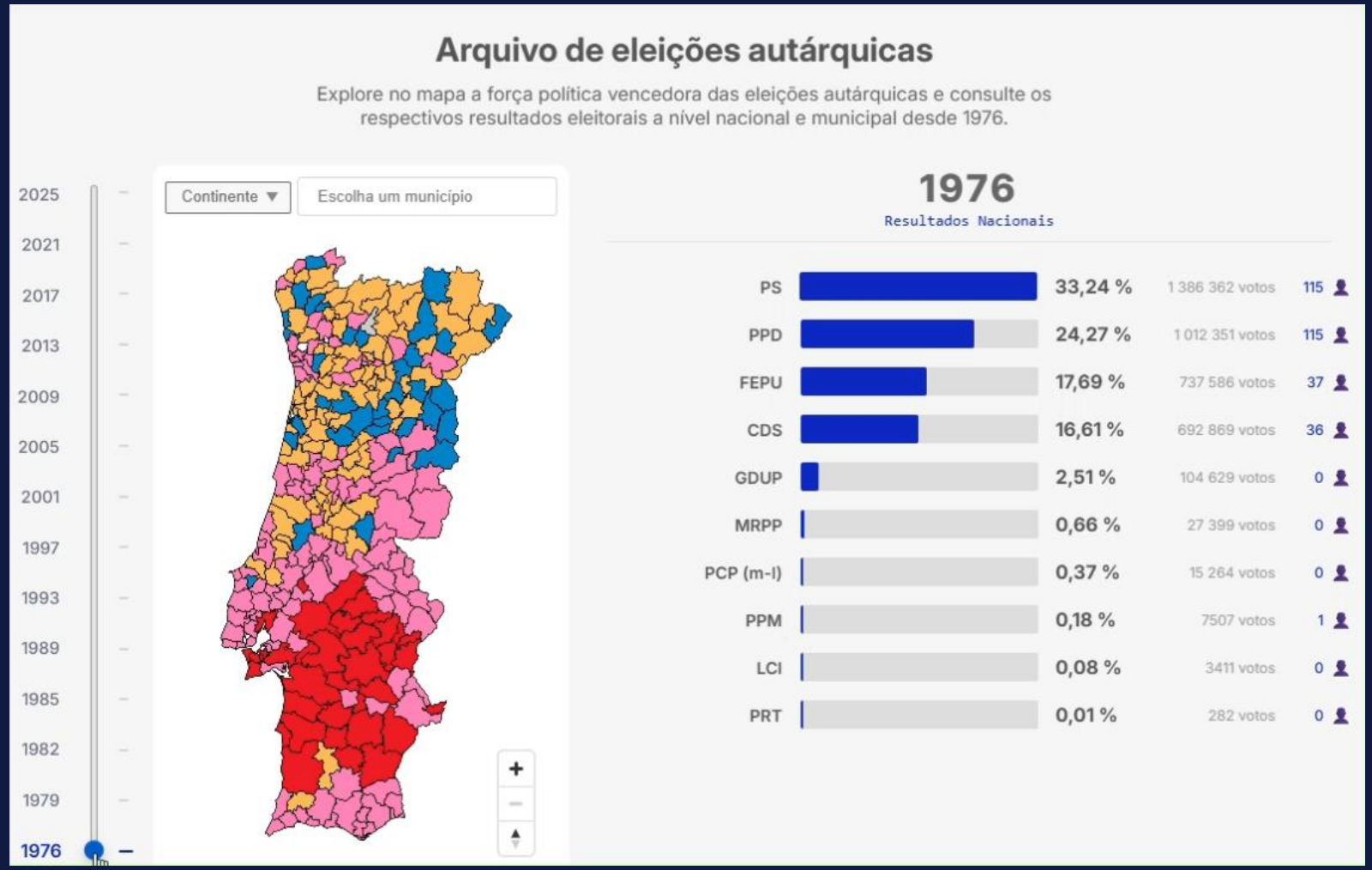
Explore no mapa a força política vencedora das eleições autárquicas e consulte os respectivos resultados eleitorais 1976.

Poder Local

...aos municípios portugueses

Resultados

Eleições Autárquicas (1976-2025)



REPLAN

Rede de Serviços de Planeamento
e Prospetiva da Administração Pública

1.º Encontro

Monitorização de Políticas Públicas

21.10.2026

Universidade Évora

Com o apoio de:

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Com o financiamento de:

PRR Plano de Recuperação e Resiliência

REPÚBLICA PORTUGUESA

Financiado pela União Europeia
NextGenerationEU

REPLAN
Rede de Serviços de Planeamento e Prospetiva da Administração Pública

1.º Encontro **Monitorização de Políticas Públicas**

PAINEL Monitorização de Políticas Públicas — Desenvolvimentos Recentes e Desafios



Patrícia Pereira
Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC)



Paulo Saraiva
Instituto Nacional de Estatística (INE)



Raphaela Hyee
Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)

MODERAÇÃO



Ricardo Simões Santos
Instituto Superior de Economia e Gestão (ISEG)

Com o apoio de:

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

DGEEC DIREÇÃO-GERAL DE ESTATÍSTICAS DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Ferramentas de Monitorização

DataDGEEC e Safecenter

Patrícia Pereira · DGEEC

A DGEEC: estatísticas da educação e da ciência

A **DGEEC** é um serviço central da administração direta do Estado, com autonomia administrativa, na dependência do Ministério da Educação, Ciência e Inovação (**MECI**), e é responsável por:

- **Recolha, tratamento, produção e divulgação** de informação estatística nas áreas da educação, ciência e inovação;
- **Apoio técnico** à formulação de políticas e ao planeamento estratégico e operacional;
- **Observação dos resultados** obtidos pelos sistemas educativo, científico e tecnológico, em articulação com outros serviços das áreas governativas da educação, ciência e inovação;
- **Órgão delegado do INE** (Instituto Nacional de Estatística) na produção de estatísticas oficiais sobre os sistemas educativo, científico e de inovação.

A nossa equipa: a DEGADI

Divisão de Estudos e de Gestão do Acesso a Dados para Investigação

A DEGADI é responsável por:

Realizar **estudos** e análises na área da educação e da ciência;

Promover a utilização dos dados produzidos pela DGEEC junto da comunidade científica;

Conceber e aplicar **inquéritos** sobre percursos académicos e de inserção;

Acompanhar e gerir o acesso a dados para fins de investigação, garantindo o cumprimento do RGPD.

DataDGEEC: o repositório de dados do MECI

2018

ano em que foi criado o datalake da DGEEC

450 GB

de dados: educação e formação, ensino superior e ciência

24 315 570

indivíduos no repositório

Origem: duas questões a resolver

- Tempo de integração de novas bases de dados
- Fragilidades no mapeamento de indivíduos

Dois grandes objetivos

- Disponibilizar dados para apoio à decisão
- Disponibilizar dados à investigação científica, através do Safecenter

Tudo assente em informação consolidada, anonimizada e relacionável

Revisão do datalake: quatro frentes de trabalho

1	**ID único**	Anonimização através da atribuição de um identificador único no DataDGEEC e atribuído através do processo de Clustering
2	**Calendarização**	Atualização regular das fontes, com ciclos de atualização definidos e implementados
3	**Modelo de dados**	Tabelas renormalizadas, reorganizadas e renomeadas por *schemas*
4	**Metainformação**	Novo sistema de metadados e novo dicionário de dados, para consulta de utilizadores internos e externos

ID único e segurança desde a conceção

ID único por indivíduo

O **clustering** agrupa registos semelhantes com base no n.º de BI/CC, nome e data de nascimento.

Garante um identificador único para cada indivíduo, mesmo que existam registos duplicados ou semelhantes.

Fontes primárias

- **Alunos**
- **Docentes**
- **Doutorados**
- **Pessoal não docente**
- **Investigadores**

Security by design and by default

Zona vermelha · DQStaging
Tabelas com dados pessoais nominais e com IDPessoa. Controlo de acessos.

Processos Dataflux

Zona amarela · DataDGEEC
Tabelas anonimizadas com IDPessoa. Controlo de acessos.

Safecenter: acesso seguro a dados para investigação

2016

ano em que o Safecenter entrou em funcionamento

Objetivo: disponibilizar um serviço de acesso a dados das áreas da Educação, Ensino Superior e Ciência, para fins de investigação.

Quem pode utilizar os dados?

- Estudantes de licenciatura
- Estudantes de mestrado ou doutoramento
- Investigadores
- Entidades públicas

Do pedido ao envio dos dados: sete passos

1. Receção do pedido
2. Elaboração da documentação
3. Assinatura da documentação
4. Preparação dos dados
5. Acompanhamento
6. Validação dos dados
7. Envio dos dados

Documentação (2 e 3)

- Protocolo, ou declaração de compromisso
- Termo de responsabilidade
- Declaração de confidencialidade

Preparação (4)

- Seleção das variáveis de análise
- Consultas de extração de dados
- Criação da área de trabalho
- Instalação do software necessário

Acompanhamento e envio (5 a 7)

- Marcação das deslocações ao Safecenter
- Apoio logístico no acesso aos dados
- Esclarecimento de dúvidas e validação dos dados

Principais bases de dados disponíveis

Ensino Básico e Secundário

17 anos letivos de registos de alunos

13 anos letivos de registos de pessoal docente e de pessoal não docente

Ensino Superior

12 anos letivos de registos de inscritos, diplomados e docentes

Ciência e Tecnologia

19 anos de registos de investigadores em instituições e em empresas (IPCTN)

6 operações estatísticas de doutorados (CDH)

OTES (Observatório dos Trajetos dos Estudantes do Ensino Secundário)

25 operações estatísticas do OTES

Outras bases

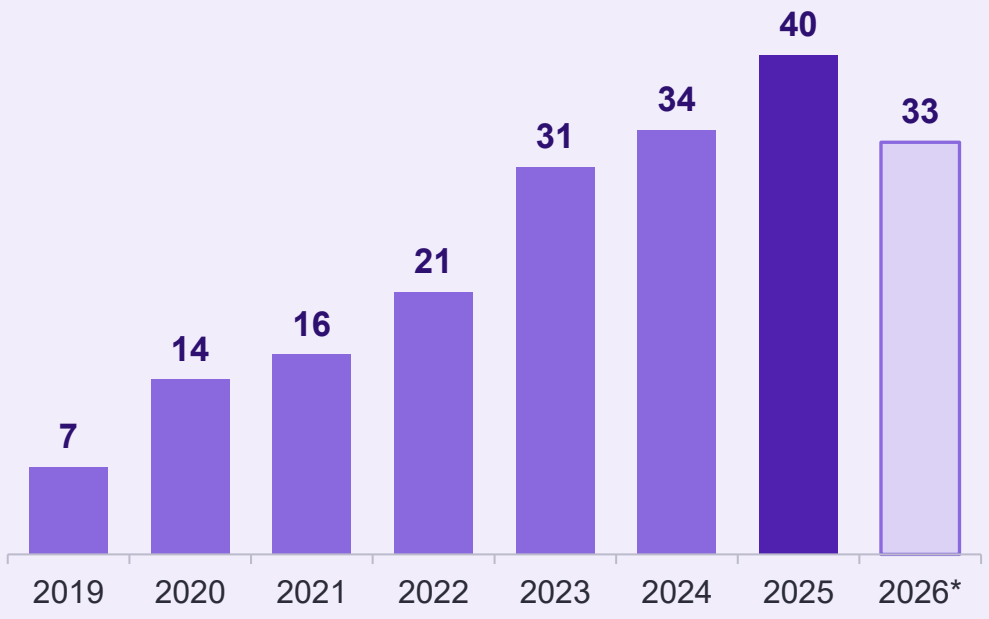
CNA **Eurograduate** **PIAAC**

Júri Nacional de Exames **e outras**

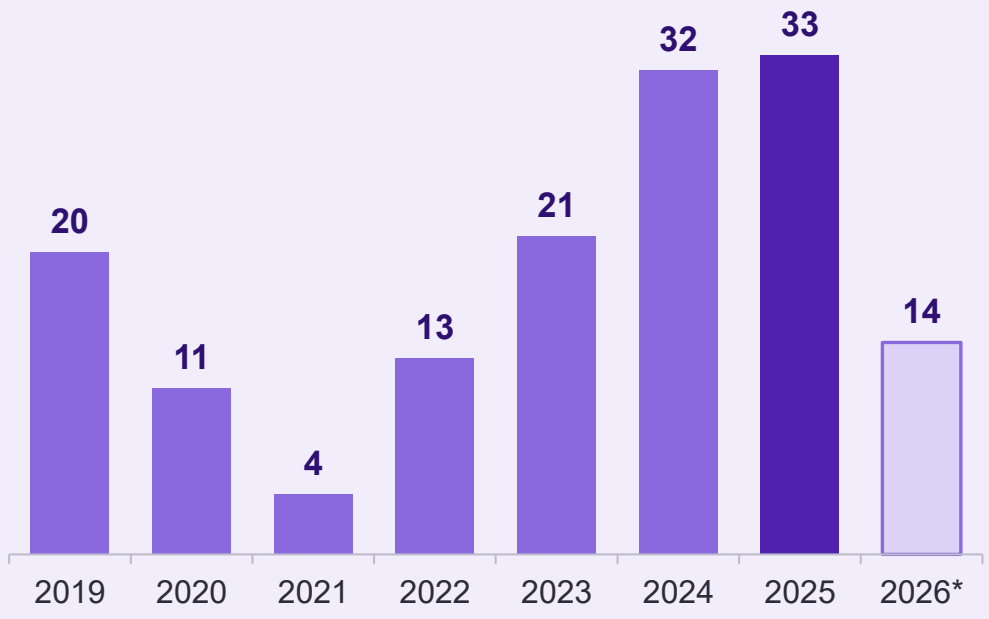
Todos acessíveis, mediante pedido, através do Safecenter

Safecenter: uma procura em crescimento

N.º de investigadores em Safecenter



N.º de protocolos e declarações



* Dados de 2026 até final de setembro

DGEEC DIREÇÃO-GERAL DE ESTATÍSTICAS DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Muito obrigada!

patricia.pereira@dgeec.medu.pt

dgeec.degadi@dgeec.medu.pt

dgeec@dgeec.medu.pt

Siga-nos em:

Instituto Nacional de Estatística
Statistics Portugal

Governação e Interoperabilidade de Dados

Paulo Saraiva, INE

Produzir evidência para melhores decisões públicas

- **Conhecer:** compreender os problemas e as necessidades da sociedade.
- **Acompanhar:** monitorizar resultados e aprender com a experiência.
- **Informar:** transformar dados dispersos em estatísticas independentes, comparáveis e de confiança.

As estatísticas oficiais sustentam decisões públicas mais informadas.

Mais dados não garantem melhor informação

MAIOR DISPONIBILIDADE DE DADOS

- Novas fontes
- Maior detalhe
- Atualização mais frequente

NEM SEMPRE MAIS CONHECIMENTO

- Conceitos distintos
- Cobertura desigual
- Finalidades diferentes

Dados corretos na origem não bastam: a sua reutilização exige transformações controladas, validação e harmonização de conceitos.

Interoperabilidade exige mais do que tecnologia

TÉCNICA

- **Transmissão fiável de dados.**
- **Identificadores e formatos harmonizados.**

SEMÂNTICA E INSTITUCIONAL

- **Conceitos compatíveis e transformações documentadas.**
- **Finalidades legítimas e responsabilidades claras.**

A **metainformação** permite identificar, compreender e avaliar fontes de dados, distinguindo a sua descoberta das condições de acesso.

Os dados não têm valor por si só: a escolha das fontes e a sua utilização devem ser orientadas pela finalidade — fitness for purpose.

Interoperabilidade em ação

YES
Informação Empresarial Simplificada

- Integra obrigações de prestação de informação empresarial a várias entidades públicas.

webinq
TAD
Transmissão Automática de Dados

- Automatiza a recolha de dados para vários inquéritos em simultâneo, com validação e controlo da qualidade.

Recolher uma só vez e reutilizar sempre que possível.

Interoperabilidade exige harmonizar conceitos

Exemplos:

POPULAÇÃO Conciliar residência habitual, autorização de residência e residência fiscal.

HABITAÇÃO Criar referenciais comuns para conceitos, características e localização.

Os sistemas podem comunicar sem que os dados sejam comparáveis.

Da interoperabilidade à governação: garantir a confiança

QUALIDADE
Validar conceitos e fontes para garantir a comparabilidade.

UTILIZAÇÃO
Definir finalidades e condições de acesso.

PROTEÇÃO
Garantir a confidencialidade e a segurança dos dados. ***Security by design.***

RESPONSABILIDADE e RASTREABILIDADE
Documentar decisões, avaliar riscos e assegurar a auditabilidade.

A confiança começa na origem:

Exige cooperação entre entidades, conceitos partilhados, documentação das fontes e comunicação das alterações que possam afetar a sua utilização.

Novo regime de interoperabilidade

Partilhar → **Reutilizar** → **Simplificar** → **Proteger**

- **Proposta de Lei n.º 107/XVII/2.ª — em apreciação parlamentar.**
- **Promover a qualidade dos dados, assegurar finalidades legítimas e clarificar responsabilidades.**

Estatísticas oficiais: uma base de confiança para a monitorização e avaliação das políticas públicas.

Acesso aos dados: disponibilizar mais, proteger sempre

VALOR DA UTILIZAÇÃO

Promover a investigação, a monitorização e o conhecimento ao serviço do interesse público.

RESPONSABILIDADE DE PROTEÇÃO

Assegurar o segredo estatístico, a confidencialidade e a utilização para fins legítimos.

RELEVÂNCIA → **Ampliar o acesso aos dados estatísticos para gerar mais evidências fiáveis, com confiança.**

Arquitetura e Governação de Acesso a Dados – AGAD

Em desenvolvimento no INE

- Acesso proporcional: adequado à finalidade e à sensibilidade dos dados.
- Proteção e confiança: salvaguardar o segredo estatístico e a confidencialidade.
- Valor público: promover a investigação, o conhecimento e a monitorização das políticas públicas.

AGAD: conciliar acesso, proteção e valor público

CRITÉRIOS

- Finalidade e base legal
- Natureza dos dados e risco

CANAIS

- Acesso aberto e acesso para investigação científica
- Seguro presencial e remoto
- Institucional — Administração Pública.

GARANTIAS

- Confidencialidade e segurança
- Proporcionalidade e rastreabilidade

Infraestrutura Nacional de Dados: integração e reutilização

- Pipeline de processos: integrar e tratar dados no âmbito da AGAD.
- Articulação prevista com o Serviço Nacional de Dados da Administração Pública, no quadro da evolução da governação e interoperabilidade de dados.
- Alinhamento estratégico: Estratégia Digital Nacional, Política Nacional de Dados e PAGE.



A confiança constrói-se desde a conceção

- **Envolver o INE desde o desenho dos sistemas de monitorização, acordando antecipadamente indicadores, fontes, responsabilidades e condições de utilização dos dados.**

Mais do que integrar dados, importa transformá-los em evidências fiáveis para compreender os resultados e melhorar as políticas públicas.

Instituto Nacional de Estatística
Statistics Portugal

Governação e Interoperabilidade de Dados

Paulo Saraiva, INE

Agradeço a vossa atenção

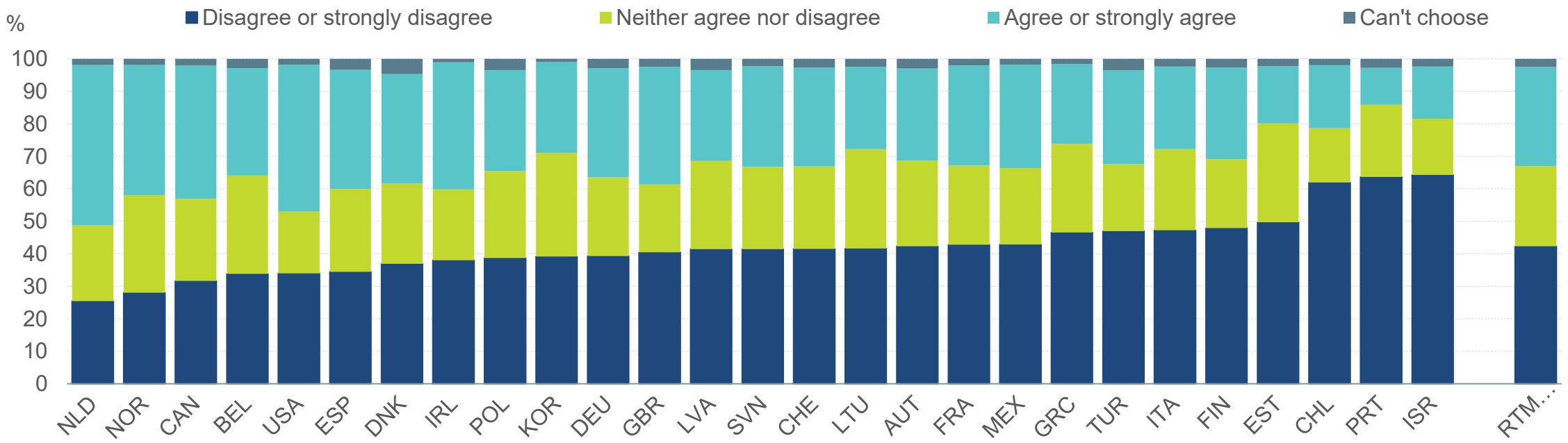
AI in Social Protection

Raphaela Hyee, Directorate for Labour and Social Affairs, OECD

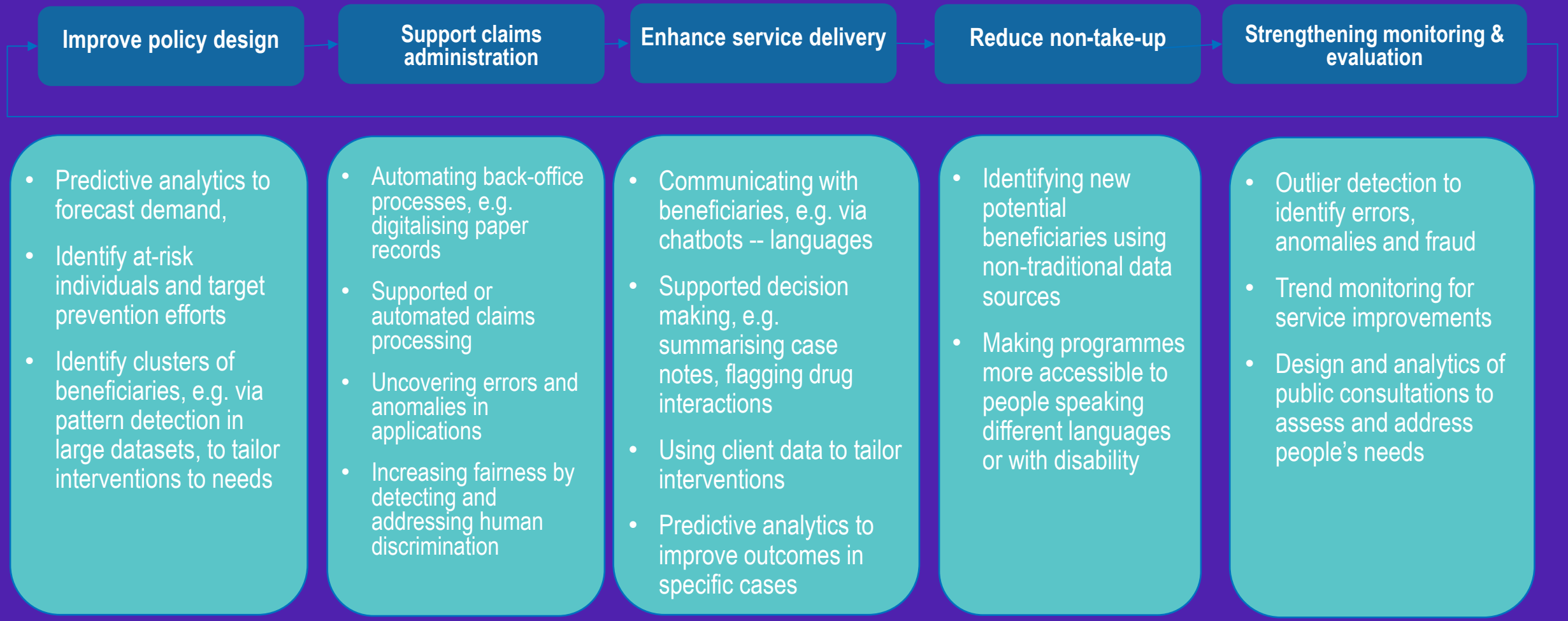
Need for new and better tools to improve social protection coverage and accessibility

Few think that benefits can be accessed easily in time of need

Distribution of responses to statement "I feel I could easily receive public benefits if I needed them", population aged 18- 64, 2024



Source: Source: OECD Risks that Matter Survey 2024 (https://oe.cd/rtm)



Source: OECD (2025), "AI and the Future of Social Protection in OECD Countries."

Opportunity: bureaucratic discrimination

- Focus on racial, ethnic and gender bias in AI but human decision making is not devoid of bias
- Especially important for programmes that have complex entitlement rules that can be open to interpretation e.g Disability
- Study (Assouline et al 2022) of administrative records of doctor's judgments on disability in Israel.
  - Doctor's assessments of work capacity where medical condition is already recognized as meeting disability threshold
  - More Jews than Muslims receive partial disability benefits, but no difference in full benefits statistical discrimination, could be flagged by AI

The AI transformation requires concrete policy actions for labour, social protection

- AI is a transformative technology with the potential to
  - Improve socioeconomic outcomes
  - Contribute to economic growth, innovation and productivity
  - Help respond to key global challenges, including labour shortages
- Yet we need guardrails to minimise risks and guidance for different policy areas

OECD AI Principles

New OECD work on AI % the Future of social Protection

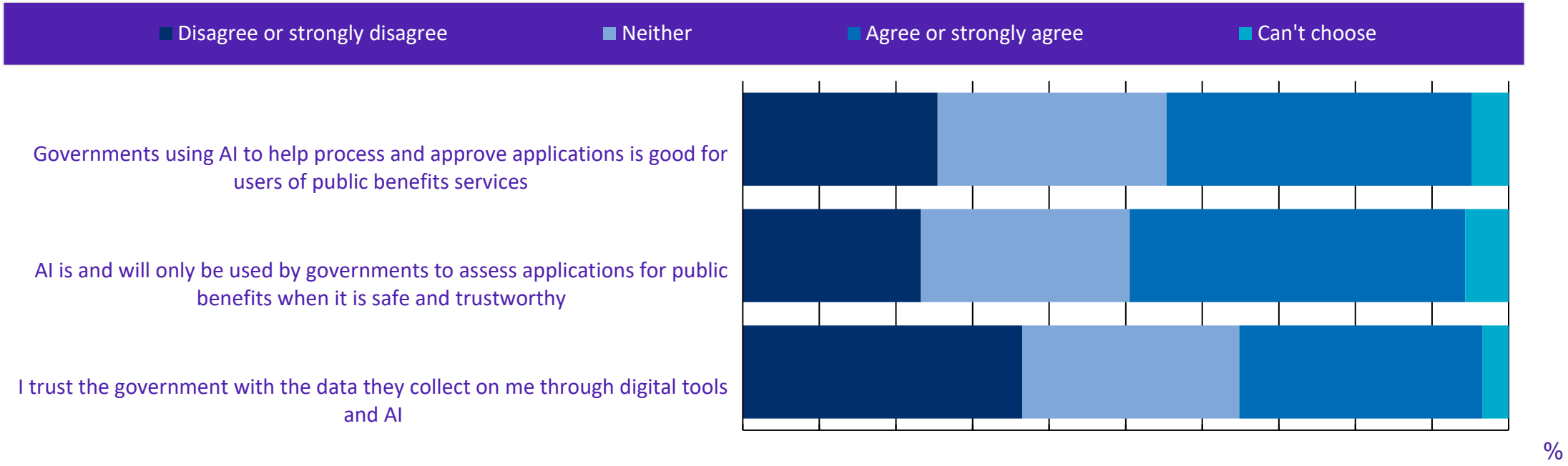
The individual, systemic and societal benefits could be significant

Beneficiaries could benefit from …	Workers could benefit from …	Administrations could benefit from …
• Faster access to benefits • Improved accuracy in assessments • Personalised and timely support, enhanced communication	• Less time pressure • More time for higher-value tasks • Supported decision making	• Efficiency savings against the backdrop of labour shortages • Enhanced prevention • Staff retention

Safeguards are needed to ensure trustworthy implementation

Many citizens are not confident that AI will be deployed in a trustworthy and beneficial way

Distribution of responses to each statement, OECD-27 average, population aged 18- 64, 2024



Source: OECD Risks that Matter Survey 2024 (https://oe.cd/rtm)

Governments try to adopt a balanced risk management approach

Risks

- Protecting people's privacy – the data collected and used for social protection can be highly sensitive
- 'Data drift': training data is no longer an appropriate match for the target population
- Loss of professional autonomy for frontline staff
- NO automation risk for health workforce (1% automatable, 32% poised for augmentation)

Challenges

- Getting the data right
- Making systems interoperable across institutions
- Ensuring accountability / human approval
- Ensuring frontline expertise shapes tools → ensure legal compliance + enhance workflow instead of hindering it
- Developing a skilled workforce: basic skills for all, intermediate skills for frequent users, advanced skills for (some) back-office staff

Mitigations

- Legal, regulatory and accountability frameworks
- Involving frontline staff in the design of tools
- Human approval critical in most contexts

→to safeguard accountability and prevent bias and malfunction

→to preserve professional autonomy

Thank you!

Contact: Raphaela.hyee@oecd.org

Webinar series on AI and the Future of Social Protection: https://oe.cd/ai-fosp

REPLAN

Rede de Serviços de Planeamento
e Prospetiva da Administração Pública

1.º Encontro

Monitorização de Políticas Públicas

21.10.2026

Universidade Évora

Com o apoio de:

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Com o financiamento de:

PRR Plano de Recuperação e Resiliência

REPÚBLICA PORTUGUESA

Financiado pela União Europeia
NextGenerationEU

BALANÇO DO ENCONTRO

Grandes Números

Grandes Números – O Programa do 1º Encontro



Grandes Números – O Programa do 1º Encontro

Mais de **15** entidades envolvidas no Programa



Grandes Números – O Programa do 1º Encontro

4 Espaços na Universidade de Évora



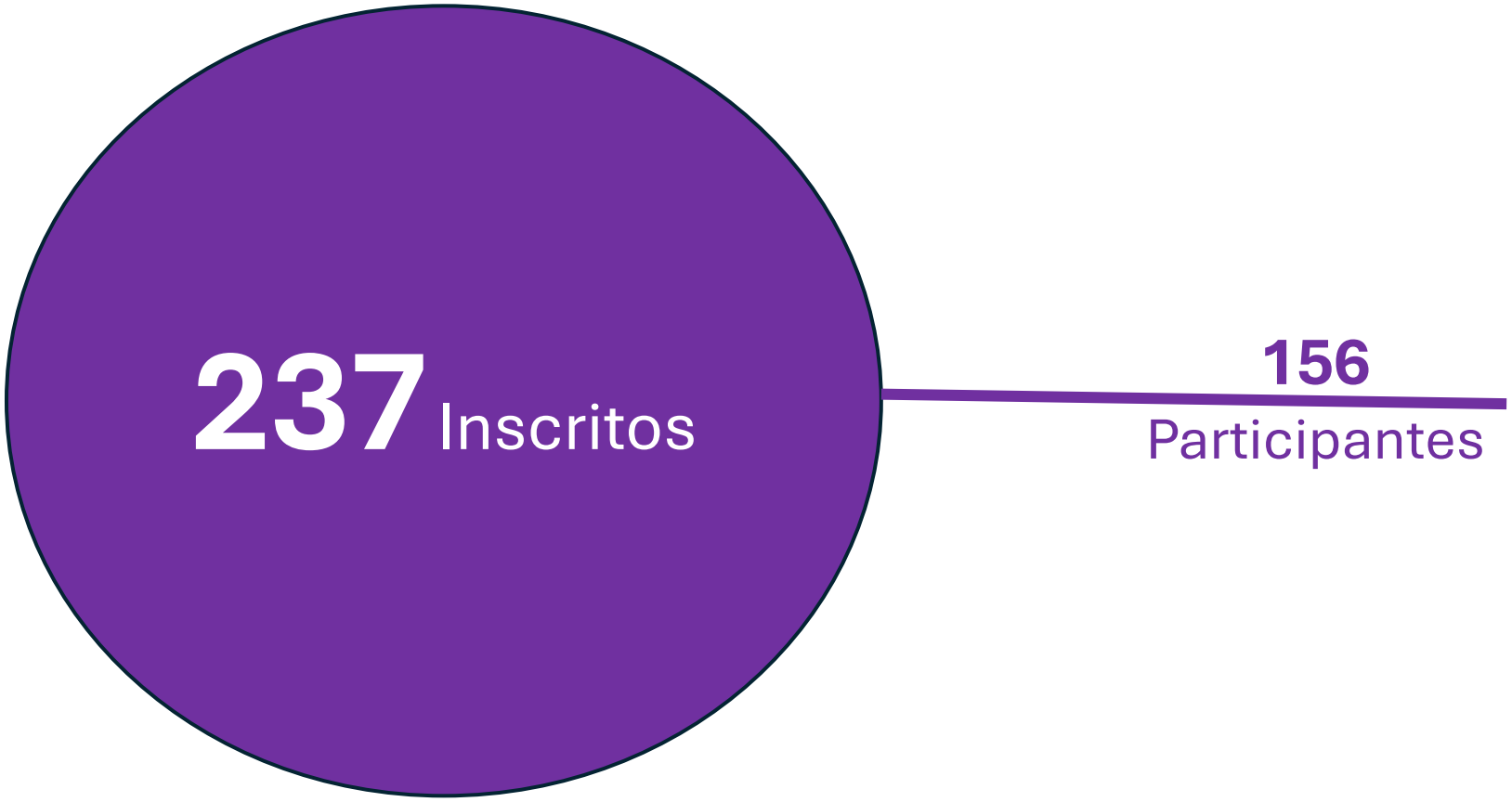
- **Auditório**
- **Anfiteatro**
- **2 Salas Anexas**

Mais de **7** horas de conteúdo

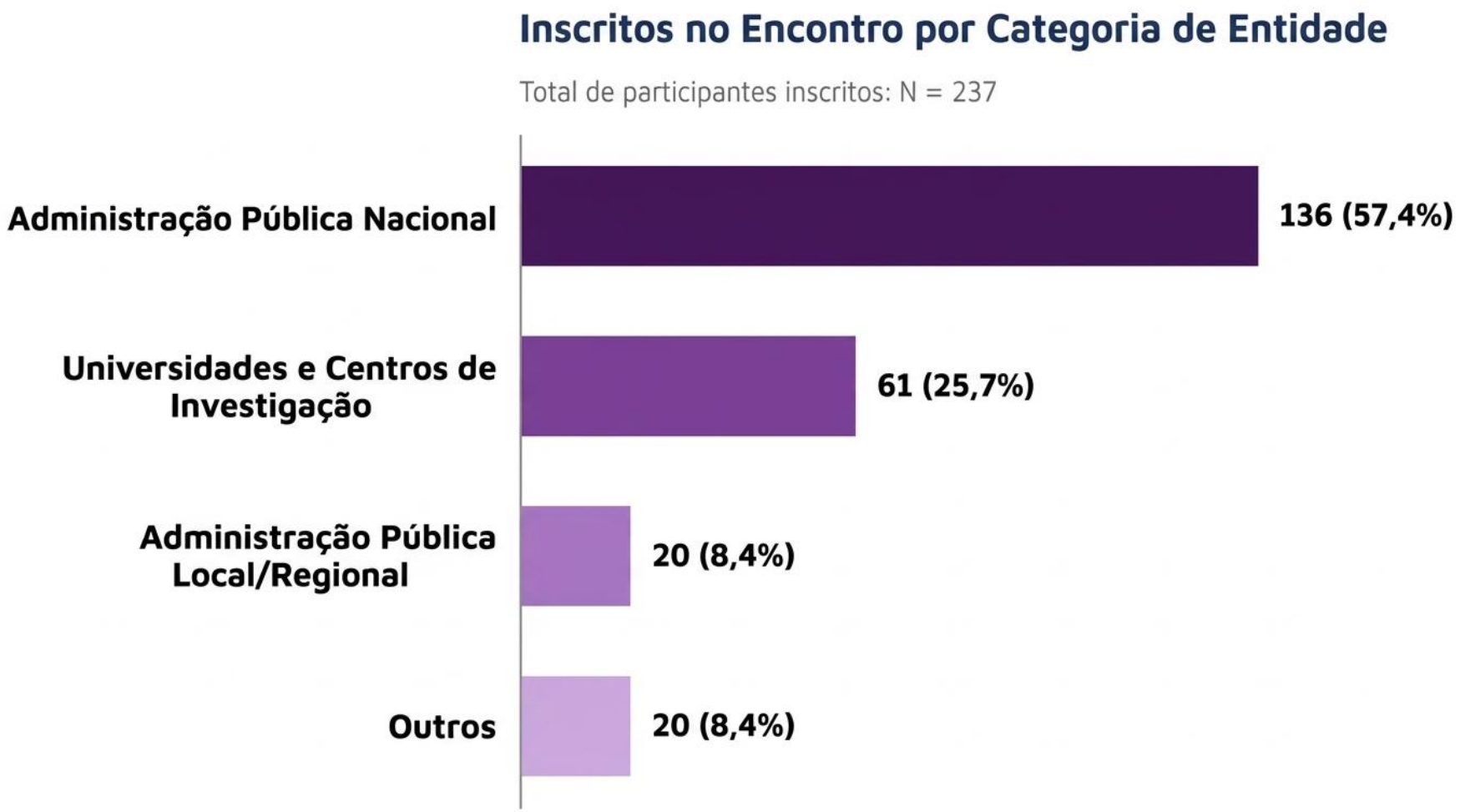
3 Formatos Sessões

- **3 Painéis**
- **Mesa-Redonda**
- **2 Oficinas**

Grandes Números – Os Participantes do 1º Encontro



Grandes Números – Os Participantes do 1º Encontro



REPLAN

Rede de Serviços de Planeamento
e Prospetiva da Administração Pública

1.º Encontro **Monitorização de Políticas Públicas**

Obrigado

pela sua participação!

Com o apoio de:

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Com o financiamento de:

PRR Plano de Recuperação e Resiliência

REPÚBLICA PORTUGUESA

Financiado pela União Europeia
NextGenerationEU